

ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS EM

ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

VOL. II

Mônica Aparecida Bortolotti
Sergio Ricardo Gaspar
Maricléia Aparecida Leite Novak
Elizandra Petriu Gasparelo
[Organizadores]

ARCO
EDITORES ● ● ●



ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS EM

ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

VOL. II

Mônica Aparecida Bortolotti
Sergio Ricardo Gaspar
Maricléia Aparecida Leite Novak
Elizandra Petriu Gasparelo
[Organizadores]

ARCO
EDITORES ● ● ●



Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin, UFOB.

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos, UEL

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva, UNIDAVI.

Profa. Dra. Camila do Nascimento Cultri, UFSCar.

Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo, UCB.

Profa. Dra. Fabiane dos Santos Ramos, UFSM.

Profa. Dra. Alessandra Regina Müller Germani, UFFS.

Prof. Dr. Everton Bandeira Martins, UFFS.

Prof. Dr. Erick Kader Callegaro Corrêa, UFN.

Prof. Dr. Pedro Henrique Witchs, UFES.

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler, UFSM.

Profa. Dra. Liziany Müller, UFSM.

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza, UNISC.

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio, UFRGS.

Prof. Dr. Leandro Antônio dos Santos, UFU.

Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado, UFJF.

Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch, UFN.

DR^a. Mônica Aparecida Bortolotti

Msc. Maricléia Aparecida Leite Novak

Msc. Sergio Ricardo Gaspar

Msc. Elizandra Petriu Gasparelo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Estudos contemporâneos em administração e ciências contábeis [livro eletrônico] : volume II / organização Mônica Aparecida Bortolotti... [et al.]. -- 2. ed. -- Santa Maria, RS : Arco Editores, 2022.
PDF.

Vários autores.

Outros organizadores: Sergio Ricardo Gaspar, Maricléia Aparecida Leite Novak, Elizandra Petriu Gasparelo.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5417-044-4

1. Administração - Estudo e ensino
2. Ciências contábeis I. Bortolotti, Mônica Aparecida. II. Gaspar, Sergio Ricardo. III. Novak, Maricléia Aparecida Leite. IV. Gasparelo, Elizandra Petriu.

22-128696

CDD-658.007

Índices para catálogo sistemático:

1. Administração : Estudo e ensino 658.007

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



10.48209/978-65-5417-044-4

Diagramação e Projeto Gráfico: Gabriel Eldereti Machado

Imagem capa: Designed by canva

Revisão: Organizadores e Autores(as)

ARCO EDITORES

Telefone: 5599723-4952

contato@arcoeditores.com

www.arcoeditores.com

SINOPSE

Esta obra busca reunir estudos contemporâneos em Administração e Ciências Contábeis, realizados em parceria com pesquisadores que preocupam-se com a disseminação de conhecimento. Todos os trabalhos são resultados de pesquisa realizadas em Instituições de Ensino Superior Públicas, o que fortalece a importância da divulgação dos mesmos. Este é o Segundo volume sobre a temática.

Convido você a conhecer também o Volume 1 com cinco trabalhos, que são: 1) VALOR JUSTO – UMA INVESTIGAÇÃO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS NO PERÍODO DE 2003 A 2019 - Autores: João Carlos de Melo, Maricléia Aparecida Leite Novak e Marinês Taffarel; 2) ABSENTEÍSMO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE DA LINHA DE FRENTE DO TRATAMENTO DE CORONAVÍRUS: um estudo no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais na cidade de Ponta Grossa – PR (HURCG) Autoras: Cassiana Messias Machado Ribeiro e Mônica Aparecida Bortolotti; 3) O RACISMO E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS: LIMITAÇÃO DE ACESSO AO SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM MARINGÁ. Autores: Gabriela Pereira Bernardo e Sergio Ricardo Gaspar; 4) ORÇAMENTO DO ESTADO DO PARANÁ: UMA DESCRIÇÃO DOS RECURSOS DESTINADOS PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR. Autoras, Danielle dos Santos e Mônica Aparecida Bortolotti; e, 5) CRÉDITO RURAL: UMA ANÁLISE DO RECURSO SUBSIDIADO NOS ÚLTIMOS 10 ANOS. Autora, Elizandra Petriu Gasparelo

PREFÁCIO

Convido você a desfrutar conosco, da leitura de cinco capítulos, com estudos contemporâneos em Administração e Ciências Contábeis, que foram desenvolvidos em Universidades do Estado do Paraná, nos últimos anos.

Iniciamos a coletânea com o estudo sobre a Influência da Análise Subjetiva na Concessão de Crédito de Uma Cooperativa. As informações econômicas financeiras e contábeis são importantes instrumentos de análise para qualquer ramo de atividade. Para o sistema financeiro a análise correta destes documentos possibilitará a mitigação dos riscos envolvidos nas atividades bancárias. Dentre as entidades que pertencem ao sistema financeiro, estão às cooperativas de crédito, assim como as outras instituições pertencentes ao sistema sua principal atividade é o repasse de crédito, que precisa de uma análise cautelosa das informações, para que assim possam conhecer seus tomadores de crédito e minimizar os riscos de inadimplência. Por meio de uma análise qualitativa através de aplicação de questionário, o qual foi disponibilizado aos gerentes de negócios e assistentes, foi possível analisar a influência do conhecimento técnico e a aplicação da análise subjetiva dos profissionais da cooperativa em relação às informações econômico-financeiras e contábeis recebidas dos cooperados para a concessão ou recusa de créditos. Os resultados demonstraram que o conhecimento e a percepção dos profissionais da área comercial com relação às informações econômico financeiras, para que os créditos concedidos sejam sustentáveis tanto para os cooperados quanto para a instituição é imprescindível.

O capítulo 02 contempla o estudo sobre o crédito rural subsidiado: uma análise da aplicação em uma pequena propriedade rural no município de Prudentópolis-PR. Conforme os autores, a Organização das Nações Unidas

(ONU), através da Agenda 2030, divulgou a preocupação com a falta de alimentos no mundo, estima-se que no ano de 2050 a população mundial atingirá 9.7 bilhões de pessoas, como o Brasil é um grande produtor de alimentos no planeta, torna-se indispensável o papel dos pequenos produtores rurais, proporcionando destaque no setor agropecuário. O trabalho busca analisar como é feita a aplicação de recursos provenientes do crédito rural em uma pequena propriedade familiar rural, utilizando os métodos de Custo-Volume-Lucro (CVL), foram elaboradas fórmulas do ponto de equilíbrio, alavancagem operacional, margem de segurança, depreciação de maquinários e equipamentos, com o intuito de chegar o mais próximo possível da real rentabilidade da propriedade. A partir disso, foram verificados como é realizada a contabilidade na propriedade, uma vez que a atividade rural como também a industrial, comercial, de produção e de serviços, é uma atividade econômica, e como tal, requer controle financeiro e acompanhamento por profissionais especializados. O resultado da pesquisa mostrou que os recursos subsidiados e tomados pelo crédito rural, são incompatíveis com a demanda do produtor para o desenvolvimento das suas atividades.

No Capítulo 03, é abordado a Gestão e a Fiscalização na Administração Pública. O estudo teve como objetivo analisar a gestão e fiscalização dos contratos gerenciados pelo Grupo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência do Governo do Estado do Paraná, abordando os aspectos documentais e técnicos de cada processo, de modo que seja possível verificar o status do atual modelo, identificando gargalos e lacunas a serem preenchidos. Esse estudo, realizado através de uma pesquisa de campo, possibilitou a proposição e sugestão de novos modelos de gestão e fiscalização, que aliam os aspectos jurídicos, legais, práticos e técnicos do tema, visando a celeridade dos processos, a otimização dos recursos públicos, o atendimento

dos prazos e preceitos jurídico/orçamentários e a satisfação dos entes envolvidos. Após a compilação do arcabouço teórico, foram identificados a falta de alguns elementos práticos da gestão e fiscalização de contratos, ou ainda, em algumas situações, a execução incorreta. Por isso, como citado no início deste resumo, foi apresentado uma planilha de suporte para os trabalhos do gestor e fiscal dos contratos, a qual, sistematizou e centralizou as informações necessárias para a eficiência na gestão e fiscalização contratual.

Risco de Crédito é a temática do Capítulo 04. A oferta de crédito aumentou extensivamente o consumo, e se tornou essencial para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Com a crescente procura e oferta de crédito, foi fundamental que as instituições financeiras adotassem metodologias mais eficazes para auxiliar na tomada de decisão, derivando em uma concessão de crédito mais segura. Neste cenário os gestores de risco de crédito têm um vasto mercado a ser explorado, partindo do pressuposto que entendem “risco” como “negócio”, sendo partes indissociáveis. Dessa forma, esse trabalho busca analisar a expectativa e percepção dos analistas de crédito em relação a diferentes formas de riscos em uma cooperativa de crédito nos processos de concessão de crédito rural. Por meio de uma análise qualitativa foi possível investigar os riscos da concessão de crédito de 31 Postos de Atendimento - PAs, distribuídos em diversas cidades dos Estados de Santa Catarina e Paraná, as quais atuam no setor financeiro e oferecem a seus 43.500 associados diversos produtos e serviços. Os resultados demonstram que a análise de crédito surge como um dos elementos fundamentais para a sobrevivência da organização, pois cumpre papel decisivo quando se fala em aumentar a rentabilidade e minimizar riscos. Por meio do seu intermédio, é possível que a empresa conceda crédito melhorando seus resultados, realizando uma análise de crédito mais assertiva no momento de concedê-lo.

O último capítulo, apresenta o estudo e Avaliação de projeto público à agricultores familiares da região de Umuarama: o caso do Projeto de Apoio a Cadeia Produtiva do Leite no Estado do Paraná. As avaliações de políticas públicas são ferramentas estratégicas essenciais para o monitoramento do gasto público e da qualidade das ações governamentais (GARCIA, 2020, p. 31). O objetivo da pesquisa foi avaliar os efeitos ex-post do Projeto de Apoio a Cadeia Produtiva do Leite no Estado do Paraná (PACL) voltada aos agricultores familiares, desenvolvido na região de Umuarama, de 2012 a 2021. Para tanto analisou-se os investimentos realizados frente aos objetivos propostos e descritos na formulação do projeto, o grau de satisfação dos beneficiários do projeto e, se as ações do projeto atenderam a necessidades de armazenamento e produção da atividade leiteira dos beneficiários. Assim como, propor melhorias na elaboração, na execução e na avaliação das futuras políticas públicas da agricultura familiar no estado do Paraná. Conclui-se o foco PACL foi crucial para a permanência dos entrevistados na atividade leiteira, teve visão assertiva sobre a questão da cadeia do leite na região de Umuarama, dada as dificuldades ou mesmo a impossibilidade desses em adquirirem resfriadores de leite.

SUMÁRIO

CAPITULO 1

A INFLUÊNCIA DA ANÁLISE SUBJETIVA NA CONCESSÃO DE CRÉDITO DE UMA COOPERATIVA.....12

Sabrina Bacheladenski

Maricléia Aparecida Leite Novak

Marli Kuasoski

doi: 10.48209/978-65-5417-044-1

CAPITULO 2

CRÉDITO RURAL SUBSIDIADO: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO EM UMA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL NO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS-PR.....32

Igor Futra

Elizandra Petriu Gasparelo

doi: 10.48209/978-65-5417-044-2

CAPITULO 3

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS CONTRATOS GERIDOS PELO GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ...60

Marco Antônio Pereira Gonçalves

Mônica Aparecida Bortolotti

doi: 10.48209/978-65-5417-044-3

CAPITULO 4

RISCO DE CRÉDITO: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ANALISTAS DE CRÉDITO DIANTE DA EXPOSIÇÃO A RISCOS DO MERCADO FINANCEIRO.....81

Mateus Rossa

Maricléia Aparecida Leite Novak

doi: 10.48209/978-65-5417-044-0

CAPITULO 5

AVALIAÇÃO DE PROJETO PÚBLICO À AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO DE UMUARAMA: O CASO DO PROJETO DE APOIO A CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NO ESTADO DO PARANÁ.....102

José Jaime De Lima

Sérgio Ricardo Gaspar

doi: 10.48209/978-65-5417-044-5

SOBRE OS ORGANIZADORES.....121

SOBRE OS AUTORES.....125

CAPÍTULO 1

A INFLUÊNCIA DA ANÁLISE SUBJETIVA NA CONCESSÃO DE CRÉDITO DE UMA COOPERATIVA

Sabrina Bacheladenski

Maricléia Aparecida Leite Novak

Marli Kuasoski

Doi: 10.48209/978-65-5417-044-1

Introdução

As informações econômicas financeiras e contábeis são importantes instrumentos de análise para qualquer ramo de atividade. No entanto, para o que os usuários adotem decisões seguras é imprescindível a qualidade dos dados fornecidos. Para o sistema financeiro a confiabilidade dos elementos obtidos nas liberações de empréstimos é ainda mais significativo, visto que possibilitam a mitigação dos riscos envolvidos nas atividades bancárias.

A documentação fornecida é uma valiosa forma de conhecer seus tomadores de crédito, porém para que sejam consideradas eficazes elas precisam acompanhar a dinâmica do mercado. Segundo Rostirolla e Angnes, (2016) o mercado financeiro é composto de instituições e órgãos que fiscalizam e controlam a circulação da moeda de crédito.

Dentre as entidades que pertencem a este sistema, estão às cooperativas de crédito. Este segmento está em expansão, segundo Vieira, Eyerkauffer e Marian (2017) está crescente expansão de mercado se dá devido aos valores dos produtos, e taxas mais competitivas. A principal característica das cooperativas de crédito é facilitar o acesso do crédito para cooperados, que normalmente não conseguem notoriedade com as instituições financeiras privadas, além de, fomentar o crescimento econômico e social do país.

O mercado em que as cooperativas de crédito estão inseridas é competitivo, e acompanhá-lo é um desafio. Azzoline e Benetti (2017) apontam que um dos principais motivos na aceleração do mercado é o aumento na procura de crédito pelos consumidores, que buscam através deste produto atender suas necessidades e desejos, sendo elas de cunho pessoal, para a agricultura, pecuária, entre outros.

A principal atividade das instituições financeiras é o repasse de crédito, que precisa de uma análise cautelosa das informações para minimizar os riscos de inadimplência. Vieira, Eyerkauffer e Marian (2017) ressaltam que essas instituições têm um cuidado maior com esse fator, já que os recursos disponibilizados aos sócios são sua principal fonte de renda e o motivo de sua existência.

Neste contexto, os profissionais que trabalham com as liberações de crédito precisam ficar atentos quanto aos riscos envolvidos em cada negócio, e sua percepção na análise dos documentos econômicos financeiros e contábeis são um diferencial nas operações realizadas. Diante disso, esse trabalho busca analisar a influência do conhecimento técnico e a aplicação da análise subjetiva dos profissionais da cooperativa em relação às informações econômico-financeiras e contábeis recebidas dos cooperados para a concessão de créditos.

Fundamentação Teórica

O sistema de cooperativismo de crédito está expandindo e ganhando notoriedade, por se tratar de instituições que visam o desenvolvimento da sociedade através do crescimento econômico de forma sustentável.

O Banco Central do Brasil (BACEN, 2019) estabelece que as cooperativas de crédito são instituições financeiras formadas a partir da associação livre de pessoas, que deve fornecer aos seus cooperados serviços financeiros também encontrados em bancos, mas de uma forma mais personalizada às suas necessidades. O BACEN também informa que neste tipo de organização os usuários são ao mesmo tempo donos, para tanto os direitos e deveres são iguais para todos. Além disso, as cooperativas não têm fins lucrativos, então as sobras obtidas pelas operações realizadas retornam para os sócios.

As cooperativas singulares são constituídas pela associação de no mínimo vinte pessoas, entre PF e PJ, e prestam serviços diretamente aos associados. Cooperativas centrais e federações de cooperativa são formadas por pelo menos três singulares, seu objetivo é organizar os serviços que são de interesse das filiadas e orientar as suas atividades. Confederações de cooperativas são compostas de ao menos três centrais e federações de cooperativas, que não precisam ser do mesmo seguimento, seu objetivo é coordenação e orientação das suas associadas no desempenho de suas atividades. (PINHEIRO, 2008)

Além da classificação das cooperativas em níveis, elas são organizadas em treze setores atuação. Sendo eles: agropecuário; consumo; crédito; educacional; especial; habitacional; infraestrutura; mineral; produção; saúde; trabalho; transporte; turismo e lazer (OCB, 2019).

Análise de Crédito

A busca pelo crédito acontece por diversos motivos, neste momento as instituições precisam estar preparadas para uma análise cautelosa do tomador do empréstimo. Ferreira, (2010) destaca que antes de conceder um empréstimo, as instituições precisam analisar os riscos envolvidos na operação, e não devem assumi-los de maneira desnecessária, pois podem colocar em dúvida não somente a liquidez da credora como também a sua reputação no mercado. “O objetivo do processo de análise de crédito é o de averiguar se o cliente possui idoneidade e capacidade financeira para amortizar a dívida.” (SANTOS, 2012. p. 39). Para as cooperativas de crédito esse processo visa não somente a manutenção da instituição como também o desenvolvimento financeiro sustentável do seu quadro social.

Para Neto e Sérgio (2009) a análise de crédito é feita a partir de duas técnicas, a subjetiva e a objetiva. A técnica subjetiva é pautada no julgamento humano, já a objetiva tem como apoio os dados financeiros e estatísticos apresentados, ou seja, cabe ao analista de crédito com base nos seus conhecimentos técnicos e intuição, adquirida pela experiência, examinar caso a caso dos pedidos de crédito. Os analistas de crédito têm posição de destaque em instituições financeiras, visto que seu papel vai além de conceder ou recusar um empréstimo, estes profissionais contribuem para a redução da inadimplência e para a sustentabilidade da credora.

Para Schrickel (2000) este profissional é um elo entre a instituição e os clientes, cabe a eles utilizar suas habilidades pessoais e profissionais para atrair e manter consumidores. Suas decisões são pautadas em duas vertentes: as relações humanas e conhecimentos técnicos. O mercado de crédito é mutável, logo é imprescindível que os analistas de crédito estejam em constante busca de qualificação e aprimoramento de sua percepção sobre o que está além dos da-

dos fornecidos, como consequência terá mais segurança em suas decisões, contribuirá com a diminuição da inadimplência e agregará valor para a instituição.

O Crédito é um propulsor da economia, as instituições financeiras atuam como intermediárias dessas transações. As operações de crédito são a principal fonte de renda das entidades financeiras, com a finalidade de obter resultados positivos minimizando o máximo possível os riscos. (MAIA, 2007)

A predominância neste sistema é dos bancos, contudo nos últimos anos as cooperativas de crédito vêm aumentando sua participação neste mercado. Na Tabela 01 é apresentado o volume de operações de crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN), na qual nota-se este crescimento:

Tabela 01 - Volume de operações de crédito - 5 maiores bancos e no SNCC

	BB	CEF	ITAU	BRADES- CO	SANTAN- DER	SNCC-N
Mar/15	632.859.053	617.183.913	410.964.768	320.559.551	222.286.194	71.415.800
Jun/15	634.957.053	637.354.089	401.876.280	322.634.097	217.147.450	72.398.658
Set/15	656.969.768	654.939.496	425.715.954	333.368.198	225.454.856	75.112.618
Dez/15	660.772.688	667.349.338	420.300.669	330.913.047	220.412.412	78.005.651
Mar/16	644.937.079	672.513.474	396.500.033	317.809.283	212.243.751	78.699.941
Jun/16	633.976.517	679.642.687	448.675.497	306.374.611	207.011.507	78.215.740
Set/16	619.653.875	687.568.542	443.813.426	353.314.340	209.423.170	81.776.673
Dez/16	600.364.967	696.727.941	440.538.388	344.946.899	212.803.654	85.006.749
Mar/17	588.729.050	702.270.046	432.656.811	336.969.593	214.652.775	86.418.649
Jun/17	593.684.442	703.710.351	436.467.320	332.112.009	215.083.307	86.240.442
Set/17	578.351.329	700.722.145	424.767.406	325.409.381	218.041.958	91.456.235
Dez/17	580.009.587	695.150.457	442.702.461	322.435.223	221.684.805	97.127.695
Mar/18	573.252.802	690.208.025	446.192.519	323.616.261	231.175.278	100.714.384
Jun/18	582.305.387	685.546.005	469.301.418	338.617.547	238.677.180	102.901.444
Set/18	580.514.282	683.962.350	479.601.046	344.821.822	244.372.160	111.170.264
Dez/18	581.901.234	684.005.589	459.620.150	342.235.734	244.974.833	119.683.630
Mar/19	572.354.842	676.048.515	472.795.860	354.433.956	253.540.069	122.013.722

Fonte: Adaptado do Banco Central, (2019).

Nota-se que comparando os cinco maiores bancos com o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) os bancos ainda detêm maior parte do mercado de crédito, porém as cooperativas estão aos poucos ocupando uma parte maior nas operações de crédito. As cooperativas de crédito buscam esse crescimento e notoriedade no mercado financeiro, mas os resultados são consequência de um trabalho voltado para a comunidade, onde o principal objetivo é a inclusão social.

Metodologia

Nesta pesquisa foi utilizado o método descritivo quanto aos objetivos. Por tratar-se de uma pesquisa onde os fatos observados serão apenas descritos. Assim, essa pesquisa vai examinar a influência do conhecimento dos profissionais responsáveis pelas liberações de crédito, a partir de uma investigação de campo feita com os colaboradores de uma cooperativa. Para tanto, realizar-se-á pesquisa de campo: “[...] procura coletar dados que lhe permitam responder aos problemas relacionados a grupos, comunidades ou instituições, com o objetivo de compreender os mais diferentes aspectos de uma determinada realidade [...]” (FONTELLES; et al, 2009, p. 7).

A abordagem utilizada na pesquisa foi qualitativa, pois buscou analisar o ambiente de forma ampla e compreender a influência do conhecimento nas operações de crédito. A análise qualitativa envolverá o método de escala *likert* para identificar as relações entre variáveis dos respondentes da pesquisa de campo por meio, da aplicação de questionários. Segundo Gerhardt e Silveira (2009) este instrumento é constituído por uma série de perguntas elaboradas com uma linguagem clara, com o objetivo de levantar opiniões sobre o assunto a ser estudado. Gil (2008) destaca que esta escala é composta pelo recolhimento de respostas que manifestam a opinião ou atitude em relação ao problema estudado.

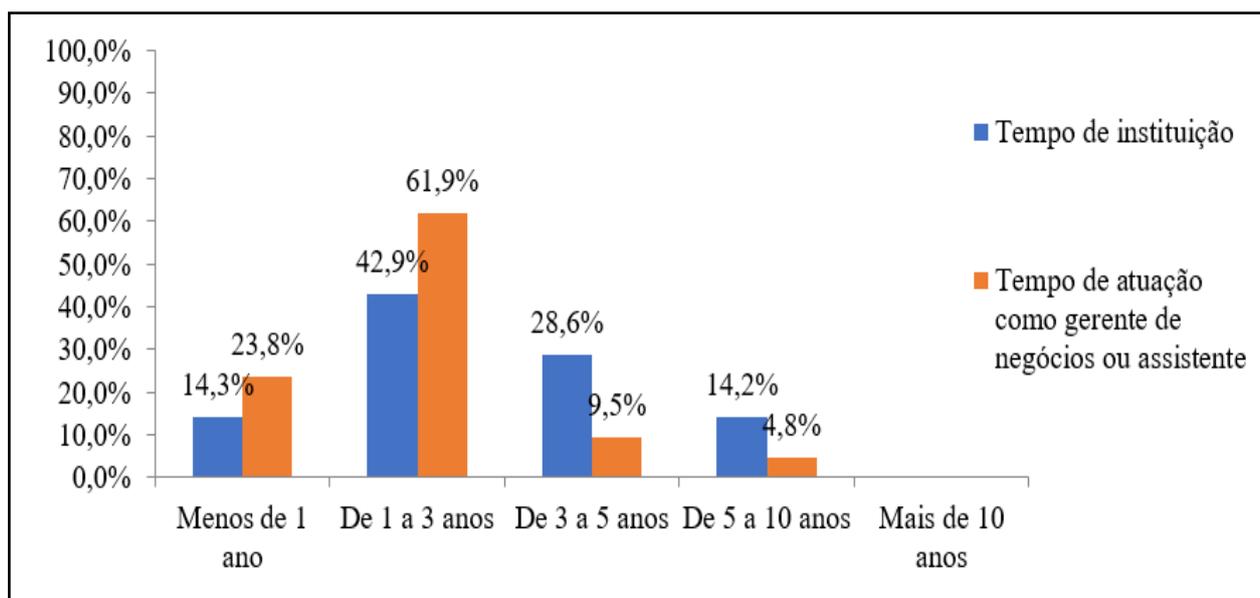
A coleta e análise de dados foram realizados no período de agosto a setembro de 2020, por meio de um questionário aplicado para gerentes e assistentes de negócios que atuam nos treze postos de atendimento da cooperativa X. O questionário foi composto por questões fechadas o qual foi disponibilizado aos gerentes de negócios e assistentes no período de 01/10/2020 a 23/10/2020. Ao todo foram 39 questionários enviados obtendo o retorno de 21 respondentes.

Discussão dos Dados

As quatro primeiras perguntas identificaram o perfil dos respondentes. A faixa etária predominante foi entre 25 e 35 anos, 76,1% já são formados em nível superior e os demais estão em formação ou em nível de especialização. A área de formação predominante dos participantes é em ciências exatas.

Na sequência foram utilizadas duas questões para identificar o tempo de instituição e de atuação dos colaboradores da área comercial. O Gráfico 1 demonstra o resultado obtido:

Gráfico 1 – Tempo de instituição e de atuação na Cooperativa

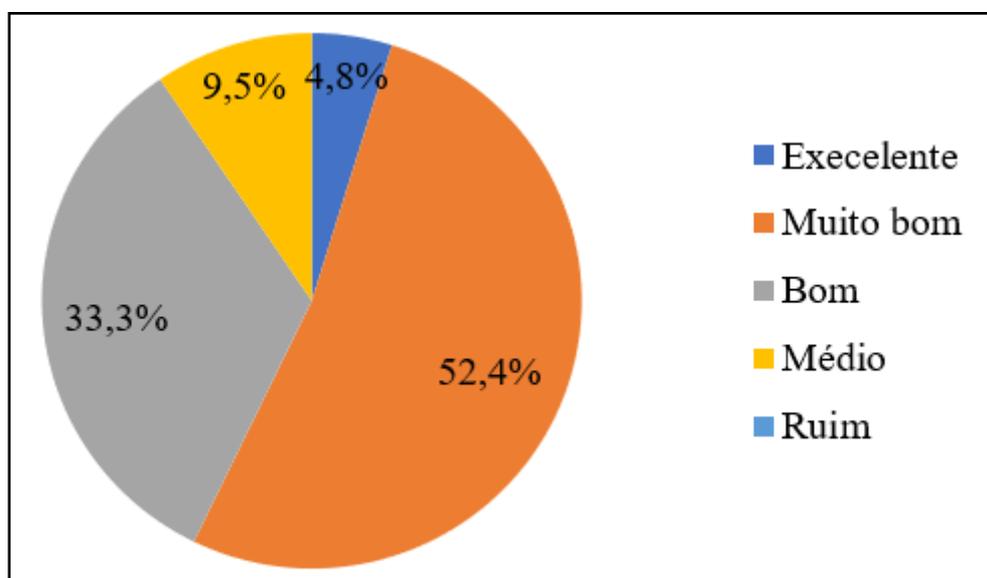


Fonte: Pesquisa, 2020.

Por meio do Gráfico 1, podemos observar que a maioria dos colaboradores estão trabalhando entre 1 e 3 anos na Cooperativa, respectivamente com os percentuais de 42,9% e 61,9%. Além disso, os dados também demonstram que esse percentual diminui entre 5 e 10 anos, passando para 14,2% e 4,8%, e chega a 0% com mais de 10 anos de instituição. O tempo de experiência e o nível de conhecimento das informações econômico-financeiras e contábeis, são destacados por Fernandes (2010) como de suma importância, pois a relação entre o período em que os profissionais atuam na área causa um processo natural de construção da percepção quanto à análise da documentação exigida.

Na pesquisa realizada, ficou evidente a posição do autor, como pode se observar no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Nível de conhecimento da documentação exigida na concessão de crédito



Fonte: Pesquisa, 2020.

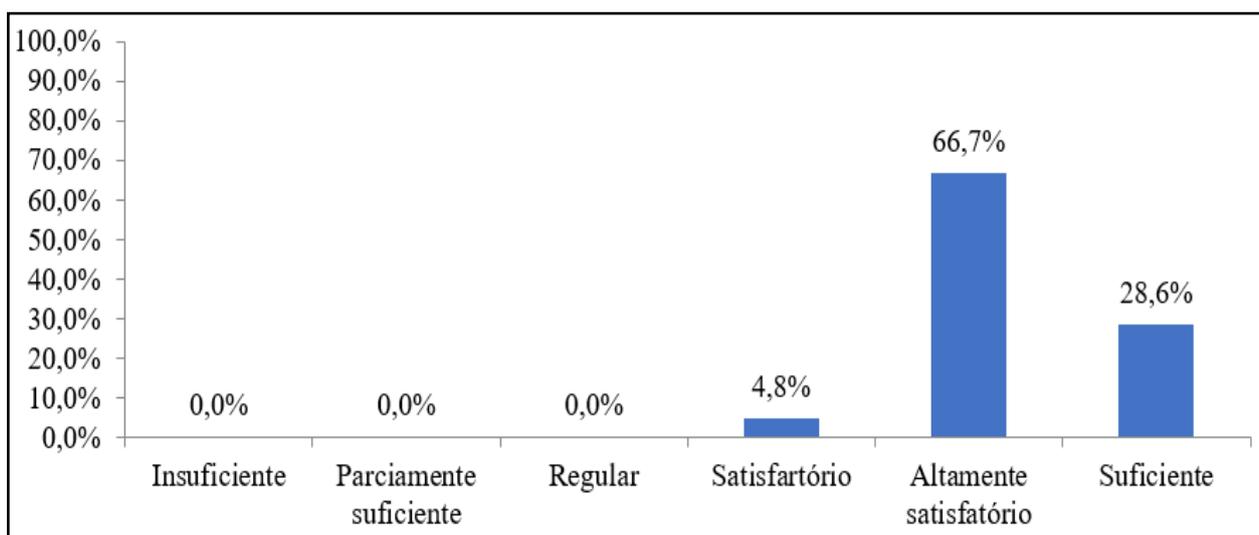
Quando se observa o período de atuação dos colaboradores da área, com a sua auto avaliação do nível de conhecimento e dificuldade em relação ao conhecimento da documentação econômico financeira e contábil exigida na concessão de crédito, os profissionais com mais tempo de experiência, 52,4%

se consideram muito bom, 33,3% se consideram bom, 9,5% considera que possui um conhecimento médio da documentação e 4,8% se considera excelente nesse item.

A respeito de possíveis dúvidas das documentações exigidas, 57,1% dos respondentes informaram que tem baixa dificuldade, 33,3% tem nenhuma dificuldade, 4,48% tem média dificuldade e 4,8% alta dificuldade em relação alguns documentos. As documentações citadas foram balanço patrimonial, matrículas e garantias reais.

Ainda acerca da documentação, o Gráfico 3 demonstra a opinião dos envolvidos se estas são suficientes para a elaboração da análise.

Gráfico 3 – Percepção se a documentação é suficiente para a análise



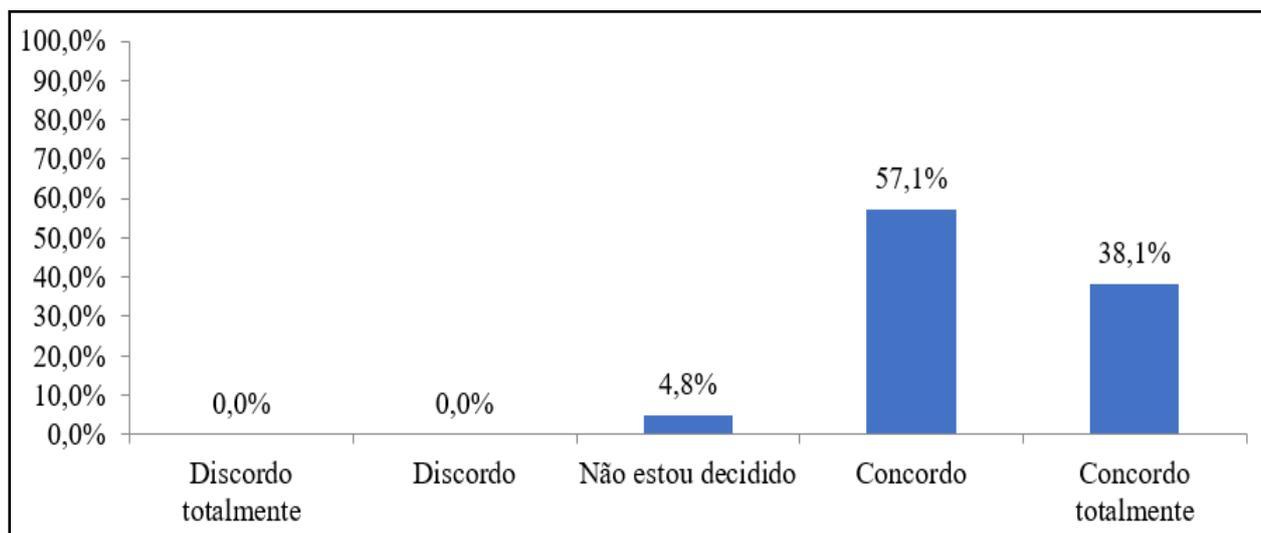
Fonte: Pesquisa, 2020.

Quando indagados se a documentação pedida é suficiente para a análise, 66,7% considera que a documentação é altamente satisfatória. 28,6% considera suficiente e 4,8% satisfatória. Em relação ao seu conhecimento como um diferencial, e a importância da sua análise individual apresentada no parecer para as concessões de crédito, 95,2% acredita que suas observações na defesa do crédito têm impacto na decisão final da concessão ou não dos empréstimos,

assim como avaliam ser muito importante sua compreensão e experiência das documentações.

As análises de crédito são formadas a partir de duas técnicas a objetiva e a subjetiva. A análise objetiva é feita por informações coletadas dos proponentes ao crédito, sobre o capital, colateral e condições. Já a análise subjetiva é feita com base nos dados de caráter e capacidade. Estes formam os C's do crédito, que são de utilização corriqueira pela área de crédito, para que a decisão da concessão ou recusa de um empréstimo seja bem fundamentada. (SILVANO e BRAGA, 2019). Neste sentido, nota-se no Gráfico 4, que os respondentes concordam com o uso dessas duas técnicas.

Gráfico 4 – Posicionamento referente a utilização das técnicas de análise de crédito.

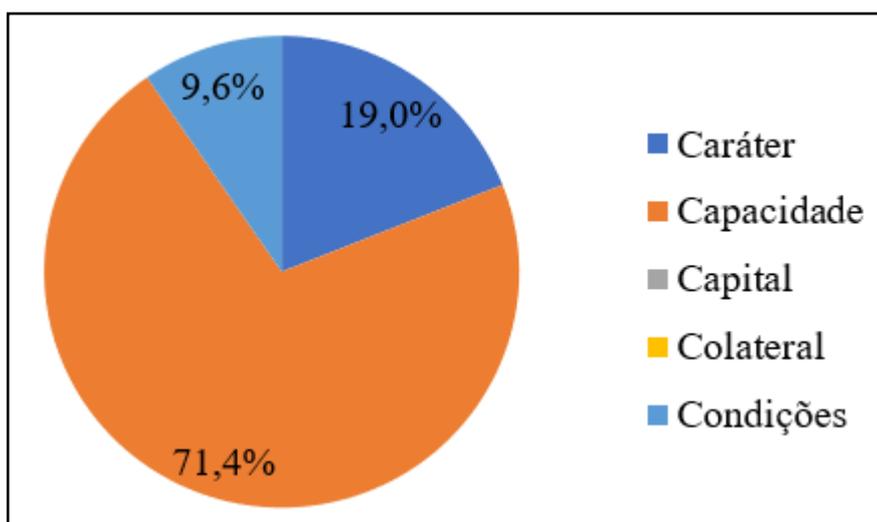


Fonte: Pesquisa, 2020.

Em relação ao posicionamento referente a utilização das técnicas de análise objetiva e subjetiva, 4,8% ainda não tem um posicionamento quanto a utilização das técnicas, 57,1% concorda com as técnicas de análise e 38,1% acha que as técnicas utilizadas atendem totalmente com a utilização das duas técnicas.

Dessa forma, a utilização dos C's do crédito nas análises, traz mais segurança na concessão ou recusa de uma solicitação. (SEGURA; MOLINI E FERREIRA, 2016). No Gráfico 5, os respondentes elencam, conforme sua percepção, quais são os C's mais relevantes nas suas análises.

Gráfico 5 – Percepção dos respondentes quanto aos C's do crédito

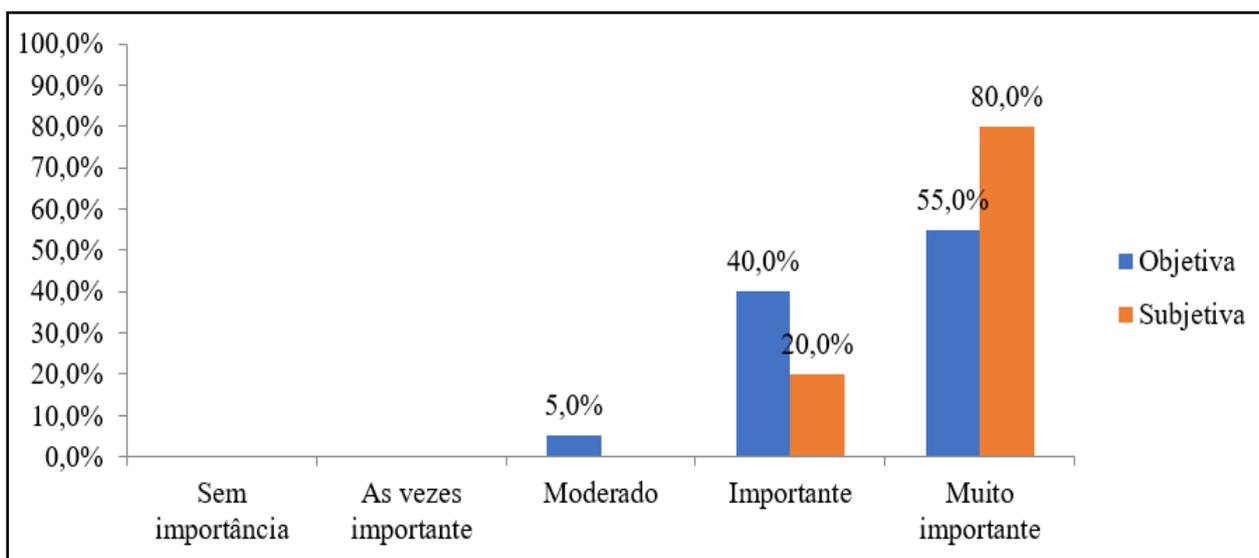


Fonte: Pesquisa, 2020.

Por meio do gráfico 5 é possível perceber que 71,4% dos respondentes acham que no momento da análise a capacidade se destaca, para 19% o caráter é mais importante e para 9,6% as condições são mais relevantes. Os três C's do crédito destacados pelos respondentes são relacionados respectivamente a capacidade e histórico de pagamento dos tomadores e condições econômicas que estão inseridos.

O Gráfico 6 demonstra a importância atribuída pelos respondentes sobre as duas técnicas.

Gráfico 6 – Grau de importância atribuída as duas técnicas



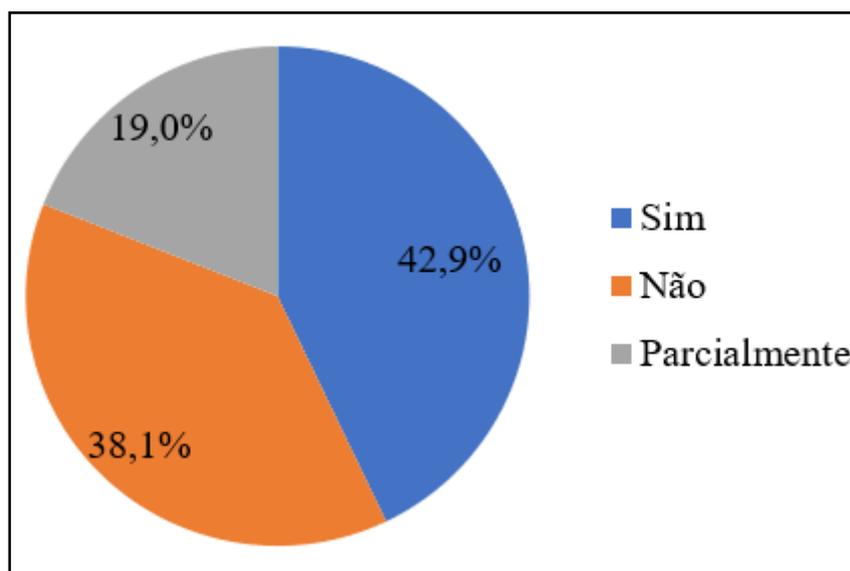
Fonte: Pesquisa, 2020.

É possível observar que para 5,0% dos respondentes atribuem uma importância moderada da aplicabilidade das técnicas, já 40% consideram a técnica objetiva importante e 20% considera a técnica subjetiva como importante, ainda, a técnicas objetiva é considerado muito importante por 55% dos respondentes e a subjetivas por 80%. Dessa forma é possível verificar que para os respondentes as duas tem um grau de importância, mas quando se compara uma com a outra, nota-se que a técnica subjetiva é considerada mais relevante.

Para a análise subjetiva, Honorato (2017) discorre sobre a importância dos dois primeiros C's da análise de crédito, que são base. Para ele a análise do caráter e da capacidade dos tomadores de crédito são pontos relevantes, pois tratam-se das exigências básicas para concessão de um empréstimo. Nos resultados obtidos ficou evidente que a análise subjetiva é muito utilizada pelos respondentes quando vão analisar uma proposta de crédito.

No Gráfico7 é perceptível que os gerentes de negócios e assistentes conhecem a análise subjetiva.

Gráfico 7 – Conhecimento da análise subjetiva

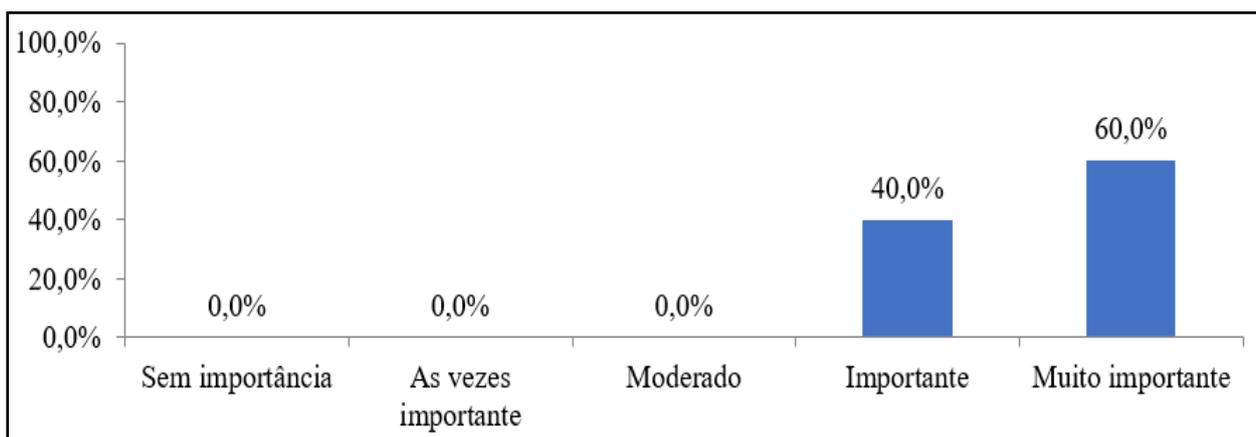


Fonte: Pesquisa, 2020.

Embora os analistas tenham disponíveis vários recursos de análise, a técnica subjetiva não pode ser descartada, devido sua importância no conhecimento que ela traz do tomador do crédito (SCHMITT, 2011). Logo, 42,9% afirmam ter o conhecimento total da técnica, 19% um conhecimento parcial e 38,1% não possuem nenhum conhecimento específico sobre ela. Os dois últimos percentuais expostos se devem ao fato desses respondentes estarem a pouco tempo na função, e esses ainda não tiveram a oportunidade de fazer uma análise mais profunda da técnica.

O Gráfico 8 demonstra que os respondentes não somente aplicam a análise subjetiva em seu dia a dia, como reconhecem sua importância para a liberação de um empréstimo.

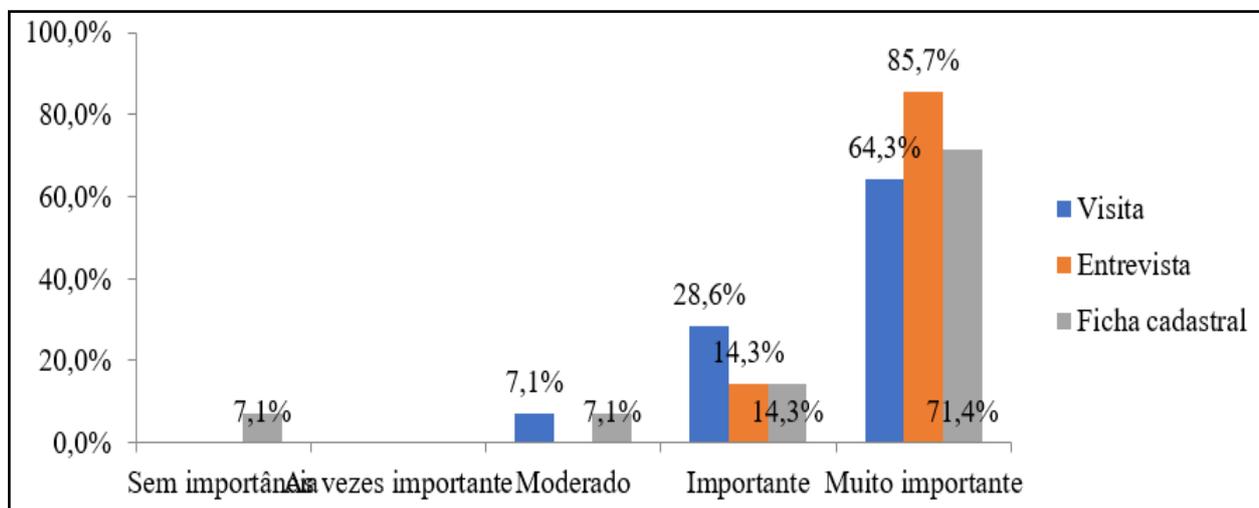
Gráfico 8 – Importância atribuída a técnica de análise subjetiva



Fonte: Pesquisa, 2020.

Apesar do gráfico 7 demonstrar que nem todos os respondentes tem uma base profunda da técnica de análise subjetiva, 60% deles considera seus preceitos muito importantes e 40% considera importante, isso se deve ao fato de que os princípios utilizados na análise subjetiva são fundamentais para a análise de credito, pois tornam a avaliação mais segura para instituição (MARCO, 2011). Com base nos dois C's que norteiam a análise subjetiva foi colocado no questionário os métodos de coleta de dados utilizados para chegar a uma decisão, os respondentes atribuíram o grau de importância de cada um deles, com base em sua percepção, exposto no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Importância dos métodos utilizados na análise subjetiva

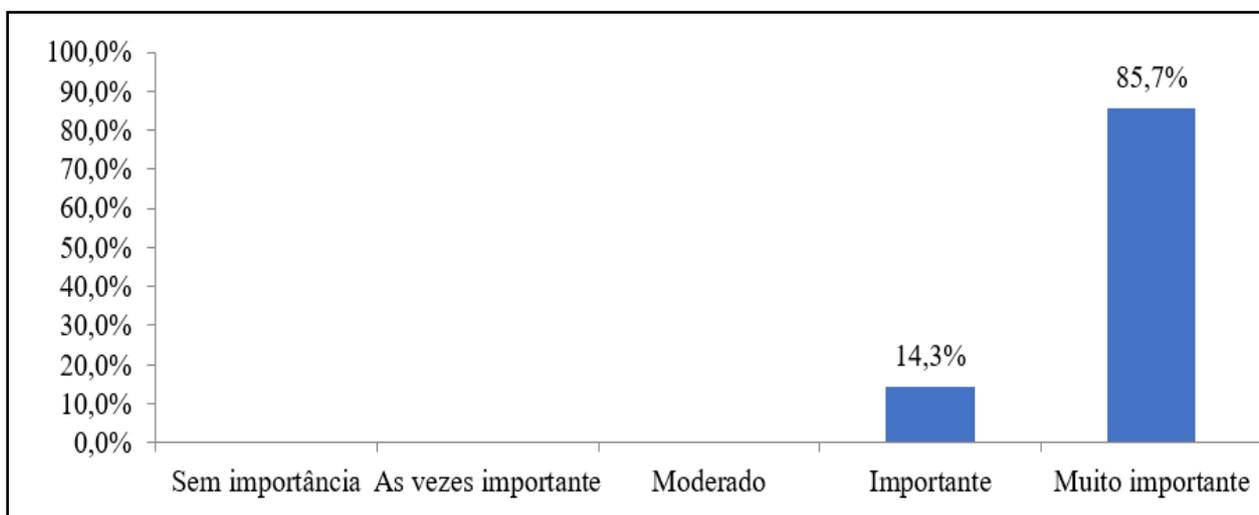


Fonte: Pesquisa, 2020.

No que tange a importância dos métodos utilizados na análise subjetiva, temos que a visita é considerada importante para 64,3% dos respondentes, para 28,6% importante e 7,1% atribui uma importância moderada. O método entrevista é considerado muito importante por 85,7% dos respondentes, e como um fator importante para 14,3%. A ficha cadastral é avaliada como muito importante para 71,4% dos respondentes, 14,3% considera importante, 7,1% atribui importância moderada e 7,1% considera este fator sem importância.

O crédito precisa ser sustentável tanto para o credor quanto para a instituição, fornecer ao tomador do empréstimo o que ele realmente necessita para que esteja dentro de suas capacidades de pagamento minimiza os riscos da operação de crédito (MARCO, 2017). Dessa forma, foi questionado aos respondentes a sua percepção quanto à importância do papel do profissional da área de crédito, para que esse seja fornecido de forma sustentável para ambas as partes.

Gráfico 10 – Percepção da importância dos profissionais em relação ao crédito sustentável



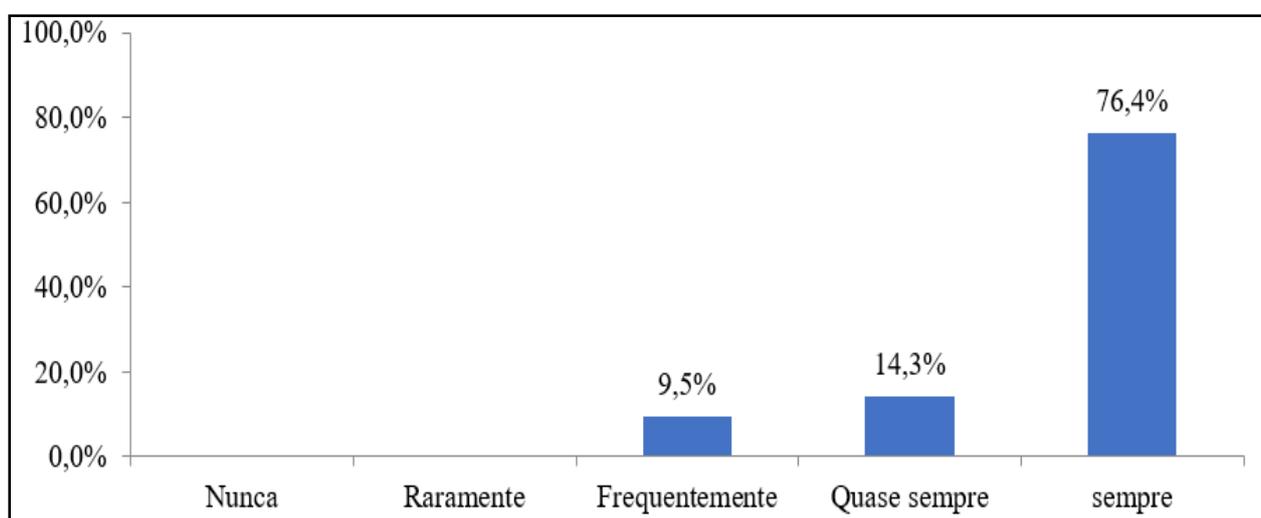
Fonte: Pesquisa, 2020.

Sobre a percepção da importância dos profissionais da área de crédito em relação ao fornecimento de crédito sustentável, 85,7% considera isso um elemento muito importante e 14,3% avalia como importante, isso ocorre porque as cooperativas se destacam no cenário financeiro por buscar o desenvolvimento

da comunidade em que estão inseridas, buscando a sustentabilidade no atendimento, oferecendo aos cooperados produtos e serviços que realmente precisam. (ROCHA e JESUS, 2015).

Neste sentido o Gráfico 11 apresenta a opinião dos gerentes e assistentes de negócios quanto ao atendimento do cooperado com soluções financeiras adequadas.

Gráfico 11 – Fornecimento de crédito levando em consideração o que o tomador realmente precisa



Fonte: Pesquisa, 2020.

O Gráfico 11 demonstra que dos profissionais da área de crédito respondentes 76,4% procuram fornecer produtos e serviços que os cooperados realmente precisam, 14,3% quase sempre e 9,5% frequentemente tem essa mesma atitude.

Conclusão

Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de analisar a influência do conhecimento técnico e a aplicação da análise subjetiva dos profissionais da cooperativa em relação aos serviços prestados aos cooperados, que buscam nas cooperativas acesso ao crédito, de forma mais fácil e menos burocrática.

Porém esta facilidade apresentada pelas cooperativas, não às exime de riscos com relação aos créditos cedidos. Uma análise criteriosa é imprescindível para essas instituições. Além disso, os profissionais que atuam na área precisam estar preparados e conscientes de sua importância no processo. Segura; Molini e Ferreira (2016) afirmam que a experiência desses profissionais bem como seu conhecimento é fundamental no momento de concessão do crédito.

A partir dos conceitos de análise de crédito apresentados neste trabalho, percebe-se que para a concessão ou recusa de um crédito são utilizadas as duas técnicas de análise, a objetiva e a subjetiva.

Mediante as informações obtidas, por meio de aplicação de questionários, pode-se concluir que é parte importante o conhecimento e a percepção dos profissionais da área comercial com relação às informações econômico financeiras, para que os créditos concedidos sejam sustentáveis tanto para os cooperados quanto para a instituição.

Foi possível apontar que a análise subjetiva é utilizada com frequência pelos gerentes e assistentes de negócios, e que os critérios que compõem esta técnica são considerados importantes no momento de avaliação de um crédito. Além disso, notou-se que a documentação solicitada é suficiente para que seja feita uma análise de forma mais segura, mas que a sustentabilidade do crédito está atrelado a experiência e conhecimento dos profissionais envolvidos e principalmente em fornecer o que o sócio realmente precisa, de acordo com a sua capacidade de pagamento.

Por fim, o êxito em uma concessão de crédito bem feita e sustentável para ambos os envolvidos, está diretamente atrelado às técnicas aqui apresentadas e principalmente aos profissionais que estão aplicando-as. Certamente tema aqui apresentado não se esgota com este trabalho, fica assim em aberto para pesquisas futuras sobre o assunto.

Referências

AZZOLINI, V. M. B.; BENETTI, J. E. Análise das metodologias de concessões de crédito aplicadas para pessoas jurídicas nas cooperativas de crédito em Chapecó/SC. **Revista Tecnológica**. Criciúma, v.6, n.1, p. 23-39, 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, Home Page: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cooperativacredito>. Acesso em: 28 de set. 2019.

FERNANDES, E. N. L.; **O impacto da informação contábil de empresas fechadas na percepção de risco dos analistas de crédito**. São Paulo: Biblioteca virtual USP. Publicado em 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-30112010-074842/es.php>. Acesso em: 17 de out. 2020.

FERREIRA, J. F. A. **Análise de crédito**. Assis: FEMA, publicado em 2010. Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTecs/0911260614.pdf>. Acesso em: 25 de set. 2019.

FONTELLES, M. J.; SIMÕES, M. G.; FARIAS, S. H.; FONTELLES, R. G. S. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um projeto de pesquisa. Belém: **Portal Revistas BVS**, publicado em 2009. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=588477&indexSearch=ID>. Acesso em: 21 de set. 2019.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. 1. Ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

HONORATO, F.; **Concessão de crédito em uma cooperativa de crédito**. Criciúma: Repositório UNESC. Publicado em 2017. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/5398>. Acesso em: 18 de out. 2020.

MARCO, D. M.; **Estudo sobre fatores subjetivos na concessão de crédito numa agência bancária de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: Repositório UCS. Publicado em 2011. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/handle/11338/1455>. Acesso em: 18 de out. 2020.

MAIA, A. S. R. S. **Inadimplência e recuperação de créditos**. Londrina: Repositório UFRgs, Publicado em 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/13938>. Acesso em: 21 de set. 2019.

NETO, J. L. C.; SÉRGIO, R. S. G. **Análise de Risco e Crédito**. 1. Ed. Curitiba: Editora Iesde Brasil S.A., 2009.

OCB- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL, Home Page <https://www.ocb.org.br/ramos>. Acesso em: 21 de Set. 2019.

PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de Crédito: História da evolução normativa no Brasil**. 6. Ed. Brasília. 2008.

ROCHA, L. F.; JESUS, T. F. A sustentabilidade financeira frente ao desenvolvimento sustentável: análise de uma cooperativa de crédito rural. **Revista de Iniciação Científica – RIC**. Serrinha, v. 2, n. 2, p.47-66, 2015.

ROSTIROLLA, M. K.; ANGNES, J. S.. **A participação das cooperativas de crédito no sistema financeiro nacional**. Francisco Beltrão: Cresol Instituto, Publicado em 2016. Disponível em: <https://publicacresol.cresolinstituto.org.br/upload/pesquisa/282.pdf>. Acesso em: 12 de mai. 2019.

SANTOS, J. O. **Análise de crédito: segmentos: Empresas, Pessoas Físicas, Varejo, Agronegócio e Pecuária**. 5 Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SCHMITT, J. J. **Análise de crédito uma importante ferramenta para contenção de riscos**. Itajaí: UNIVALI, Publicado em 2011. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Joemar%20Jose%20Schmitt.pdf>. Acesso em: 28 de set. 2019.

SCHRICKEL, W. K. **Análise de crédito: Concessão e gerência de empréstimos**. 5. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

SILVANO, L. O.; BRAGA, J. M. Um estudo sobre a análise e avaliação subjetiva na concessão de crédito sob a ótica dos riscos. **Revista Transformar**. Itaperuna, v.13, n.1, p. 196-2015, 2019.

VIEIRA, A.; EYERKAUFER. M. L.; MARIAN, S. **Análise de riscos na concessão de crédito por instituições financeiras cooperativas para pessoas jurídicas**. Florianópolis: 7º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, Publicado em 2017. Disponível em: http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/artigos/trabalhos_aprovados. Acesso em 27 de abr. 2019.

CAPÍTULO 2

CRÉDITO RURAL SUBSIDIADO: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO EM UMA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL NO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS-PR

Igor Futra

Elizandra Petriu Gasparelo

Doi: 10.48209/978-65-5417-044-2

Introdução

Com os avanços das tecnologias, da industrialização, com o frequente e uniforme crescimento populacional, são constantes as discussões globais sobre os alimentos, que servem como base para a sobrevivência dos seres humanos. Assunto este, ganhando notoriedade principalmente a partir da década de 1970, o crescimento da produção agrícola ocorreu por meio da incorporação de novas áreas e da introdução de novas tecnologias (PIACENTI, 2015; PINTOR, 2015; SILVA, 2015).

De acordo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), (AGENDA 2030), foram elaborados 17 objetivos para a melhoria em vários

setores do planeta. Destaca-se o objetivo número 1, que visa erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas até 2030. Nesse quesito também se destaca o objetivo número 2, no qual, tem como princípio a fome zero e agricultura sustentável. Com a finalidade de “[...] dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, agricultores familiares, pastores e pescadores, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola” (ONU, 2015).

A preocupação das organizações mundiais em relação a disponibilidade de alimentos é um fator de constante discussão, pois, de acordo com a estimativa da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2050 a população mundial atingirá 9,7 bilhões de pessoas, um aumento de vinte por cento em relação aos 7,7 bilhões atuais (G1, 2019).

No ano de 2020 o mundo foi surpreendido pela pandemia da COVID 19, doença que se alastrou rapidamente pelo planeta inteiro, gerando graves crises econômicas. Vários setores foram afetados, indústrias, comércios, entre outros, tiveram queda nas suas vendas e nas produções. No entanto o setor da agricultura demonstrou avanços em meio à crise da pandemia, resistindo ao cenário atual (CANAL RURAL, 2020).

Nesse contexto, a revista eletrônica de notícias, análises, cultura e entretenimento Dom Total (2020) destaca que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro teve uma contração de 1,5% no primeiro trimestre em relação ao anterior, afetado pelos setores de indústria (-1,4%) e serviços (-1,6%), enquanto a agricultura cresceu 0,6%. Para 2020, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) prevê uma contração do PIB de 6%, embora com um crescimento da agricultura (IPEA, 2020).

Apesar do resultado negativo em geral da economia brasileira, o país obteve alto índice de exportação de *commodities*, as exportações de soja e derivados atingem níveis graças a uma produção recorde, capaz de atender à demanda crescente da China, principal parceiro comercial do Brasil (IPEA, 2020).

De acordo com Silva (2019), as sementes que são utilizadas atualmente nas culturas são resultado de algum processo de melhoramento genético, com o financiamento de pesquisas e o advento da biotecnologia, as lavouras alavancaram a sua produção, uma vez que a biotecnologia permitiu que as plantas adquirissem características específicas, como por exemplo: aumento de produção, resistência a pragas e doenças (SILVA, 2019).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), foi criado no ano de 1995, pelo governo federal, a fim de prestar um atendimento exclusivo para pequenos agricultores (BNDES, 2021). O objetivo deste programa é desenvolver atividades em que o agricultor familiar se encontra. Com taxas de juros mais baixas, as quais variam entre 0,5 e 5,5% ao ano (LOPES; LOWERY; PEROBA, 2016). Em menos de 30 anos, o programa PRONAF conseguiu “desenvolver e transformar milhares de pequenas propriedades rurais do país. Com o auxílio financeiro para a utilização de tecnologias e ampliação da área plantada, o que ajudou a gerar mais renda e também potencializar a mão de obra familiar” (BNDES, 2021).

Desenvolvimento

Agricultura Brasileira

A agricultura brasileira vem contribuindo muito para o crescimento da economia mundial. Os avanços da tecnologia para as propriedades vêm se desenvolvendo e aumentando suas capacidades produtivas, proporcionando

maior renda e emprego (WAHLBRINCK, 2017). O Brasil é um país privilegiado, seus relevos favorecem as atividades agropecuárias, na qual possui aproximadamente 22% das terras agricultáveis do mundo, com um clima bastante diversificado e com abundância em água doce, torna-se propenso à diferentes culturas (WAHLBRINCK, 2017).

No Brasil desde o século XV, com a chegada dos colonizadores ao continente, o agronegócio destaca-se em diferentes ciclos econômicos, tais eles como o café, algodão, fumo, milho, feijão, soja, batata, frutas, derivados de leite, carne, uma série de segmentos que impulsionam a economia (GRAFF, 2016). No entanto, para chegar no nível de alta produção, são necessários investimentos em vários setores, como por exemplo, na tecnologia, na otimização das áreas agricultáveis, no melhoramento genético dos rebanhos.

Para Assad, Martins e Pinto (2012), com a disponibilidade de recursos naturais, com os avanços tecnológicos no campo, com a alta demanda interna e o crescimento do consumo de alimentos do mercado internacional, tornam-se indicadores fortes e positivos para a ampliação da produção da agricultura brasileira.

Se por um lado existe o crescimento exponencial da demanda por alimentos no mundo, por outro, a questão ambiental, acirra a pressão pela redução dos Gases do Efeito Estufa (GEE). São pontos importantes e fundamentais que todos os países precisam adequar-se, para isso é necessário estimular o crescimento, reduzindo às agressões ao meio ambiente, diminuindo as emissões de GEE, a agricultura brasileira dispõe de tecnologias para tal efeito, na qual devem ser acopladas pelos agricultores no processo de produção das culturas (ASSAD; MARTINS; PINTO, 2012).

Gestão de Propriedade Rural

A gestão rural, assim como a gestão de empresas que não estão ligadas ao setor agrícola, requer e caracteriza-se por um grupo de atividades conjuntas na qual, estimulam a tomada de decisões, tendo o propósito de adquirir um resultado econômico satisfatório, e que mantenha a produtividade da terra (GRAFF, 2016). O autor Júnior (2000), destaca que além do papel básico do produtor e associando a profissionalização, alguns itens devem ser destacados: Primeiramente o planejamento: na definição de metas, nas ações operacionais, táticas e estratégicas da propriedade, considerando os aspectos técnicos/financeiros/gerenciais/ambientais e/humanos. Por segundo o gerenciamento: atingir metas, gerar, organizar e analisar fatos e dados para a tomada de decisão na propriedade. Manter o controle dos aspectos técnicos e financeiros do negócio. E posteriormente o trabalho: garantindo os meios, mantendo, uma rotina de checagem e auditoria dos produtos e processos para garantir o cumprimento das ações planejadas e o atingimento dos resultados (metas) esperadas, cumprindo duas funções dentro do processo: gerenciando e supervisionando.

Para Duarte (2020) além do produtor se especializar e tomar para si a concepção de que a propriedade rural é um empreendimento, ele deve tornar-se o administrador, gerente e líder, dominando a rotina básica do estabelecimento, a profissionalização das pessoas que trabalham na sua propriedade.

Custos, Gastos e Lucratividade

A contabilidade de custos surgiu com o aparecimento das empresas industriais tendo como intuito determinar os custos dos produtos fabricados. Antes disso, praticamente só existiam empresas comerciais, e os artigos eram produzidos por artesãos, que não constituíam pessoas jurídicas (BIONDO, 2017).

A contabilidade de custos surgiu, no período da Revolução Industrial, no século XVIII, para suprir uma nova necessidade, até esse período, a contabilidade financeira era utilizada de forma muito simples (FONSECA, 2018).

O custo pode ser definido como um gasto por uma empresa, para o empresário pode caracterizar-se como o valor pago por um item (bem), um processo e até mesmo um serviço. Visto que este produto vai ser utilizado no processo produtivo, um exemplo prático disto, são os insumos agrícolas (MARTINS, 2003).

Despesas e custos podem ter significados diferentes, sendo necessário uma compreensão de ambos para uma boa gestão. Respalde (2012) define os gastos como o sacrifício que a empresa tem para obter um bem ou serviço, na qual promete entregar lucros. Os gastos na agricultura podem ser representados como a aquisição de máquinas agrícolas, equipamentos, gastos com energia elétrica, insumos, mão de obra, aluguel, entre outros gastos referentes a área (FONSECA, 2018).

De acordo com Marion (1996); Biondo (2017) podem-se ser discriminadas as principais definições dos custos que são sem desvio implicados na produção rural. O Custo Direto: pode ser mensurado de acordo com a produção realizada, um exemplo, são os insumos, mão de obra direta, energia elétrica, depreciação, ou seja, quando o equipamento agrícola é utilizado somente para a produção de um produto (BIONDO, 2017). Custos Indiretos: são necessários à produção, estes não podem ser identificáveis por uma quantia de produtos, mas podem ser alocados através de rateio, estimativas, depreciações, salários dos chefes de supervisão e de equipes de produção, o aluguel de propriedade rural, os impostos e taxas da propriedade (MARION, 1996). Os Custos Fixos: são aqueles que permanecem sem alteração, ocorrem independente do uso ou não. Estes são fixos em relação ao volume da produção, mas podem variar de valor

no decorrer do tempo, normalmente provenientes de ativos. Um exemplo, depreciação de benfeitorias, instalações e máquinas agrícolas (MARION, 1996). Custos Variáveis: são custos que variam diretamente com proporção ao volume produzido da propriedade, como sementes, alimentos, fertilizantes, pesticidas, combustível, reparos, despesas trabalhistas, entre outros (BIONDO, 2017).

A Lucratividade: o índice de lucratividade tem o objetivo de avaliar o rendimento de determinado período os cálculos devem ter como base as vendas, patrimônio líquido e o valor da ação (RODRIGUES, 2016). A lucratividade na agricultura é medida pela renda líquida do estabelecimento, se for igual o maior que zero, essa propriedade é considerada bem-sucedida, se for menor que zero, demonstra que é malsucedido (ALVES; ROCHA; SOUZA, 2012).

Análise e Discussão dos Resultados

Custeio da Cultura da Soja Safra 2020/2021

A análise-custo-volume-lucro se deu na propriedade rural em estudo. A cultura da soja é composta pelos principais processos de produção: o preparo do solo, plantio da semente de soja, cuidados e tratamentos no desenvolvimento da planta, colheita e frete. As fases e processos estão divididos conforme é demonstrado na tabela 1. Os itens, valores e produtos mencionados, são os gastos e despesas consideradas pelo sojicultor na safra de 2020/2021, referente a uma área de 95 hectares, destinados apenas para o cultivo da leguminosa, o valor comercializado da saca de 60 Kg ficou em torno de R\$ 95,00 devido a contratos feitos antes do plantio. O produtor preza pelo método de plantio-direto, onde não é necessário a aração do solo, mantendo a palhada de aveia como forração e adubo para a ova cultura, reduzindo os custos e erosão do solo. O período de planta estendeu-se no mês de outubro de 2020.

A Tabela 1, apresenta os custos e despesas de produção da cultura de soja safra 2020/2021, os produtos descritos são de responsabilidade e utilização pelo produtor, são insumos necessários para preparar, plantar, adubar, e fazer as correções da cultura, como eliminar pragas que se desenvolvem em junto com a soja, exemplos de pragas ervas daninhas, insetos, fungos, entre outros.

Tabela 1: Custos e despesas de produção da cultura da soja.

FASES DA CULTURA	Descrição dos produtos e serviços	Quantidade para 1 hectare	Valores para 1 (um) hectare	Total para 95 hectares
PREPARO DA ÁREA	Calcário	2.500 KG	R\$ 67,00	R\$ 6.365,00
	Aveia	53 KG	R\$ 68,90	R\$ 6.545,50
LIMPEZA INVERNO	Curat	8,26 GR	R\$ 8,26	R\$ 785,00
	Mineral	413 ML	R\$ 7,43	R\$ 706,00
PLANTIO	Randup	2,0 6L	R\$ 39,25	R\$3.729,33
	Semente	66 KG	R\$ 594,00	R\$56.430,00
	Adubo	6,20 sacos de 60 KG	R\$ 589,00	R\$55.955,00
1º LIMPA	Randup	2,06 L	R\$ 39,25	R\$3.729,33
	Inseticida Acefato	1.239 GR	R\$ 49,58	R\$ 4.710,00
2º LIMPA	Randup	1.65 L	R\$ 31,40	R\$ 2.983,00
	Raiso	61,98 ML	R\$ 3,44	R\$ 327,13
	Carbendazim	1,03 L	R\$ 41,32	R\$3.925,61

1º FUNGICIDA	Ativum	826 ML	R\$ 119,83	R\$11.384,30
	Raiso	61,98 ML	R\$ 3,44	R\$ 327,13
	Espalhante	103,30 ML	R\$ 9,50	R\$ 902,89
2º FUNGICIDA	Fox	416 ML	R\$ 107,44	R\$10.206,61
	Engeo Pleno	2 ML	R\$ 33,05	R\$3.140,50
	Espalhante	103,30 ML	R\$ 9,50	R\$ 902,89
	Foliar Ancinostato de Grão	2,06 KG	R\$ 45,00	R\$4.275,00
3º FUNGICIDA	Fox x-pro	416 ML	R\$ 119,00	R\$11.305,78
	Espalhante	103,30 ML	R\$ 9,50	R\$ 902,89
	Intrepid	416 ML	R\$ 39,25	R\$ 3.729,33
	Abamex	416 ML	R\$ 16,52	R\$1.570,25
4º FUNGICIDA	Sphere Max	248 ML	R\$ 69,42	R\$ 6.595,04
	Espalhante	103,30 ML	R\$ 9,50	R\$ 902,89
MÁQUINAS PLANTIO	Combustível	14,50 L	R\$ 59,45	R\$ 5.647,75
MÁQUINAS PULVERIZAÇÃO	Combustível	20,66 L	R\$ 85,00	R\$8.075,00
MÁQUINAS COLHEITA	Combustível	27,72 L	R\$113,65	R\$10.796,75
ALUGUEL 50 HECTARES		12,40 SACAS	R\$ 1.190,08	R\$59.520,00
SEGURO DA SAFRA			R\$ 52,63	R\$ 5.000,00

TRANSPORTE DA SAFRA			R\$173,55	R\$16.487,60
CUSTO TOTAL			2.560,93	R\$ 245.362,40
QUANTIDADE PRODUZIDA		51,65 SACAS	R\$4.906,75	R\$466.141,25
LUCRO LÍQUIDO			R\$ 2.345,82	R\$ 220.778,85

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O produtor necessita de financiamentos rurais para custear a safra, existem dois financiamentos na propriedade, sob responsabilidade do CPF do dono e do filho mais velho, em que, com a soma dos dois financiamentos os valores ficam próximos de R\$ 150.000,00. Utilizam-se de dois bancos para o financiamento, o programa que é utilizado é o do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), na finalidade de custeio e investimento. O crédito custeio para a compra de insumos para a produção de soja, já o crédito investimento, é para fazer melhorias na propriedade, como por exemplo aquisição de máquinas e implementos.

Análise Custo-Volume-Lucro da Propriedade

Para realizar as análises do custo-volume-lucro da propriedade, onde é abordada nesse estudo, faz-se necessário classificar todos os custos e despesas da safra 2020/2021 podendo ser fixos ou variáveis. A Tabela 2, em sequência, apresenta a depreciação de maquinários e benfeitorias da propriedade, de acordo com a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), na qual tem a finalidade de levantar os custos fixos relacionados com a depreciação das máquinas e prédios da propriedade.

Tabela 2: Depreciação de maquinários e benfeitorias da propriedade.

Descrição	Valor/ Mercado R\$	Ano aqui- sição	Resi- dual (%)	Deprecia- ção acumulada R\$	Valor a depre- ciar	Vida útil (anos)	Deprecia- ção/ Ano R\$
Trator 7515 J	160.000,00	2019	25%	40.000,00	120.000,00	10	12.000,00
Trator 6135 J	360.000,00	2021	25%	90.000,00	270.000,00	10	27.000,00
Cami- nhão Ford Tru- ck	80.000,00	2018	20%	16.000,00	64.000,00	5	12.800,00
Pulve- rizador Metalfor	110.000,00	2018	25%	27.500,00	82.500,00	10	8.250,00
Carreta 10 T	40.000,00	2017	25%	10.000,00	30.0,00	4	-----
Carreta 6 T	9.000,00	2003	25%	3.250,00	6.750,00	4	-----
Semea- deira 17 linhas	100.000,00	2015	25%	25.000,00	75.000,00	10	7.500,00
Pé-de-pa- to	25.000,00	2016	25%	6.250,00	18.750,00	10	1.875,00
Planta- deira	150.000,00	2015	25%	37.500,00	112.500,00	10	11.250,00
Grade ni- veladora	20.000,00	2014	25%	5.000,00	15.000,00	10	1.500,00
Colhei- tadei- ra9060 NH	900.000,00	2019	25%	225.000,00	6 5.000,00	10	67.500,00
Barracão	80.000,00	2012	35%	28.000,00	52.000,00	25	2.080,00
TOTAL							151.755,00

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O valor total da depreciação no período (anual) foi de R\$ 151.755,00, os valores dos itens descritos, foram disponibilizados pelo produtor rural. Com base nessas informações foi possível o cálculo da depreciação, na qual podemos pegar como exemplo o item trator 6135J, no valor de R\$ 360.000,00. Para efetuar esse cálculo pressupõe-se que ainda resta 25% do valor de mercado, efetuando o cálculo ($360.000 \times 25\%$) obtém-se um valor residual de R\$ 90.000,00. Dessa forma encontra-se o valor a ser depreciado ($360.000 - 90.000 = 270.000$). A vida útil de um maquinário agrícola é de 10 anos, realizando a operação ($270.000/10$), encontra-se o resultado R\$ 27.000,00 de depreciação anual.

A Tabela 3, apresenta o rateio da depreciação dos maquinários, entre as culturas do milho, soja, feijão e atividade leiteira, como a propriedade utiliza dos equipamentos para todas as culturas, e não existe o controle de horas trabalhadas para cada atividade, adotou-se o critério proporcional a cultura trabalhada.

Tabela 3: Rateio da depreciação entre culturas.

Cultura	Porcentagem de rateio	Depreciação total de cada cultura	Depreciação total
Soja	60%	R\$ 151.755,00 x 60%	R\$ 91.053,00
Milho	20%	R\$ 151.755,00 x 20%	R\$ 30.351,00
Feijão	10%	R\$ 151.755,00 x 10%	R\$ 15.175,50
Atividade leiteira	10%	R\$ 151.755,00 x 10%	R\$ 15.175,50

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

O rateio de depreciação entre culturas, foi elaborado pela quantidade utilizada dos maquinários, dessa forma, ficou dividido 60% da depreciação total para a cultura da soja, 20% para a cultura do milho, 10% para a cultura do feijão

e 10% para a cultura do leite, fechando o total de 100% da depreciação dos maquinários e implementos agrícolas. Na sequência os custos da atividade foram separados em custo fixo e variável, apresentados na Tabela 4.

Tabela 4: Separação custos fixos e variáveis.

Custo Variável	Valor (R\$)	Custo Fixos	Valor (R\$)
Insumos/sementes/ inseticidas/herbicidas/ fungicidas	R\$139.835,90	Depreciação	R\$91.053,00
		ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural)	R\$ 175,00
Combustível	R\$24.519,50		
Transporte	R\$16.487,60		
Aluguéis	R\$59.520,00		
Total	R\$245.362,40	TOTAL	R\$ 91.228,00

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O item aluguéis, foi introduzido nos custos variáveis devido a sua volatilidade, o produtor necessita de mais áreas agricultáveis para o plantio, como esse mesmo produtor não tem todas as áreas próprias necessárias, tem de alugar terrenos de terceiros, o que pode variar o aluguel de proprietário para proprietário, também levando em conta a quantia de terras em apenas um local, nessa localidade, no período estudado, os aluguéis variaram de 35 a 45 sacas por alqueire ou 2,42 hectares.

De acordo com o Quadro 1, a propriedade rural apresentou as seguintes informações na safra de soja no período 2020/2021.

Quadro 1: Informações sobre custos.

Preço de venda por saca	R\$ 95,00
Área plantada em hectares	95
Produtividade sacas por hectare	51,65
Produção total da safra em sacas de 60 kg	4.906,75
Valor total da venda	R\$ 466.141,25
Custos fixos	R\$ 91.228,00
Custos Variáveis	R\$ 245.362,40
Custo Total	R\$ 336.590,40
Margem de Contribuição unitária	R\$ 45,00
Custo Variável Unitário por saca	R\$ 50,00

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Através dessas informações, é possível na Tabela 5, apurar a Demonstração de Resultados (DRE).

Tabela 5: Demonstração de Resultados (DRE).

(=) Receitas	R\$ 466.141,25
(-) Custos Variáveis	R\$ 245.362,40
(=) Margem de Contribuição	R\$ 220.778,85
(-) Custos Fixos	R\$ 91.228,00
(=) Lucro Operacional	R\$ 129.550,85

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Para realizarmos a Demonstração de Resultados, foram utilizadas todas as receitas de vendas da soja, safra 2020/2021. Na qual, totalizou uma receita bruta de R\$ 466.141,25, ao subtrair os custos variáveis no valor de R\$245.362,40, obteve-se a margem de contribuição de R\$220.778,85. Dessa forma como destaca Petriu (2010), um autor que fundamentou a teoria, a margem de Contribuição representa o valor excedente da venda, em que, deve custear os custos e despesas fixas. Para chegar ao resultado do Lucro Operacional, elimina-se os custos fixos da Margem de Contribuição, chegando ao resultado do Lucro Operacional de R\$ 129.550,85.

Cálculo do Ponto de Equilíbrio

O ponto de equilíbrio abordado na propriedade rural, é onde não apresenta nem lucro, e nem prejuízo (SCHWARZER, 2016). Segundo Petriu (2010), o ponto de equilíbrio representa a quantidade de sacas que devem ser produzidas para equilibrar a receita total com a soma dos custos e despesas operacionais relativos aos produtos vendidos.

Para encontrarmos o ponto de equilíbrio utilizaremos a fórmula abaixo:

Quadro 2: Fórmula do ponto de equilíbrio.

$$PE = \frac{\text{Custo fixo total (+) Despesa fixa total}}{\text{Margem de Contribuição Unitária}}$$

Fonte: Martins (2003)

Na qual, substituindo os valores encontramos a seguinte expressão.

Custo fixo = R\$ 91.228,00

Margem de contribuição unitária = R\$ 45,00

Quadro 3: Resultado do Ponto de Equilíbrio.

$$PE = \frac{R\$ 91.228,00}{45} = 2.027 \text{ SACAS}$$

Fonte: Autor (2022).

O cálculo do ponto de equilíbrio chegou ao resultado 2.027 sacas, em que, foi comercializada no preço de R\$ 95,00 a saca de 60 Kg, neste momento chega-se ao ponto de equilíbrio, onde permite cobrir os custos, sem que ocorra prejuízo e nem lucro.

Cálculo da Alavancagem Operacional

O cálculo da alavancagem operacional segundo Petriu (2010), uma autora que discutiu a fundamentação teórica sobre alavancagem operacional, é a relação entre a variação de vendas e a variação do lucro em comparação com o aumento ou redução da quantidade produzida. Esse conceito é aplicado no crescimento das vendas, quando ocorre um crescimento de produção.

Quadro 4: Fórmula da alavancagem operacional.

$$\text{ALAVANCAGEM OPERACIONAL} = \frac{\text{Margem de Contribuição}}{\text{Lucro Operacional}}$$

Fonte: Warren; Reeve e Fess (2003).

Aplicando a fórmula encontramos os seguintes resultados:

Quadro 4: Resultado da fórmula alavancagem operacional.

$$\text{ALAVANCAGEM OPERACIONAL} = \frac{220.778,85}{129.550,85} = 1,70$$

Fonte: Autor (2022).

Neste caso os números apresentados, representam que a cada 1% de aumento de venda/produção o lucro operacional poderá impactar 1,70% no resultado operacional positivamente, se diminuir 1% nas vendas, impactará 1,70% no resultado operacional negativamente.

Cálculo da Margem de Segurança

O cálculo da margem de segurança determina a quantia vendida/produzida acima do ponto de equilíbrio, ou seja, é o excedente da receita do ponto de equilíbrio. Neste caso, além da margem de segurança determinar a quantia que deve ser produzida acima do PE, ela demonstra a quantidade que pode deixar de ser produzido, sem que o produtor tenha prejuízos.

A quantidade que o produtor pode deixar de produzir é explicado pelas intempéries climáticas, ou até mesmo estiagens severas, onde afetam diretamente na qualidade e quantidade de produção.

Nos Quadros 5 e 6, respectivamente, encontra-se as fórmulas da margem de segurança faturamento e margem de segurança unidades respectivamente.

Quadro 5: Fórmula da margem de segurança faturamento.

$$\text{Margem de segurança} = \text{receita de vendas (efetivas)} - \text{vendas no ponto de equilíbrio}$$

Fonte: Wernke (2004).

$$\text{Margem de segurança} = 466.141,25 - (2.027 \times \text{R}\$95,00) = \text{R}\$ 273.576,25$$

$$\text{Margem de segurança faturamento} = \text{R}\$ 273.576,25$$

Quadro 6: Fórmula da margem de segurança unidades.

Margem de segurança em unidades = vendas efetivas unidades (-) vendas unidades ponto de equilíbrio

Fonte: Wernke (2004).

Margem de segurança unidades = 4.906,75 – 2.027 = 2.880 unidades. Com a aplicação da fórmula da margem de segurança em unidades, obteve o resultado de 2.880 unidade (sacas), valor esse, referido a safra total.

Quadro 7: Fórmula da margem de segurança em porcentagem.

Margem de segurança % = margem de segurança em valor / vendas planejadas

Fonte: Padoveze (2000).

Margem de segurança % = $\frac{273.576,25}{466.141,25} = 58,7\%$

Margem de segurança em porcentagem = 58,7%

Os dados apresentados pelas fórmulas representam que pode ocorrer uma quebra na safra de 58,7%, ou unidades (sacas 60 kg). Em resumo a propriedade rural tem uma margem de quase 60% margem de segurança, dessa forma deverá buscar maior produção e baixar os custos todas as safras conseqüentemente.

Análise de Aplicação de Recursos Provenientes do Crédito Rural na Pequena Propriedade.

Buscando atender o objetivo do trabalho, a propriedade rural utiliza linhas de crédito do PRONAF CUSTEIO e PRONAF INVESTIMENTO, os financiamentos são adquiridos através de 2 (dois) CPFs, do proprietário e do filho mais velho.

Os valores de financiamento ficaram em média de R\$ 160.000,00, a uma taxa de 5,5% ao ano, levando em consideração que os valores tomados, foram destinados a safra de soja 2020/2021. Existe uma defasagem para custear a safra de soja, a propriedade além de pegar recursos de provenientes de financiamentos rurais, teve de desembolsar recursos próprios, cerca de R\$ 90.000,00, adquiridos de outras culturas, como milho, feijão e principalmente da atividade leiteira, na qual, é um dos pilares de renda da família. Para então conseguir pagar os custos da safra, que ficou em torno de R\$245.362,40 no ano de 2020/2021.

Em entrevistas direcionadas ao proprietário e sua família, o mesmo relatou que os recursos provenientes do crédito rural são destinados à compra de insumos, como por exemplo, sementes, fertilizantes e defensivos agrícolas. O proprietário relatou em questionário que não consegue manter a atividade da cultura da soja sem fazer financiamentos, no entanto os valores dos créditos tomados não são suficientes, como exemplificado nos cálculos acima apresentados.

Em conversa, foi relatado que a propriedade não possui acompanhamento por parte de um profissional contábil, existe um certo controle através de anotações manuscritas em cadernos, tão logo pode-se afirmar que o valor de lucro considerado pelo proprietário, diverge dos valores apurados, olhando para o preceito contábil, visto que fatores tais como, despesas financeiras, depreciações não estão sendo consideradas, o que dificulta a exatidão dos dados, o que pode ocasionar divergências de custos e de lucratividade da propriedade.

De acordo com Respalde (2006), é indispensável aos produtores rurais o conhecimento aprofundado de seu negócio, a agricultura. Para tanto, deve o produtor estar bem informado sobre as condições de mercado para os produtores agrícolas, bem como conhecer as condições dos recursos naturais de seu es-

tabelecimento rural, o que se torna necessário o controle e análise dos gastos, só assim o proprietário pode tomar decisões importantes para a sua propriedade.

As tomadas de decisões da propriedade são baseadas em reuniões familiares, onde é discutido a causa e o motivo do problema ou um novo investimento com a intenção de melhorias, dessa forma com a decisão da família o proprietário consegue fazer a melhor tomada de decisão possível para a propriedade.

Após análise da propriedade rural por meio dos dados obtidos através da pesquisa em campo, e com a realização de controles contábeis junto com o auxílio e aplicação de ferramentas gerenciais, foi possível esclarecer a rentabilidade que a propriedade dispõe na cultura da soja. Os registros das atividades desenvolvidas na propriedade familiar estudada, é fundamental para a avaliação financeira, bem como, os lucros e prejuízos de determinado período.

Considerações Finais

O trabalho discutiu a relevância da análise custo-volume-lucro na cultura da soja, safra de 2020/2021 em uma pequena propriedade rural, localizada no interior do município de Prudentópolis que teve o intuito de auxiliar a produtor nas tomadas de decisões relacionadas aos negócios de sua propriedade.

Com a pesquisa em campo e a pesquisa bibliográfica realizadas, foi possível compreender mais sobre o cenário, na qual, se encontra a cultura da soja, produzida pela pequena propriedade familiar. O objetivo do trabalho foi atingido através de cálculos, tabelas e análises onde salienta que estas informações podem acrescentar na gestão do produtor, o qual é o dono, gerente e funcionário da sua empresa rural.

Ao decorrer do trabalho, através de tabelas, notamos que o produtor não considera várias despesas do período, principalmente a depreciação de máqui-

nas e equipamentos, onde impacta diretamente no resultado final da safra. Através dos cálculos das relações custo-volume-lucro, o produtor poderá analisar as lacunas existentes na gestão financeira da sua propriedade. Nesse contexto, a propriedade poderá aumentar a sua capacidade produtiva, reduzindo os custos de produção. Os controles gerenciais propostos e executados na propriedade, apresentaram com mais transparência a rentabilidade da propriedade, bem como, os custos de produção e com a depreciação dos maquinários que a propriedade dispõe.

A propriedade apresentou na safra de soja 2020/2021 uma baixa lucratividade, devido aos altos custos de insumos e principalmente aos contratos assinados antes do plantio da safra, em que o produtor comercializou toda a sua produção, cerca de quatro mil e novecentas sacas a um valor de R\$ 95,00 a unidade, em comparação com os preços praticado na praça, via balcão, que ficou em média de R\$ 160,00 a saca de 60 kg, gerando uma significativa perda de lucro no período.

A propriedade estudada, tem aproximadamente R\$ 200.000,00 em financiamentos de maquinários, valor a ser pago anualmente, nesse contexto, apenas a produção da cultura da soja, não é suficiente para quitar todas as dívidas, dependendo necessariamente de outras culturas, como o milho, feijão e leite. O que reflete na interligação das culturas da propriedade, quando uma cultura tem baixa produtividade, outra cultura deve necessariamente produzir mais que habitual, afim de equilibrar as perdas.

Como a pesquisa limitou-se a apenas uma única propriedade, é relevante afirmar que através do controle utilizado, não poderá ser generalizado para todas as propriedades, uma vez que cada uma tem suas particularidades. Outro contraste de limitação levantada, é de que a propriedade não possui um controle concreto e eficaz. As entrevistas e análises foram executadas em um período

específico nos meses de novembro e dezembro de 2021, o que poderia ser mais interessante e melhor aproveitado um período maior de análise, com o intuito de avaliar melhor a rentabilidade da empresa rural abordada.

Depreende-se, portanto, a aplicação da contabilidade rural, através de dispositivos de controles gerenciais, tais como, controle de custos, despesas e lucratividade, é extremamente importante e necessário para o produtor rural, na qual, pode ser executado através de um profissional da área contábil, tendo por objetivo auxiliar o empreendedor a acompanhar de forma mais eficaz seu negócio. Os controles que a contabilidade disponibiliza são fundamentais para a tomada de decisões, e aplicada no agronegócio, deixando a atividade rural muito mais importante, tornando-se mais sustentável e rentável aos produtores.

Referências

AGUIAR, G. Subsídios agrícolas: quem ganha e quem perde. Scot Consultoria, ano 2012. Disponível em: <https://www.scotconsultoria.com.br/noticias/artigos/22191/subsidios-agricolas:-quem-ganha-e-quem-perde.htm#:~:text=O%20subs%C3%ADdio%20agr%C3%ADcola%20%C3%A9%20o,de%20impostos%20e%20outras/> Acesso em: 16 nov. 2020.

ALVES, E.; SOUZA, G.S.; ROCHA, D, P. Lucratividade da agricultura. Revista de Política Agrícola. 2012. SENADO FEDERAL. Art. 184. Atividade Legislativa. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_184_.asp/ Acesso em: 23 mar. 2021.

ASSAD, E. D; MARTIN, S. C; PINTO, H.S; Sustentabilidade no agronegócio brasileiro. Fundação brasileira para o desenvolvimento sustentável- FBDS. 2012.

BAPTISTELA, J. L. C. Crédito Rural: Como funcionam as novidades para 2020/21. Aegro, ano 2020. Disponível em: <https://blog.aegro.com.br/credito-rural/>. Acesso em: 15 de março de 2021.

BIONDO, F. M. R. A importância da contabilidade de custos para a gestão de uma pequena propriedade rural: com ênfase na produção leiteira. Faculdade integrada Machado de Assis. Crissiumal. RS. 2017.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento. O BNDES financia com R\$9,8 milhões melhoramento genético de hortaliças. Ano 2014. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20141127_inova_agro_sakata/ Acesso em: 23 jul. 2021.

BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento. Crédito Rural, 2020. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-credito-rural/>. Acesso em: 19 ago. 2020.

BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/Busca/solrsearch/>. Acesso em 02 out. 2021.

BREITENBACH, R. Gestão rural no contexto do agronegócio: desafios e limitações. Desafio Online, Campo Grande, v. 2, n. 2, Mai./Ago. 2014.

CAMARGO, A. C.; HADDADE, I. R. Viabilização da produção de leite na pequena propriedade. Vitória-ES, Universidade Estadual do Espírito Santo, XXIV congresso brasileiro de zootecnia, 2014.

CNA, O mundo precisa da agricultura brasileira. Ano 2021. Disponível em: <https://www.cnabrasil.org.br/artigos/o-mundo-precisa-da-agricultura-brasileira/> Acesso em 08 março 2021.

CREPALDI, S. A. Contabilidade Rural: Uma Abordagem Decisorial. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2012.

CREPALDI, S. A. Contabilidade rural: Uma Abordagem Decisorial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CRESOL. Plano Safra: o que é e como funciona? Produção Rural. Ano 2021. Disponível em: <https://blog.cresol.com.br/plano-safra/> Acesso em 20 de setembro de 2021.

DALL'AGNOL, A. A Embrapa Soja no contexto do desenvolvimento da soja no Brasil: histórico e contribuições / Amélio Dall'Agnol. – Brasília, DF: Embrapa, 2016.

DOMINGUES, D. L. Lucratividade e Rentabilidade: um estudo de caso em um escritório contábil. Contábeis, ano 2012. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/3646/lucratividade-e-rentabilidade-um-estudo-de-caso-em-um-escritorio-contabil/> Acesso em: 23 mar. 2021.

DUARTE, G. R. B. Saiba como melhorar a gestão da propriedade rural. Lavoura. Ano 2020. Disponível em: <https://blog.aegro.com.br/gestao-da-propriedade-rural/> Acesso em: 28 jul. 2021.

ECONOMIA. Agricultura é o único setor que resiste a crise causada pela pandemia. Dom Total. 2020. Disponível em: <https://domtotal.com/noticia/1453710/2020/06/agricultura-e-o-unico-setor-que-resiste-a-crise-causada-pela-pandemia/>. Acesso em: 16 set. 2020.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de pesquisa agropecuária. Balde cheio. Disponível em: <http://www.cppse.embrapa.br/balde-cheio/> Acesso em: 24 mai. 2020.

FONSECA, M. H. Gestão de custos na agricultura familiar na cidade de Ponta Grossa. UTFPR, Universidade Tecnológica do Paraná. Ponta Grossa-Pr, 2018.

G1.Globo. População mundial chegará a 9,7 bilhões em 2050, prevê ONU. Globoplay. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/06/18/populacao-mundial-chegara-a-97-bilhoes-em-2050-preve-onu.ghtml> Acesso em: 24 mai. 2020.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social / Antônio Carlos Gil.-6. Ed.- São Paulo: Atlas, 2008.

GRAÇA, A.; CARRANÇA, F. Agricultura – Plano Safra e a política brasileira – O agronegócio tem peso expressivo na economia brasileira. IPEA, 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1278:reportagens-materias&Itemid=39/ Acesso em: 17 set. 2021.

GRÄF, L. V. Gestão da propriedade rural: um estudo sobre a autonomia do jovem na gestão da propriedade rural. Lajeado- RS.

HANAUER, L. S. A importância do crédito rural (PRONAF) no desenvolvimento da agricultura familiar no território rural da produção/RS. Universidade Federal de Santa Maria. RS. 2015.

IBGE, Instituto de Pesquisa de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro. 2006.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ano 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/> Acesso em: 15 nov. 2020.

JOSÉ J. R. A. J. Gerenciamento da propriedade agrícola. Concórdia-SC, 2000. Disponível em: http://www.cnpsa.embrapa.br/sgc/sgc_publicacoes/memorias2000_ribas.pdf Acesso em: 17 mar. 2021.

LAVOURA, Entenda os custos de produção agrícola e esteja no comando de sua fazenda. AEGRO. Ano 2018. Disponível em: <https://blog.aegro.com.br/custos-de-producao-agricola/> Acesso em: 08 mar. 2021

LOPES, D.; LOWERY, S.; PEROBA, T. L. Crédito rural no Brasil: desafios e oportunidades para promoção da agropecuária sustentável. Revista do BNDES 45, 2016.

IUDICIBUS, Sérgio de. Contabilidade Gerencial. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1987.

IUDÍCIBUS, S. Contabilidade Gerencial. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Safra 2020/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/plano-safra-2020-2021-entra-em-vigor-nesta-quarta-feira/>. Acesso em: 19 ago. 2020.

MARION, J.C. Contabilidade Rural, Atlas. 4º edição, 1985.

MARION, J. C. Contabilidade Rural, contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda-pessoa jurídica. Atlas. 10º edição, 1990.

MARION, J.C. Monografia para os cursos de administração, contabilidade e economia. São Paulo: Atlas 2002.

MARION, J. C. Contabilidade rural. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MARTINS, E. Contabilidade de custos. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, E. Contabilidade de custos. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MIRANDA, P. Contabilidade: fator do desenvolvimento do agronegócio, 2004. Disponível em: <www.paginarural.com.br/artigo/938/contabilidade-fator-de-desenvolvimento-do-agronegocio/>. Acesso em: 12 ago. 2020

MUNDO. População mundial chegará a 9,7 bilhões em 2050, prevê ONU. G1, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/06/18/populacao-mundial-chegara-a-97-bilhoes-em-2050-preve-onu.ghtml> Acesso em: 05 nov. 2020.

NEPOMUCENO, F. Contabilidade rural e seus custos de produção. – São Paulo: Editora IOB-Thomson, 2004.

NÊS, D. R. A contabilidade e o crédito rural: Uma abordagem contábil sobre o produtor rural e sua participação no Pronaf no município de Jacinto Machado/ SC. UNESC, Criciúma 2016.

NOTÍCIAS. Coronavírus: saiba os impactos da pandemia no agro e no mundo. Canal Rural, 2020. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/coronavirus-saiba-tudo-sobre-a-pandemia-que-ja-afeta-o-mundo/> Acesso em: 05 de nov. 2020.

ONU. Nações Unidas Brasil. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/> Acesso em: 08 de fev. 2021.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Contabilidade Gerencial – Um enfoque em sistema de informação contábil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PETRIU, E.; MIERZVA, S.C. B. Análise do custo/volume/lucro na cultura do feijão em uma pequena propriedade rural. Trabalho de Conclusão de Curso, UNICENTRO, 2010.

PRONAF, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. BNDES, o banco nacional de desenvolvimento. Ano 2021. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf#> Acesso em: 08 mar. 2021.

PINTOR, E.; SILVA, G. M.; PIACENTI, C. A. Crédito Rural e o crescimento econômico no Brasil. Revista de política agrícola. Nº1. 2015

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social; métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHWARZER, N.C.B. Análise custo/volume/lucro e formação do preço de venda da empresa cartonagem Nergel LTDA. UNIVATE, Lajeado, RS. 2016.

SILVA, G. B. P. Melhoramento genético das plantas: como utilizá-lo a favor da agricultura. Revista eletrônica: Instituto Agro. 2019. Disponível em: <https://institutoagro.com.br/melhoramento-genetico-de-plantas/> Acesso em: 23 jul. 2021.

TRIVIÑOS, A.N.S. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo, Editora Atlas S.A, 1987.

ULRICH, E. R. Contabilidade rural e perspectivas da gestão no agronegócio. RACI, vol. 4. 2009.

ZUMACK, C. O estudo da viabilidade da produção de leite em propriedades familiares rurais do município de Rolim Moura- RO. Cleidomiro Zumack-Cacoal/RO: UNIR, 2015.

WAHLBRINCK, J. As contribuições do crédito rural na geração de renda e qualidade de vida dos produtores rurais de Imigrante-RS. UNIVATE, Lajeado, RS. 2017.

WARREN, Carl S. REEVE, James M. FESS, Philip E. Contabilidade Gerencial. Tradução 6. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

WERNKE, R. Gestão de custos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CAPÍTULO 3

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS CONTRATOS GERIDOS PELO GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Marco Antônio Pereira Gonçalves

Mônica Aparecida Bortolotti

Doi: 10.48209/978-65-5417-044-3

Introdução

As Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 14.133/2021 e a Lei Estadual do Paraná nº 15.608/2007, explicitam o trâmite comum para as contratações executadas pela Administração Pública. Em paralelo a isto, o manual de fiscalização de contratos da Advocacia Geral da União (AGU) e o caderno orientador de licitações, contratos e convênios de Prestação de Serviços da Procuradoria Geral do

Estado do Paraná (PGE), elucidam meios de acompanhamento e fiscalização das contratações supracitadas.

Em geral, segundo Motta (2010), as contratações são subdivididas em três etapas, sendo elas: 1) as definições estratégicas (análises, especificações e planejamento da contratação); 2) o processo de seleção (contratação, que na administração pública, via de regra, dar-se-á através de licitação); e, 3) a gestão contratual (fiscalização e acompanhamento da execução do contrato).

Para alguns autores, as etapas citadas acima recebem outras nomenclaturas, como cita Guimarães (2016): “uma contratação pública pode ser dividida em três fases distintas: interna, externa e contratual.” Fernandes (2017), na mesma linha, denomina as mesmas fases como “planejamento de contratação, seleção do fornecedor e execução do contrato.”

Em relação a definições estratégicas, ou fase interna, Meirelles, Aleixo e Burle Filho (2013, p. 313) citam: “[...] O procedimento da licitação inicia-se na repartição interessada com a abertura de processo em que a autoridade competente determina sua realização, define seu objeto e indica os recursos hábeis para a despesa”.

Daqui, depreende-se a necessidade de planejamento que, segundo Ribas, Facini e Teixeira (2013, p. 22) é “antes de tudo, responder antecipadamente a questões que sempre surgem durante a gestão de uma organização.” Continuam os autores: “Dessa forma, planejar é antever problemas e traçar ações estratégicas que possam evita-los” (RIBAS, FACINI e TEIXEIRA, 2013, p. 22). Complementando o citado anteriormente, Chiavenato (2008, p. 419) cita que “para que uma organização cumpra com efetividade sua missão, é imprescindível que suas ações decorram de um planejamento organizando e permanente.”

Em relação ao processo de seleção, na administração pública, via de regra, ocorre por “licitação”. Amorim (2017, p. 21) conceitua que licitação deriva da palavra latina *licitatione*, que quer dizer, arrematar em leilão. Dando continuidade ao exposto, Mello (2009, p. 532-533), informa que qualquer licitação parte de dois pressupostos: 1) o lógico, que trata da pluralidade de objeto e ofertantes; 2) e o jurídico, que trata das condições técnicas para execução de tal processo.

Ainda sobre licitação, Filho (2009, p. 250) informa que “licitação é um procedimento” e que “pode variar segundo o objetivo a ser atingido”. Por isso, continua (2009, p. 258): “a definição da modalidade de licitação não deve fazer-se apenas em função do valor da contratação. Também deverá tomar-se em vista a complexidade do objeto da licitação.” Ainda sobre o assunto, Dromi (1975, p. 92) conceitua licitação “como o procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formular propostas.”

Vencidas as etapas licitatórias, trataremos da gestão contratual. Neste sentido, Chiavenato (2008, p. 460) diz que “considera-se contrato todo e qualquer ajuste ente órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontade para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas.” Ainda sobre o assunto, Filho (2009, p. 779), informa que “cada parte tem o dever de cumprir as prestações que lhe incumbem na forma, tempo e local previstos contratualmente.”

O autor Costa (2019, p. 83 – 84), informa que a execução contratual pressupõe um instrumento formal firmado entre as partes que prevê a realização de serviços ou entrega de produtos, em um período previamente determinado, que

implicará no dispêndio financeiro por parte da Administração, como pagamento pelos serviços/produtos, após a entrega do material ou a prestação de serviço.

Os processos de acompanhamento e execução do contrato devem ocorrer de modo sistemático e padronizado, de forma que atendam às necessidades da administração pública e propicie condições de execução fidedigna em relação à previsão contratual (MALMEGRIN, 2014, p. 32). Como, portanto, as duas primeiras etapas referem-se a procedimentos anteriores a execução contratual, o presente trabalho irá se ater à terceira etapa, que compete à gestão do contrato.

Isto posto, surge o conceito de gestão e fiscalização de contrato administrativo que, segundo Amorim (2017, p. 203):

são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para fornecimentos e serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contatos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, etc., com o fim de assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

Considerando, como bem lembrado por Meirelles (1990, p. 180), que o intuito da formalização contratual é “a consecução de objetivos de interesse público, nas condições desejadas pela própria Administração”, os agentes públicos envolvidos na execução e monitoramento dos contratos devem atentar-se para tal fim.

Dito isto, cumpre esclarecer que o presente trabalho abordará os aspectos teóricos e técnicos da gestão e fiscalização pública, concatenando-os com as práticas comumente utilizadas no Grupo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, de modo que possibilite alternativas para otimizar e aperfeiçoar o modelo de gestão.

Metodologia

A metodologia utilizada será uma pesquisa de campo, descrevendo o andamento processual e o acompanhamento da gestão e fiscalização de contratos administrativos no âmbito do Grupo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência do Governo do Estado do Paraná.

A pesquisa, para Kauark (2010, p. 24) é a busca de solução a um problema que alguém queira saber a resposta.” Ainda sobre o assunto, Gil (2007, p. 17) diz que pesquisa é definida como o “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Especificamente ao trabalho, no tocante a pesquisa de Campo, Fonseca (2002, p. 278) que esta “caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas.” Ainda sobre o assunto, Triviños (1987, p. 154) diz que na pesquisa de campo, “as técnicas e métodos de coleta de dados exigem atenção especial do pesquisador enquanto observador e também anotações de campo.

Para o presente trabalho, através desta pesquisa, serão elencados os pontos fortes e fracos decorrentes da gestão (ou falta dela) de contratos. Com isso, será possível identificar gargalos e lacunas a serem preenchidas, possibilitando assim, intervenções específicas com vistas a resolução dos problemas. Para atendimento aos objetivos, será sugerido a elaboração de planilhas e formulários englobando a sistematização dos elementos envolvidos na elaboração do presente trabalho.

Esta atuação será possível pela disponibilidade da equipe de trabalho do Grupo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, que fornecerá documentação, informações, dados, comentários e experiência para realização do presente estudo.

Administração Pública

A fim de embasar o estudo objeto deste trabalho, será elencado e apresentado a visão de diversos autores acerca do processo jurídico, abordando desde os conceitos de administração pública, passando pelos seus agentes, chegando até a atuação dos mesmos.

Evidentemente, que em cada realidade, existem suas particularidades. No entanto, o trabalho será restringido às elaborações teóricas que subsidiam o assunto tratado, especificamente as questões de gestão e fiscalização de contratos.

A experiência jurídica, segundo Sundfeld (2012) é milenar. Inicialmente, como ordenamento para relações privadas, o direito também serviu de premissa para estabelecimento de relações entre cidadãos e o poder político, como nos casos de recolhimento de tributos e etc.

O autor ainda continua discorrendo acerca da evolução do direito público, desembocando na organização legal marcada simbolicamente pelas primeiras constituições modernas, como na França e Estados Unidos da América.

No Brasil, o modelo de gestão pública foi se desenvolvendo a partir das particularidades do país, pois, conforme descreve Chiavenato (2008, p. 99), “Estado e Sociedade formam, numa democracia, um todo indivisível. (...) É pelo diálogo democrático que se definem as prioridades a que o Governo deve ater-se...”

Por isso que, no Brasil, a organização administrativa de um ente estatal parte dos princípios elencados no artigo 37 da Constituição Federal, que versa: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.”

Ilustrando o princípio da legalidade, Pinto (2005, p. 130) diz que “ao administrador somente é dado realizar o que estiver previsto na lei. Ainda sobre o assunto, Marrara (2013, p. 13) diz que “(...) as entidades públicas e a ação do administrador público estão condicionadas aos mandamentos legais e às exigências do bem comum.”

Continuando, ao definir a impessoalidade, o autor informa (p. 14) ser “(...) vedado praticar ato administrativo visando unicamente a satisfazer interesses privados, por favoritismo ou perseguição dos agentes governamentais.” Além dela, Di Pietro (2020, p. 224) diz que “a Administração não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que tem que nortear o seu comportamento.”

Acerca da moralidade, Pinto (2005, p. 132) ensina que o princípio “estabelece a necessidade de toda a atividade administrativa atender a um só tempo a lei, a moral e a equidade.” Para Chiavenato (2008, p. 459), a moralidade é “característica, portanto, dos atos praticados com legitimidade.”

Em relação à publicidade, Olivo (2015, p. 24), esclarece que os atos são públicos e, por isso, “(...) devem ser publicados nos órgãos oficiais de divulgação para que tenham validade). Sobre o assunto, Di Pietro (2020, p. 784) informa que o princípio diz respeito “não apenas à divulgação do procedimento para conhecimento de todos os interessados, como também aos atos da Administração praticados nas várias fases do procedimento” de modo que, continua o autor (2020, p. 785), todos “tenham a possibilidade de fiscalizar sua legalidade”.

Por fim, sobre o princípio da eficiência, Olivo (2015, p. 24) lembra que “Ele foi introduzido em 1998, quando da chamada Reforma do Estado, que incorporou noções adotadas na iniciativa privada.” Sobre o tema, Meirelles, (2013, p. 102) defini-o como “o que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional.”

São esses princípios, portanto, que são as bases para atuação pública através de seus agentes, que devem estar sempre atentos as ações baseadas nestes temas e nas resoluções delas decorrentes.

Agentes Públicos

Os preceitos citados anteriormente, formam o arcabouço prático e teórico da atuação de agente da administração pública, pois, como citam Alexandrino e Paulo (2017), os princípios são protocolos jurídicos obrigatórias, não programas facultativos ou cartas de intenções e – continuam os autores – a inobservância dessas normas acarretam sanções e responsabilizações.

O agente público, é a pessoa física que execute, mesmo que transitoriamente, mandato, cargo, emprego ou função pública, seja por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura (ALEXANDRINO e PAULO, 2017, p. 138). Ainda sobre o assunto Di Pietro (2020, p. 1234), informa ainda que, “todas as categorias, mesmo a dos particulares, se atuarem no exercício de atribuições do poder público, acarretam a responsabilidade objetiva”, isto é, está sujeito a legislação aplicável ao servidor público. Por fim, para Chiavenato (2008, p. 200), a melhora dos serviços públicos passa pela “necessária e essencialmente profissionalização e valorização do servidor público”.

Dito isto, Sundfeld (2012, p. 133) defende “(...) que as leis sejam maximalistas, não podendo deixar espaço para deliberações próprias do administrador.” Por isso, como informa Alexandrino e Paulo (2017, p. 268), a doutrina enumera como principais deveres dos agentes públicos:

- a) Poder-dever de agir: ação obrigatória conforme dispositivos legais;
- b) Dever de eficiência: realização de atos eficazes;

- c) Dever de probidade: as ações pautadas pelo ordenamento jurídico;
- d) Dever de prestar contas: a fim de atender o princípio da publicidade;

Neste contexto, entra a gestão e fiscalização de contratos administrativos, objeto deste trabalho.

Gestão e Fiscalização de Contratos

Antes de abordar a gestão e fiscalização de contratos, cabe conceituar este termo. Para Di Pietro, (2020 p. 562) contrato administrativo é o termo “que a Administração, nessa qualidade, celebra com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, para a consecução de fins públicos, segundo regime jurídico de direito público”.

Para Oliveira (2020, p. 440), “a execução contrato deve ser acompanhada e fiscalizada por um representante da administração”. E continua: “a norma em comento não fez qualquer restrição ao tipo do vínculo do servidor, admitindo-se, em tese, que a designação recaia sobre servidor estável, ocupante de cargo efetivo, ou servidor ocupante de cargo comissionado.” (OLIVEIRA, 2020, p. 440)

Nesse sentido, informa Filho (2009, p. 780 - 781):

O regime de Direito Administrativo atribui à Administração o poder-dever de fiscalizar a execução do contrato (art. 58, III). Compete à Administração designar um agente seu para acompanhar diretamente a atividade de outro contratante. O dispositivo deve ser interpretado no sentido de que a fiscalização pela Administração não é mera faculdade assegurada a ela. Trata-se de um dever, a ser exercitado para melhor realizar os interesses fundamentais. Parte-se do pressuposto, inclusive, de que a fiscalização induz ao contratado a executar de modo mais perfeito os deveres a ele impostos.

Ainda sobre o disposto, Amorim (2017, p. 204) destaca que “competem ao fiscal acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, devendo anotar em

registro próprio todas as ocorrências relativas ao contrato,” tratando inclusive, da “responsabilidade solidária do fiscal com a empresa por possíveis danos causados pela execução irregular do contrato.” Para elucidação de termos, os contratos, Segundo Alexandrino e Paulo (2017), sejam públicos ou privados, são acordos de vontades. Portanto, em sua formação, os contratos são bilaterais.

Como citado no texto introdutório, do ponto de vista público, os contratos são regradados, de modo genérico, por legislações federais, como a Lei nº 8.666/1993, Lei nº 8.987/1995, Lei nº 11.079/2004, Lei nº 12.462/2011 e Lei nº 13.303/2016. Especificamente, no Estado do Paraná, existem a Lei nº 15.608/2007 e o Decreto nº 4.993/2016 que respaldam a ação pública em relação aos contratos. As leis federais são abrangentes, enquanto as estaduais atendem algumas particularidades legais de cada estado.

Assim, o agente designado, respaldados pela legislação específica, deve fiscalizar e monitorar o andamento dos serviços prestados, de modo que atendam a contento os interesses públicos.

Neste contexto, também surge o conceito de “*accountability*”, que para Chiavenato (2008, p.99), é a responsabilização de gestores por atos praticados com inobservância da Legislação ou do interesse público. Além disso, Pinto (2008, p. 34) cita que o termo deriva da noção de prestação de contas, responsabilidade social, verificação da qualidade dos serviços prestados, entre outros.

Assim, considerando o disposto acima, cabe ao servidor responsável a análise, monitoramento, fiscalização e gestão da execução dos serviços previstos no instrumento contratual firmado entre a administração pública e a empresa contratada. Por fim, complementando o assunto, cabe citar Di Pietro (2020, p. 596) que informa que “o não atendimento das determinações da autoridade fiscalizadora enseja rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo das sanções cabíveis.”

Resultados e Discussão

Com base no disposto na lucubração teórica, é possível diagnosticar a situação da gestão e fiscalização de contratos no local estudado pelo presente trabalho. Cumpre ressaltar que as informações foram obtidas após criteriosa análise e monitoramento dos aspectos desenvolvidos no Grupo Administrativo Setorial, no que diz respeito a gestão e fiscalização de contratos.

É importante salientar, ainda, que as equipes envolvidas colaboraram com dados, informações, processos e documentos. Foram estes que, alinhados com o aspecto teórico, possibilitaram a revisão e sugestão de novos métodos de trabalho, a fim de reduzir custos, otimizar resultados e gerenciar recursos.

Atual método de gestão e fiscalização dos contratos

O Grupo Administrativo Setorial (GAS) da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP) é responsável, atualmente, pela gestão dos contratos administrativos da Secretaria, dos contratos de locação das perícias médicas e dos que atendem o Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP).

Essa gama de responsabilidades compreende cerca de 50 contratos, dos mais diversos objetos e particularidades. A gestão fica por conta do chefe do GAS, enquanto a fiscalização é delegada para outros 2 servidores.

Os tipos de contratos envolvidos são diversos. Variam desde serviços terceirizados (como portaria, vigilância, limpeza, asseio e conservação), até contratos de prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra (como nos casos de reprografia, comunicação, telefonia, lógica, manutenção hidráulica e elétrica). Além destes, ainda existem os casos de contratos de locação para as perícias médicas do interior e os de concessionárias públicas, como fornecimento de energia elétrica e água.

No atual modelo, o lado positivo é que, não obstante todos os problemas envolvidos com trocas de gestão, legislação e recursos, os contratos estavam sendo conduzidos, ainda que não a contento. Por esse lado, serviços essenciais não ficaram desassistidos e nem deixaram de ser ofertados.

Por outro lado, do ponto de vista negativo do modelo atual, a sistematização da gestão e fiscalização fica comprometida, vez que o único dispositivo utilizado para controlar prazos, pagamentos e afins, são os relatórios disponibilizados pelo sistema de Gestão de Materiais e Serviços (GMS). Este instrumento, muito versátil e completo, é importante, porém, como uso auxiliar na gestão e não como sistema principal.

Isso ocorre porque o GMS é um sistema abrangente, alinhado com os parâmetros decorrentes dos processos licitatórios, não contemplando, *a priori*, as nuances necessárias e particulares de cada prática de gestão e fiscalização.

A dependência extrema do sistema GMS também inviabiliza a continuidade eficaz da gestão e fiscalização quando há trocas de chefias, vez que os registros lá incluídos são estritamente formais, não contemplando características próprias de gestão, como são os casos de anotações pessoais sobre ocorrências nas execuções contratuais.

Ademais, é recorrente o hábito de iniciar processos de prorrogação com pouco tempo hábil, quando a lei prevê expressamente ao menos 2 meses de antecedência para análise a autorização de aditivos de prorrogação. Essa discrepância resulta em atos falhos, erros de digitação e cálculos, além de impossibilidade de análise minuciosa.

O mesmo ocorre com casos de reajustes, repactuações e reequilíbrios financeiros. Devido a emissão de apostilamentos tardios, com as contratadas já arcando com preços repactuados devido a convenções coletivas e afins, os processos ocorrem na pressa, sem o devido cuidado e registro.

Cumprido ressaltar, ainda, a desorganização, a falta de padrões e perda de documentos, comuns no método atual de trabalho, vez que, devido ao modelo de gestão, não há uma continuidade dos processos de gestão do contrato. Neste caso, cabe citar o exemplo de burocracia, que por vezes é necessário, a fim de padronizar as etapas de um processo.

No entanto, apesar de todos esses elementos gerarem transtornos, o que mais causa problemas são os ajustes orçamentários derivados de perdas de prazo ou equívocos no processo. Quando há a necessidade de reconhecimento de dívida ou indenização, o processo torna-se lento, moroso e ainda podendo implicar em responsabilizações judiciais, sem contar a falta de previsibilidade econômica-contábil.

Por fim, todos esses problemas desembocam em uma relação equivocada entre ente estatal e privado, dependendo de ajustes extras, acordos pessoais, falta de transparência e custo ao erário. Esses itens citados não impossibilitaram a prestação de serviços, no entanto, não atenderem a máxima de boas condutas de gestão.

Novo método de gestão e fiscalização dos contratos

Tendo em vista o disposto no item 4.1, o presente trabalho visa propor um novo método de gestão e fiscalização dos contratos do Grupo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência. Através deste modelo, propõe-se uma acurácia nos resultados, otimização dos recursos e diminuição das falhas e equívocos.

O ponto principal de melhoria é a diluição do número de contratos para outras pessoas fiscalizarem. Isso possibilitará uma maior eficácia no trato e na execução dos instrumentos contratuais, vez que não haverá sobrecarga de

tarefas para o mesmo servidor. A ideia é ter servidores responsáveis pelos seus locais de trabalho – um servidor da perícia para os contratos das perícias, um do DEAP para os contratos de lá e outro para os demais.

Partindo dessa nova subdivisão, será elaborado, como sugestão de aperfeiçoamento, uma planilha que servirá de base para os eventuais registros de fiscalização e gestão. O documento não substituirá os processos elencados no sistema GMS, mas o complementar, fornecendo ao gestor e fiscal itens específicos do seu trabalho, subsidiando o trabalho em paralelo ao GMS.

Na planilha constarão:

- a) Número;
- b) Razão social;
- c) Objeto;
- d) Vigência;
- e) Valor mensal/anual;
- f) Modalidade;
- g) Responsável (fiscal/gestor);
- h) Controle de pagamentos;
- i) Relação de empenhos;
- j) Controle de saldos;
- k) Controle de garantias;

Através destes dispositivos, o gestor e fiscal do contrato, dentro de cada atribuição, terão condições de controlar o fluxo processual de cada contrato, de modo que os prorrogue antecipadamente (quando for o caso), reajuste-o em

prazos condizentes com a necessidade econômica financeira do contratado e evite ajustes orçamentários atrasados. Na imagem é possível identificar o método utilizado para início dos processos de prorrogação:

Figura 1 – Gestão de contratos: controle de vigências

CONTRATO	FORNECEDOR	DIAS p/ TÉRMINO	DATA INÍCIO	DATA FIM	LEGENDA	
1234/2018	XYZ CIA LTDA	● 119	02/01/2022	30/06/2022	● 90 dias (ou mais):	vigente
3549/2158	ABDEF S.A.	● 238	28/10/2021	27/10/2022	● 60 dias (ou mais):	início prorrogação
1564/5165	MNOPQ ME	● -93	01/12/2016	30/11/2021	● 59 dias (ou menos):	prorrogação em andamento
6551/9845	QWERT EIRELI	● 62	05/05/2020	04/05/2022	● -1 dias:	contrato expirado
1567/2164	ASDFG LTDA	● 28	01/04/2020	31/03/2022		

Fonte: o autor

Além disso, a sistematização da gestão dos contratos através da planilha, possibilitará o controle e organização das novas equipes, quando houverem trocas de gestores, possibilitando a continuidade de execução eficaz e legal dos contratos, tanto da parte do Estado, como da contratada.

Cumprе ressaltar, ainda, que o novo método propõe a unificação, padronização e sistematização dos documentos componentes de um contrato, a fim de evitar perdas, redundâncias e/ou documentos inválidos – como nos casos sem assinaturas. A seguir, modelo de organização dos arquivos com nomenclatura padronizada e sistematizada, dentro da pasta do explorador de arquivos:

Figura 2 – Gestão de contratos: nomenclatura de arquivos;

Nome	Data de modificação	Tipo	Tamanho
0_CONTRATO_1702_2018_MASTER	04/09/2020 11:52	Documento do A...	525 KB
1º_TERMO_ADITIVO_1702_2018_ALT_CLÁUSULA	04/09/2020 11:52	Documento do A...	2.167 KB
1º_TERMO_APOSTILAMENTO_1702_2018_INCL_DOTAÇÃO	04/09/2020 11:52	Documento do A...	55 KB
2º_TERMO_ADITIVO_1702_2018_PRORROGAÇÃO	04/09/2020 11:52	Documento do A...	661 KB
2º_TERMO_APOSTILAMENTO_1702_2018_REPACTUAÇÃO	04/09/2020 11:52	Documento do A...	185 KB
3º_TERMO_ADITIVO_1702_2018_PRORROGAÇÃO	30/10/2020 16:49	Documento do A...	410 KB
3º_TERMO_APOSTILAMENTO_1702_2018_INCL_DOTAÇÃO	04/09/2020 11:52	Documento do A...	1.100 KB
4º_TERMO_ADITIVO_1702_2018_ACRÉSCIMO	21/01/2021 14:18	Documento do A...	309 KB
4º_TERMO_APOSTILAMENTO_1702_2018_INCL_DOTAÇÃO	04/09/2020 11:52	Documento do A...	216 KB
5º_TERMO_ADITIVO_1702_2018_ALT_CLAUSULA	12/04/2021 11:47	Documento do A...	265 KB
5º_TERMO_APOSTILAMENTO_1702_2018_REPACTUAÇÃO	07/12/2020 15:19	Documento do A...	318 KB
6º_TERMO_ADITIVO_1702_2018_ACRÉSCIMO	09/08/2021 09:15	Documento do A...	313 KB
6º_TERMO_APOSTILAMENTO_1702_2018_ALT_CLÁUSULA	12/01/2021 13:35	Documento do A...	323 KB
7º_TERMO_ADITIVO_1702_2018_PRORROGAÇÃO	05/10/2021 15:08	Documento do A...	308 KB
7º_TERMO_APOSTILAMENTO_1702_2018_REPACTUAÇÃO	11/06/2021 15:11	Documento do A...	320 KB

Fonte: o autor

A questão orçamentária é de suma importância e, para atender tal fim, o modelo proposto por este trabalho visa centralizar e relacionar os dados, de modo que a mesma planilha fornecerá informações centralizadas para solicitar empenhos, controlar pagamentos, monitorar saldos e calcular garantias.

Figura 3 – Gestão de contratos: controle de pagamentos

A	B	C	D	E
CONTRATO	FORNECEDOR	outubro-21	novembro-21	dezembro-21
1234/2018	XYZ CIA LTDA	Pago	Pago	Aguardando docs
3549/2158	ABDEF S.A.	Pago	Pago	Pendências
1564/5165	MNOPQ ME	Não houve	Pago	P/ assinatura
6551/9845	QWERT EIRELI	Pago	Pago	Enviado GOFs
1567/2164	ASDFG LTDA	Finalizado	Finalizado	Finalizado

Fonte: o autor

A esse respeito, segue modelo de controle de pagamentos e demonstrativo do vínculo de valores nas células, centralizando as informações, otimizando tempo e evitando equívocos:

Figura 4 – Gestão de contratos: solicitação de empenho e vínculo nas células de valores

RELAÇÃO DE EMPENHOS PARA O 1º TRIMESTRE - CONTRATOS GAS - EXERCÍCIO 2022						
	Tipo	Valor Mensal	Qtde. Unid.	Tempo	Total Empenho Trimestre	
1 - CONTRATO MANUTENÇÃO MÍNIMA	Água e Esgoto	R\$ 24.979,17	3 meses		R\$ 74.937,51	

Fonte: o autor

Por fim, o modelo proposto, tendo sido aplicado com êxito no âmbito do Grupo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, poderá ser estendido para as demais secretarias do Estado, de modo que a padronização possa otimizar os recursos administrativos públicos e a relação com as empresas contratadas.

Conclusão

Tendo, portanto, discorrido acerca das minúcias teóricas que envolvem o tema, compilando visões e definições de diversos autores e, ainda, tendo realizado uma análise aprofundada sobre os processos e informações pertinentes à gestão e fiscalização de contratos executadas pelo Grupo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, foi possível identificar, a partir do questionamento inicial do estudo, diversas lacunas existem no processos passíveis de correções e soluções.

Resgatando o problema de pesquisa: Quais meios utilizar para aperfeiçoar a gestão e fiscalização de contratos terceirizados no âmbito do Grupo Admi-

nistrativo Setorial da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência do Governo do Estado do Paraná?

Verificando os procedimentos atuais referentes ao tema, foi diagnosticado uma série de incompatibilidades com as práticas de boa gestão. Além de falta de padrão, registros indevidos, processos morosos, dependência de ajustes extras, também foi possível identificar a falha na continuidade do processo de gestão quando haviam trocas de gestores.

Por isso, após o aprofundamento teórico, atrelado ao estudo e acompanhamento *in loco* dos processos, o presente trabalho possibilitou a confecção e execução de uma planilha de trabalhos com vistas à organização e otimização dos processos de trabalho.

A planilha, ainda que não seja solucionadora de todos os problemas, atenderá a demanda de ajustes específicos, isto é, cada caso de gestão e fiscalização poderá ser abordado de modo particular, respeitando as excepcionalidades. Os contratos do grupo terão os meios de controle diluídos entre a planilha de trabalho e os arquivos decorrentes do sistema de Gestão de Materiais e Serviços (GMS).

Cumprindo ressaltar, finalmente, que uma boa gestão e uma boa fiscalização contratual dependerão principalmente do envolvimento, participação, estudo e experiência dos agentes envolvidos. Como citado no item 3.2, acerca dos agentes públicos, os mesmos tem o poder-dever de agir, sempre respeitando os princípios éticos e legais.

Por fim, a planilha, sendo bem executada, gerará a possibilidade de compartilhamento para outros segmentos do Governo, subsidiando as ações de outras secretarias, que também poderão aperfeiçoá-la e adequá-la de acordo com as especificidades de cada órgão, vez que o intuito geral deste método é atender as particularidades de cada circunstância.

Referências

ALEXANDRINO, M; PAULO, V. **Direito Administrativo Descomplicado**. 25. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2017.

AMORIM, V. A. J. **Licitações e contratos administrativos: teoria e jurisprudência**. Brasília: Senado Federal, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei Federal 8.666/1993, de 21 de junho de 1.993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em 03 dez. 2021.

CHIAVENATO, I. **Administração Geral e Pública**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

COSTA, C. C. M. **Compras públicas: para além da economicidade**. Brasília: Enap, 2019.

DAGNINO, R.P. **Planejamento estratégico governamental**. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2014.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 33. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

DROMI, J.R. **La licitación pública**. Buenos Aires: Astrea, 1975.

FERNANDES, T.A. **As fases e etapas do processo de contratação no setor público**. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/62806/as-fases-e-etapas-do-processo-de-contratacao-no-setor-publico>. Acesso em 01 de fevereiro de 2022.

FILHO, M.J. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 13. ed. São Paulo: Editora Dialética, 2009.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUIMARÃES, E. **As 3 fases de uma contratação pública**. Disponível em: <https://eduguimaraes.com/atualidades/as-3-fases-de-uma-contratacao-publica/>. Acesso em 01 de fevereiro de 2022.

KAUARK, F. **Metodologia de Pesquisa: guia prático**. Ibuna: Via Litterarum, 2010.

MALMEGRIN, M. L. **Gestão Operacional**. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2014.

MARRARA, T. **Princípios Básicos da Administração Pública – poderes, deveres, direitos e responsabilidades do Servidor**. São Paulo: FEAUSP, 2013.

MELLO, C. A. B. **Curso de direito administrativo**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Malheiros, 1990.

MEIRELLES, H. L.; ALEIXO, D. B; BURLE FILHO, J. E. **Direito administrativo brasileiro**. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MOTTA, A. R. **O combate ao desperdício no gasto público: uma reflexão baseada na comparação entre os sistemas de compra privado, público federal norte-americano e brasileiro**. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

OLIVEIRA, R. C. R. **Licitações e contratos administrativos: teoria e prática**. 9. Ed – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

OLIVO, L. C. C. **Direito Administrativo**. 3. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2015.

PINTO, A. G. G. **Os Princípios mais Relevantes do Direito Administrativos**. Revista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 11, nº 42, 2008.

PINTO, M. **Accountability**. 2005. Disponível em: <<http://webjornal.blogspot.com.br/2005/01/accountability-um-conceito-de-traduo.html>>. Acesso em 10 nov. 2021.

RIBAS, A. J. F; FACINI, M. A; TEIXEIRA, G. **Planejamento Estratégico**. Guarapuava: UNIOESTE, 2013.

SUNDFELD, C.A. **Direito Administrativo para céticos**. 1. Ed. São Paulo: Sociedade Brasileira de Direito Público, 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciência sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

CAPÍTULO 4

RISCO DE CRÉDITO: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ANALISTAS DE CRÉDITO DIANTE DA EXPOSIÇÃO A RISCOS DO MERCADO FINANCEIRO

Mateus Rossa

Maricléia Aparecida Leite Novak

Doi: 10.48209/978-65-5417-044-0

Introdução

A oferta de crédito, estimulada com a implantação do plano real, aumentou extensivamente o consumo, e se tornou essencial para o desenvolvimento econômico e social do Brasil (ASSAF NETO, 2009). Com a crescente procura e oferta de crédito, foi fundamental que as instituições financeiras adotassem metodologias mais eficazes para auxiliar na tomada de decisão, derivando em uma concessão de crédito mais segura.

Neste cenário os gestores de risco de crédito têm um vasto mercado a ser explorado, partindo do pressuposto que entendem “risco” como “negócio”, sendo partes indissociáveis. Sob a visão de Bratti (2011), diminuir

a exposição aos riscos tem sido um objetivo cada dia mais almejado pelas instituições financeiras, visto que, o processo de gestão de riscos é cada vez mais necessário para suprimir ao máximo a possibilidade de prejuízos financeiros futuros.

Os efeitos de uma gestão de riscos ineficaz foram vistos na crise financeira nos anos de 2008 e 2009 nos Estados Unidos, denominada “*crise dos subprimes*”. Esta crise foi provocada a partir da quebra de instituições de créditos que ofereciam empréstimos hipotecários de alto risco, os quais não foram cumpridos pelos tomadores dos empréstimos. Este fato ocorreu, principalmente, pela falta de gerenciamento de risco eficiente e afetou fortemente as bolsas de valores mundiais (JESUS, 2011).

As cooperativas de créditos têm como um dos seus objetivos: incentivar os investimentos para ajudar no custeio da produção e comercialização de produtos agropecuários, entretanto, existe alguns pontos que devem ser considerados, verificados e empregados, na busca de minimizar o risco nessas operações e constatar se a concessão de recurso foi feita obedecendo aos critérios da instituição, levando em consideração a sua estrutura cooperativista (AMARAL *et al.* 2009).

Para que o processo ocorra de forma eficaz e constante, alguns pontos como a capacitação técnica dos colaboradores, o conhecimento abrangente do perfil de risco dos associados e controles internos mais eficientes, devem ser essenciais e inerentes a todas as instituições de crédito, a fim de reduzir ao máximo as perdas futuras (BRATTI, 2011). Assim sendo, buscou-se neste estudo analisar a expectativa e percepção dos analistas de crédito de uma cooperativa em relação às diferentes formas de riscos nos processos de concessão de crédito rural.

Fundamentação Teórica

O cooperativismo é um modelo socioeconômico que por meio das cooperativas visa o desenvolvimento e o bem-estar social das comunidades onde está inserido, mostra que é possível unir desenvolvimento, sustentabilidade, produtividade, o individual e o coletivo (OCB, 2021).

Neste modelo de negócio, as cooperativas não contêm acionistas e clientes, ou seja, donos. Pois não visam a obtenção de lucro, as pessoas atuam em conjunto, sendo denominadas associados/cooperados ou sócios, cada um responsável pela sua parte, estimulando o empreendedorismo, e ensinando cada associado a investir e a poupar de forma consciente (RICKEN, 2009).

Dessa forma, o gerente de crédito deve estar atento, em todas as operações, pois ao vender um crédito está se comprando automaticamente um risco, e todas as ameaças a ele inerentes, buscando alternativas para amenizá-las, ou até anulá-las (SANTOS, 2015). Dessa forma, buscando mitigar o risco adota-se alguns protocolos que buscam uma maior segurança para a operação, entre elas destaca-se o cadastro, análises, convênios e fontes de informação, garantias e riscos nas operações.

De acordo com Santos (2015), o levantamento de informações básicas, tais como: escolaridade, estado civil, idade, idoneidade, moradia (se própria ou alugada e tempo de residência), número de dependentes, renda (principal e complementar), situação legal dos documentos de identificação (ex: situação do CPF no *site* da Receita Federal), situação tributária junto à Receita Federal, tempo no atual emprego ou atividade exercida, são essenciais para determinação do valor do crédito, prazo para amortização, taxa de juros e, se necessário, reforço ou vinculação de novas garantias.

Tratando-se de pessoa jurídica, são requeridos documentos desde a constituição da empresa até sua última alteração, dados pessoais do sócio/proprietário definidos em contrato social e procuradores conforme procuração, demonstrativos atualizados capazes de demonstrar a saúde financeira da empresa, sendo relação de faturamento, balanço patrimonial, DRE (Demonstração do Resultado do Exercício), balancete de verificação, comprovante de inscrição Federal e Estadual atualizados (BRATTI, 2011).

A utilização de banco de dados, público ou privados, através de consultas junto às instituições como Serasa, Serviço de Proteção ao Crédito – SPC, Sistema de Informação ao Crédito – SCR e o Bacen, são relevantes no processo de concessão de crédito, pois fornecem informações cadastrais do cliente que podem ser comparadas com os documentos apresentados por eles, assim a empresa pode assegurar-se quanto à veracidade dos dados e a idoneidade do cliente (REINALDO FILHO, 2011).

Modelos de avaliação de crédito

A competitividade no cenário empresarial é constante, associada aos avanços tecnológicos e à crescente busca por informações, torna necessária a procura por novos métodos informacionais. Desta maneira, as organizações buscam a eficiência a partir de informações oportunas e verdadeiras para a tomada de decisão (GOMES; VANALLE, 2001).

Um exemplo de modelos que facilita consideravelmente o papel do analista de crédito é o *Credit Scoring* (pontuação de crédito) ferramenta de avaliação que classifica o risco de o tomador de crédito tornar-se inadimplente, utiliza fórmulas estatísticas desenvolvidas a partir da avaliação de dados cadastrais, dados financeiros, patrimoniais e a idoneidade dos clientes (SANTOS; FAMÁ, 2007).

O resultado desse modelo é constituído em duas tabelas. A primeira leva em consideração índices como idade, tempo de emprego, endereço, grau de instrução, renda, enquanto a segunda define as pontuações e as probabilidades de ocorrências. O modelo apresenta, como principal objetivo, identificar previamente o bom e o mau pagador (BUENO, 2013).

Por outro lado, o modelo *Behaviour Scoring* (pontuação por comportamento) tem como função analisar sistematicamente todas as informações comportamentais nas organizações, oferece à empresa maior controle das informações com uma base de dados, que pode ser consultada pelos demais departamentos (CARVALHO, 1999). Assim, concebe um sistema confiável, de integridade e segurança dos processos executados. Cabe salientar que a implementação deste sistema deve ser rigidamente analisada, pois instituições financeiras de outros grupos dificultam a disponibilização de dados de seus clientes.

As políticas adotadas pelas instituições financeiras no processo de tomada de decisão da concessão ou não do crédito, buscam ser eficazes para tentar contornar os índices de inadimplência, contudo, por mais que a análise seja criteriosa e tática.

Metodologia

Os procedimentos adotados para realização desta pesquisa foram pautados de acordo com seu enfoque principal, para isso, foi utilizado um método exploratório e descritivo, sob uma abordagem qualitativa. Assim este estudo caracteriza-se por quatro aspectos principais: bibliográfico, documental, estudo de caso e participante.

Em relação ao método, essa será exploratória que segundo Marconi e Lakatos (2007) esse método de pesquisa permite uma maior familiaridade en-

tre o pesquisador e o tema pesquisado, visto que este ainda é pouco conhecido, pouco explorado. Além disso, também é descritiva pois tem o propósito de descrever de qual é percepção dos analistas de crédito diante da exposição a riscos do mercado financeiro.

Diante disso, esta pesquisa teve um caráter qualitativo na investigação do referido estudo de caso. Para Severino (2016, p. 128): “[...] as pesquisas que se concentram no estudo do caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, [...] os dados devem ser coletados e registrados com o necessário rigor e seguindo todos os procedimentos da pesquisa de campo [...]”.

A Cooperativa de crédito, estudada nesta pesquisa, por questão de sigilo, não teve sua denominação revelada. A mesma iniciou suas atividades em 29 de julho de 1985 e possui sede instalada na cidade de Canoinhas - SC. Conta com 31 Postos de Atendimento – PAs, distribuídos em diversas cidades dos estados de Santa Catarina e Paraná, as quais atuam no setor financeiro e oferecem a seus 43.500 associados diversos produtos e serviços.

A coleta de dados aconteceu no mês de setembro de 2020 por meio de questionários formulados no *Google docs*. O questionário foi constituído por 11 questões de múltipla escolha, que abrangiam aspectos relacionados ao perfil do colaborador e a opinião frente a protocolos da concessão de crédito da cooperativa. Das questões, seis o respondente poderia marcar mais que uma alternativa (questões 3, 4, 7, 8, 9 e 10), nas demais apenas uma alternativa poderia ser marcada (questões 1, 2, 5, 6 e 11).

O questionário foi aplicado a 45 colaboradores, cada um escolhido intencionalmente pela função ocupada, em 16 dos 31 pontos de atendimento, uma vez apenas estes operam crédito rural. Desde o contato inicial, até o retorno de todos os questionários, foram gastos aproximadamente seis dias. Dos 45 ques-

tionários enviados, 36 foram devolvidos. A aplicabilidade do questionário foi conduzida via *E-mail*, com a intenção de se obter uma abrangência maior das agências que direcionam crédito rural, e assim poder identificar as expectativas e percepções frente a diferentes formas de riscos nos processos de concessão de crédito rural.

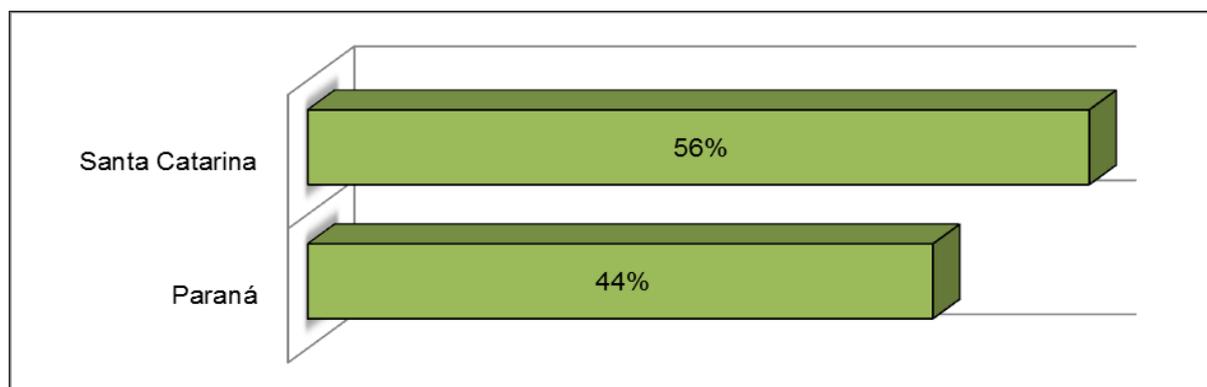
A análise dos dados bem como gráficos, foi feita por meio de tabulações e analisados com utilização de recursos como planilhas do Microsoft Excel e os dados foram apresentados com valores de porcentagens.

Análise e Discussão dos Dados

Em síntese, com relação à caracterização dos respondentes, pode-se resumir que se trata de um grupo formado por profissionais que atuam nos 16 pontos de atendimento analisados, além disso, possuem formação acadêmica, idade e experiência condizentes com suas áreas de atuação. Dessa forma, pode-se afirmar que os profissionais respondentes, possuem perfil em consonância com os objetivos do estudo.

Para iniciar a abordagem, foi perguntado aos respondentes em quais agências e Estados estavam atuando. O Gráfico 1 demonstra a divisão de trabalho por Estado.

Gráfico 1 - Estado em que trabalha

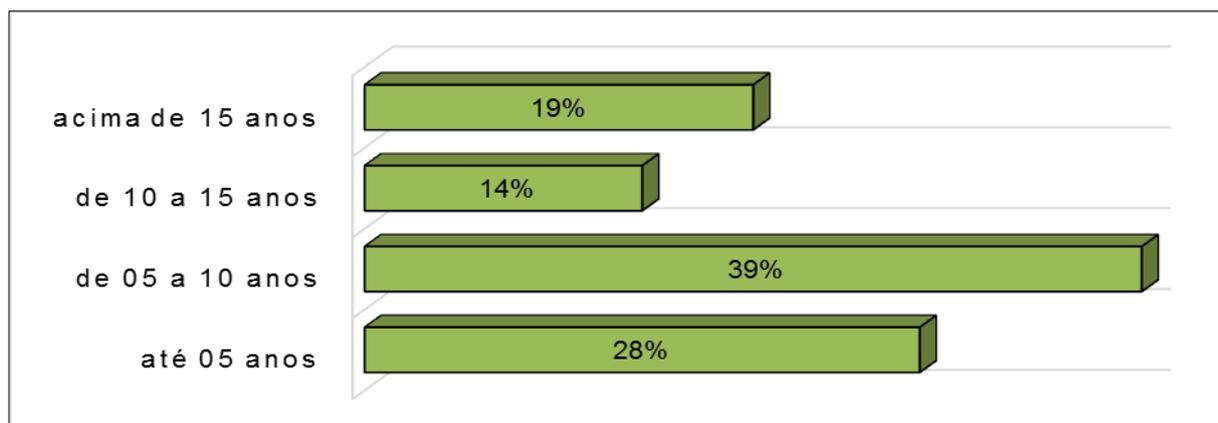


Fonte: Autores, 2020.

Por meio das repostas foi possível observar que 56% dos entrevistados trabalham no Estado de Santa Catarina e 44% no Estado do Paraná. Essa supremacia no Estado de Santa Catarina acontece, porque além da unidade administrativa, 58,6 % das agências também estão inseridas nesse Estado, sendo essas distribuídas em 09 Municípios distintos; três Municípios contam com 3 agências cada. O Estado do Paraná conta com 41,4% das agências distribuídas em 15 Municípios, um Município conta com 2 agências.

A segunda questão buscou investigar o tempo de atuação dos colaboradores na cooperativa que está evidenciado no Gráfico 2 por meio de percentuais de colaboradores a cada cinco anos trabalhados.

Gráfico 2 - Tempo de trabalho na cooperativa de crédito



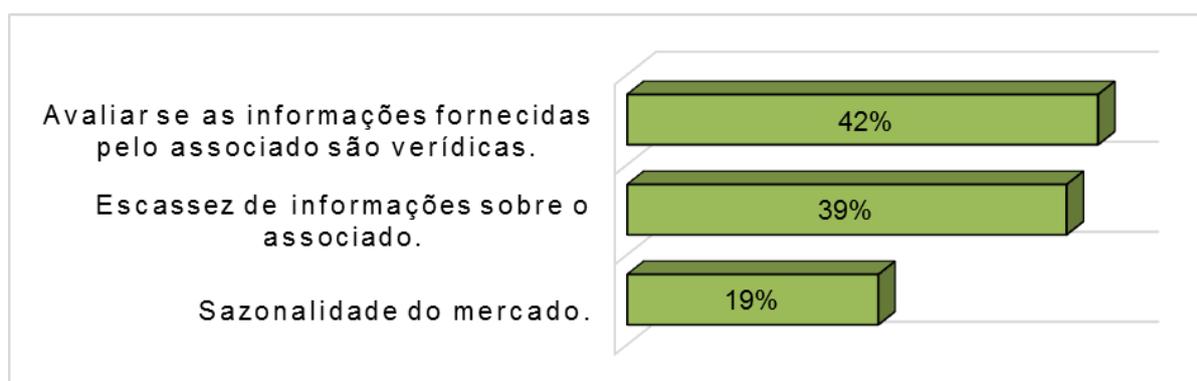
Fonte: Autores, 2020.

De acordo com os resultados, observa-se que a maioria dos entrevistados, 39% está trabalhando entre 05 e 10 anos na Cooperativa, 28% estão com até cinco anos de trabalho, 14 % entre 10 e 15 anos e 19% a mais de 15 anos na instituição. Logo, pode-se constatar que a rotatividade da empresa é baixa, e que 78% dos seus colaboradores estão com mais de 5 anos de empresa, o que reflete em um vasto conhecimento das políticas e normas institucionais.

Neste mesmo sentido, a questão 3 procurou identificar quais são as maiores dificuldades em analisar a concessão de crédito para um associado, especial-

mente nas modalidades especiais de crédito para incentivo ao desenvolvimento agropecuário e manutenção do pequeno ao grande produtor do campo (crédito rural). Essa questão foi deixada aberta para mais de uma opção, cabendo aos respondentes optar pela qual/quais se deparam mais frequentemente, apontamentos evidenciados no Gráfico 3, abaixo:

Gráfico 3 - Dificuldades para analisar a concessão de crédito



Fonte: Autores, 2020.

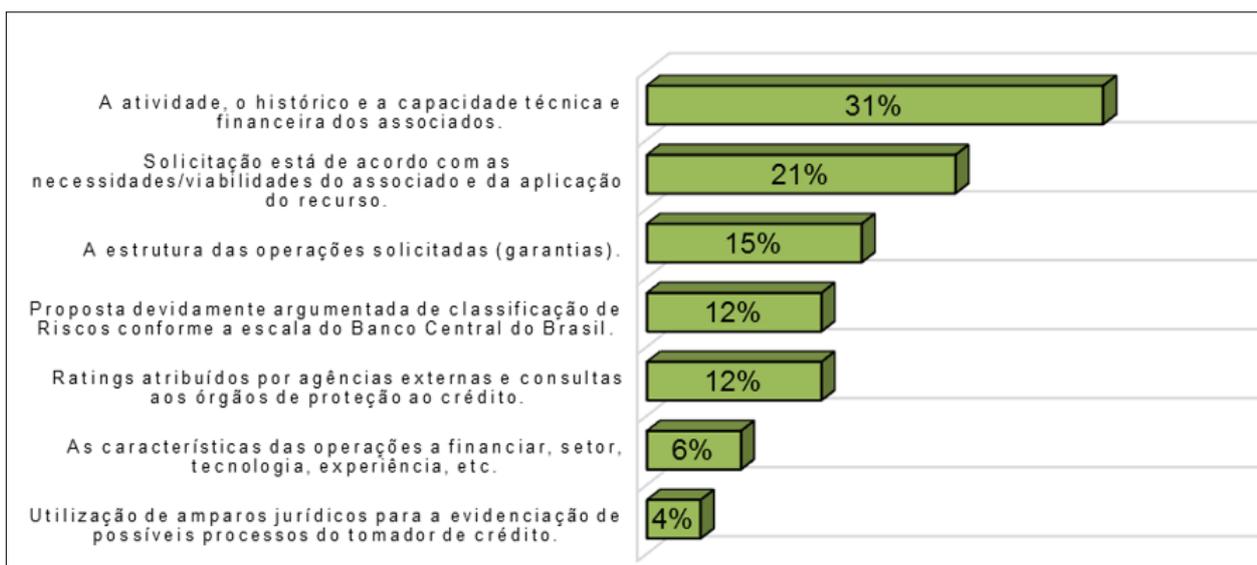
No que se refere às dificuldades para analisar a concessão de crédito a um associado, 42% das respostas foram relativas à veracidade das informações fornecidas, 39% quanto à escassez das mesmas e 19% quanto a sazonalidade do mercado. Na cooperativa em estudo, a qualidade e fidedignidade no registro das informações do tomador de crédito, as quais serão utilizadas para cálculo do risco e limites do próprio tomador e para a fundamentação da proposta de crédito, é fundamental. Portanto, é necessária a confrontação dos dados fornecidos pelo tomador *versus* as informações de plataformas de apoio, como consultas ao Bacen e Serasa, haja vista que principalmente nos processos de concessão de crédito rural, ainda existe muita incompatibilidade no fornecimento das mesmas, portanto é observado se o agricultor não possui uma renda e patrimônio maior que o comprovado, pois em muitos casos o imóvel em que

reside/utiliza para produzir as lavouras, está em nome de seus antecessores ou não possui contrato de locação.

Em relação à renda, a comprovação dessas pode ser variável, uma vez que o produtor pode ter vendido a sua safra por um valor maior sem a emissão de notas fiscais. Para este caso pode-se efetuar uma declaração adicional, na qual é executada a multiplicação de toneladas produzidas por hectare \times área plantada \times preço médio da tonelada comercializada. Após o levantamento dessas informações, é efetuada uma visita, procurando sanar a escassez de informações, pretendendo verificar o estado real dos bens, como por exemplo, ao oferecer um imóvel em garantia em uma operação de crédito, é verificado se o mesmo não se encontra em área de preservação legal, se possui área manejável e liquidez. Mesmo obtendo todos estes dados de forma mais assertiva possível, ainda assim, pode haver inadimplência de crédito devido à sazonalidade do mercado, como a falta de procura pelo produto, devido a fatores externos quais não podem ser controlados pelo produtor.

O Gráfico 4 apresenta os principais pontos, segundo os entrevistados, em relação às solicitações de crédito na cooperativa estudada, e os critérios em que as decisões estão baseadas.

Gráfico 4 - Critérios para análise de crédito

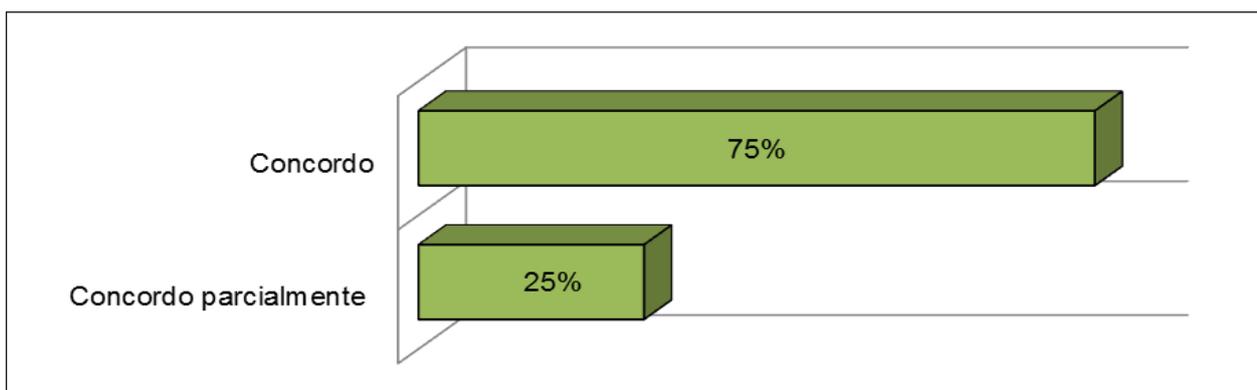


Fonte: Autores, 2020.

Dentre as opções de respostas, os fatores apontados como os de maior peso para uma aprovação de crédito foram às atividades que o solicitante realiza com 31%. Isso ocorre devido ao fato de que algumas atividades correm mais risco de mercado que outras. No que tange o histórico e a capacidade técnica e financeira do associado, 21% dos entrevistados consideram como de maior peso, pois a solicitação precisa estar de acordo com as necessidades/viabilidades do associado e da aplicação do recurso. Em relação à estrutura das operações solicitadas (garantias), 15% considera esse ponto como mais importante. Porém, esses fatores citados não podem ser analisados isoladamente, sendo necessária a avaliação múltipla e a conexão dos critérios, visto que, eles se complementam no fazer de um processo satisfatório.

Dando continuidade, a questão 5 questionou se os respondentes concordavam ou não com a atualização do cadastro do associado, e de outras informações como referências pessoais/comerciais, as quais buscam assegurar qualidade e segurança às decisões, sendo fundamental para a concessão de crédito com risco calculado.

Gráfico 5 - Importância do cadastro atualizado

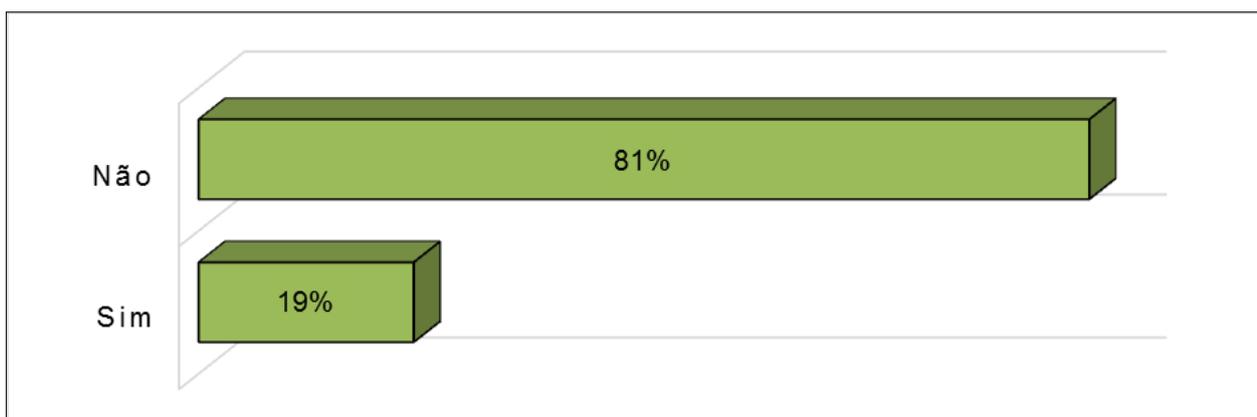


Fonte: Autores, 2020.

Dos entrevistados, 75% estiveram em concordância com a atualização dos cadastros pessoais e comerciais, os quais buscam dar um melhor suporte à concedente na hora da avaliação. Entretanto, 25% dos respondentes consideram o cadastro e as informações a ele pertinentes como parte importante no processo de concessão de crédito, porém é fundamental que outros fatores devam ser considerados conjuntamente. Neste caso as informações obtidas de suas referências são de grande valia para evitar estelionatários que estejam tentando aplicar algum golpe na cooperativa, por mais que haja os sistemas de consulta, ainda possuem algumas falhas como a não detecção a documentos falsos.

Partindo da premissa que para a definição do nível máximo de exposição ao risco de cada associado, a cooperativa conta com o sistema de cálculo de risco e limites – CRL – levando em conta dados comportamentais e o risco técnico das atividades. Assim sendo, a questão seguinte, demonstrada no Gráfico 6 buscou saber dos respondentes se é possível ater-se única e exclusivamente a esses dados para a concessão do crédito.

Gráfico 6 – É possível ater-se apenas a plataforma CRL da cooperativa?

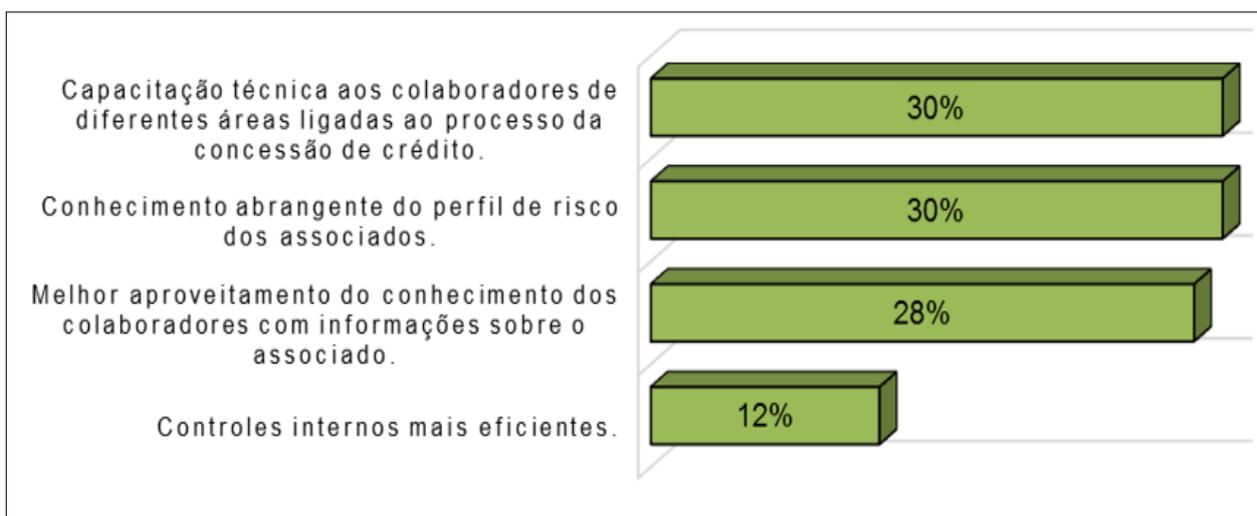


Fonte: Autores, 2020.

É perceptível que 81% dos respondentes consideram que outras fontes de dados além da plataforma CRL da cooperativa, sejam consideradas para liberação de crédito, uma vez que atualizações nesta plataforma são feitas periodicamente, isso evidencia a cautela aderida pelos colaboradores nos processos de análise da concessão do crédito. Os limites e classificações atribuídos pela CRL são embasados no *rating*, *score* de crédito e porte patrimonial do associado, porém pode ser que essa classificação não demonstre a real situação no momento, pode ocorrer situações visível em que o associado não tenha capacidade de pagamento pelos limites atribuídos, pois algum fato inusitado pode ter ocorrido, fazendo com esses dados estejam defasados.

Em relação à questão 7, essa possuía múltiplas escolhas, desta forma, o respondente poderia indicar, de acordo com sua percepção, quais as principais estratégias a serem adotadas, com o intuito de suprimir o risco intrínseco a todas as operações de crédito rural (Gráfico 7).

Gráfico 7- Estratégias para suprimir o risco das operações

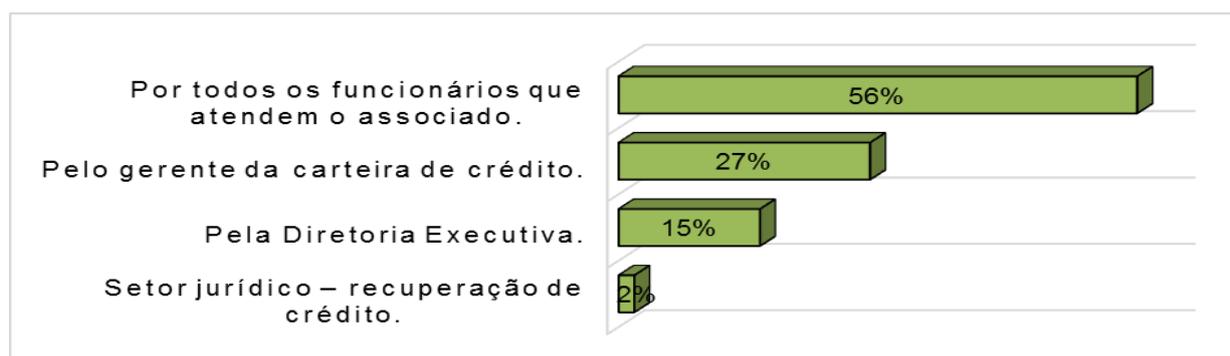


Fonte: Autores, 2020.

Sobressaem-se três das quatro alternativas de respostas, sendo capacitação técnica aos colaboradores com 30%, conhecimento abrangente do perfil de risco dos associados com 30% e melhor aproveitamento do conhecimento dos colaboradores com informações sobre o associado com 28%. Isso se deve ao fato do interesse dos mesmos em participar constantemente de capacitações a fim de aprimorar seus conhecimentos, aumentando a assertividade nos processos

Tendo como base a afirmação de que a capacidade de mensurar riscos é fundamental como base para a tomada de decisões de negócios. A próxima questão abordou a mensuração, por quem essa deve ser observada e conduzida.

Gráfico 8 - Capacidade de mensurar riscos



Fonte: Autores, 2020.

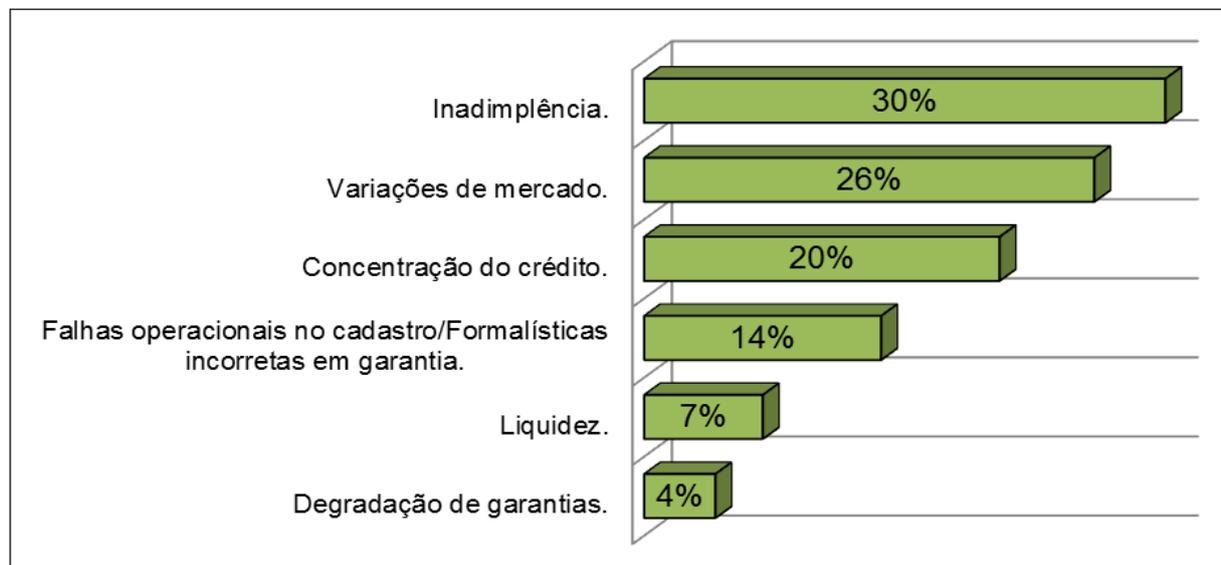
Por meio da análise das respostas, por meio do Gráfico 8, pode-se notar que os colaboradores têm consciência de que todos são partícipes, responsáveis pelo encadeamento das ações que, levarão ou não, à concessão do crédito com 56% das respostas.

Contudo, 27% acham que esse assunto deve ser abordado pelo gerente da carteira de crédito, 15% acredita que é a diretoria executiva que precisa abordar esse problema e 2% espera que o setor jurídico se responsabilize pela mensuração.

A cooperativa em estudo conta com comitês para aprovar ou recusar os créditos solicitados pelos associados. As propostas são efetuadas de acordo com a solicitação do associado, na qual a primeira análise é efetuada pelo funcionário que o atende, que apresenta parecer favorável ou não a operação. A segunda análise é executada pelo gerente de agência, o mesmo acrescenta sua decisão ao parecer de quem elaborou a proposta. Em seguida as propostas são encaminhadas ao superintendente regional, que analisa as condições que o associado possui, se são compatíveis ou não com o valor solicitado. Portanto, é fundamental que no primeiro contato com o associado sejam coletadas o máximo de informações precisas, facilitando o processo de identificação de riscos.

À vista disso, a questão 9, buscou identificar os principais riscos pertinentes nas operações de crédito rural (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Riscos pertinentes nas operações

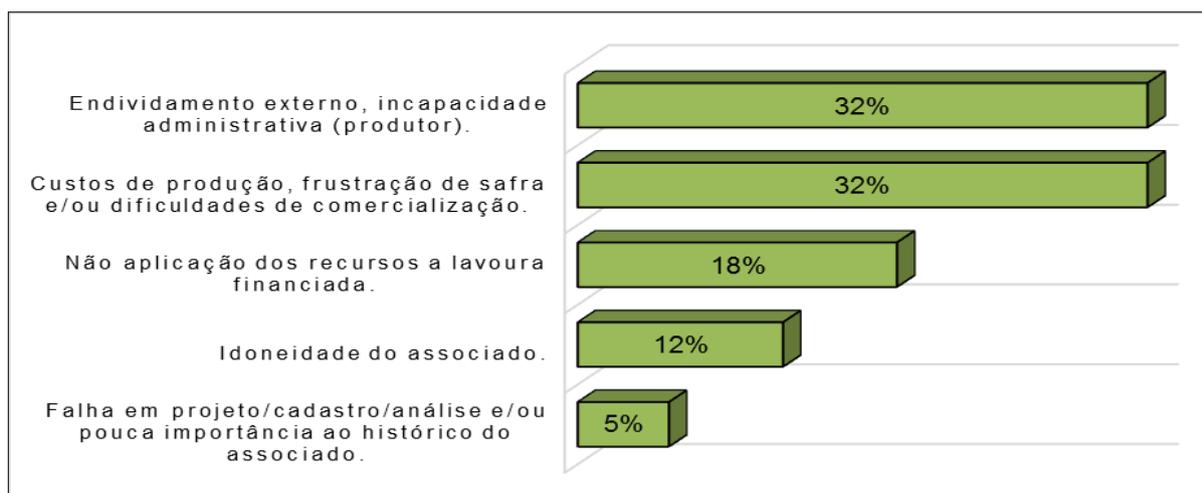


Fonte: Autores, 2020.

Por meio da análise das respostas, nota-se que 30% dos respondentes indicam a inadimplência como um fator de risco dominante, junto a ela, figuram as variações de mercado com 26% e a concentração de crédito com 20%. Além disso, fatores como falhas operacionais são consideradas por 14%, liquidez por 7% e degradação de garantias por 4%.

Em relação à questão 10, a qual abordava o risco de inadimplência, as causas mais comuns da sua ocorrência e a sua importância na constituição do risco em uma operação de crédito rural (gráfico 10), foi possível verificar que 32% dos respondentes consideram o endividamento externo, incapacidade administrativa (produtor) como ponto principal da inadimplência. Contudo, cabe ressaltar que na primeira causa citada como risco de inadimplência, o produtor rural não é unicamente responsável pelo endividamento, às intempéries climáticas podem afetar drasticamente seu planejamento de safra.

Gráfico 10 - Causas da inadimplência



Fonte: Autores, 2020.

Também é possível constatar que 32% dos respondentes consideram os custos de produção, frustração de safra e/ou dificuldade de comercialização como fator determinante, nesse quesito, não se pode isentar totalmente o produtor, pois é fundamental que este esteja ciente das possíveis adversidades.

Além disso, 18% consideraram a falta de aplicação dos recursos na lavoura financiada, 12% avaliam que a Idoneidade do associado como fator de risco e 5% acha que as falhas nos processos cadastral e histórico do associado são determinantes para aumentar o risco da Cooperativa.

Considerações Finais

Com base nos objetivos propostos neste estudo e com os procedimentos metodológicos utilizados, foi possível analisar a expectativa e percepção dos analistas de crédito em relação a diferentes formas de riscos em uma cooperativa de crédito nos processos de concessão de crédito rural.

Foi possível verificar, que a análise de crédito surge como um dos elementos fundamentais para a sobrevivência da organização, pois cumpre papel

decisivo quando se fala em aumentar a rentabilidade e minimizar riscos. Por meio do seu intermédio, é possível que a empresa conceda crédito melhorando seus resultados, realizando uma análise de crédito mais assertiva no momento de concedê-lo.

A busca por informações relevantes e confiáveis, aliadas a correta interpretação e capacidade de julgamento dos analistas de crédito, traz melhor segurança à tomada de decisão e reduz consideravelmente os riscos de inadimplência assumidos pela empresa credora.

Por meio do estudo, foi constatado que os colaboradores apontam inadimplência, variações de mercado e concentração de crédito como fator principal de risco. O seguimento de protocolos para concessão do crédito, elaborado pela instituição, ajudam com as regras a serem seguidas para conceder o crédito. O acompanhamento das normas estabelecidas é importante, pois fazem com que os analistas verifiquem melhor as etapas de concessão de crédito, antes de liberar ao cliente, bem como examinem os níveis de riscos que podem ser oferecidos a instituição.

Em relação às dificuldades no processo de análise para concessão de crédito, constatou-se que os colaboradores têm convicção que a escassez de informações, bem como verificar a veracidade das mesmas, são as maiores dificuldades nos processos. Com referências as principais causas de inadimplemento nas operações de crédito rural, observou-se que os colaboradores apontaram o endividamento externo, incapacidade administrativa (produtor); e os custos de produção, frustração de safra e/ou dificuldades de comercialização, como as principais causas de inadimplência nas operações.

Portanto conclui-se que na cooperativa analisada, os protocolos para concessão de crédito seguro, estão no geral sendo criteriosamente aplicados, o que

se reflete nos baixos níveis de inadimplimento (0,82%) no último exercício (2020). Deste modo, sugere-se que empresas fornecedoras de crédito considerem em sua política empresarial uma análise de crédito criteriosa a fim de reduzir substancialmente a inadimplência por parte de seus associados.

Referências

AMARAL, I. C.; NEVES, M. C. R.; FREITAS, A. F. de; BRAGA, M. J. Gerenciamento dos riscos operacionais: os métodos utilizados por uma cooperativa de crédito. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 3, n. 7, p. 93-108, 2009.

ASSAF NETO, A. **Finanças Corporativas e Valor**. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL, Banco central do Brasil. Resolução nº. 2.682, de 21.12.1999. **Dispõe sobre critérios de classificação de risco das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em 20 de out, 2019.

BRASIL. Presidência da república. Brasília. **Lei 5.764, de 16.12.1971**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm. Acesso em mar, 2019.

BRASIL. Presidência da república. Brasília. **Lei nº 7.492, de 16.06.1986**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7492.htm. Acesso em mar, 2019.

BRATTI, F. E. **Análise de crédito**: uma proposta para redução da inadimplência em uma cooperativa de crédito da região sul de Santa Catarina. 80f. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Ciências Contábeis), Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2011.

BUENO, V. F. F. **Avaliação de risco na concessão de crédito bancário para Micros e Pequenas Empresas**. 2003. 187f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

CARVALHO, P. C. **Credit Scoring**. Monografia (Economia). Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1999.

GOMES, C.; VANALLE, R. M. **Aspectos Críticos para a implementação de sistemas ERP**. XXI ENEGEP, 2001.

JESUS, S. **Gerenciamento de risco de crédito e capital intelectual: uma abordagem em bancos brasileiros**. Dissertação (Mestrado em Controladoria empresarial) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

LANARI, C. S.; JÚNIOS, L.A.L. [20011]. **Classificando o risco de crédito através de rating: uma nova realidade para as instituições financeiras brasileiras**. Disponível em: http://abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2000_E0174.PDF. Acesso em 14 mar, 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

MATSUMOTO, A. S.; FERNANDES, J. L. B.; BOURAHLI, A.; CARDOSO, J. P. O rating tem o poder preditivo de insolvência? *In*: XIV Semead Seminários em Administração. São Paulo. Anais eletrônicos. 2011.

REINALDO FILHO, D. **A central de risco de crédito do banco central: considerações sobre sua natureza e os riscos à proteção dos dados pessoais dos clientes bancários**. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-19/a-central-de-risco-de-credito-do-banco-central-consideracoes-sobre-sua-natureza-e-os-riscos-a-protecao-dos-dados-pessoais-dos-clientes-bancarios/> Acesso em: 14 mar. 2021.

RICKEN, José Roberto. **O modelo de integração econômico e social nas cooperativas agropecuárias do Paraná**. 2009. Tese de Doutorado.

SANTOS, J. O. **Análise de crédito: empresas, pessoas físicas, varejo, agronegócio e pecuária**. 06. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SANTOS, J. O.; FAMÁ, R.. Avaliação da aplicabilidade de um modelo de credit scoring com variáveis sistêmicas e não-sistêmicas em carteiras de crédito bancário rotativo de pessoas físicas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, n. 44, p. 105-117, 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, J. A. Análise do estabelecimento de limite de crédito: um estudo de caso. 2002, 142f Dissertação (mestrado em Administração) Universidade de Taubaté, Taubaté. 2002.

SILVA, J. P. **Gestão e Análise de Riscos de crédito**. 3.ed. São Paulo: EditoraAtlas, 2000.

CAPÍTULO 5

AVALIAÇÃO DE PROJETO PÚBLICO À AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO DE UMUARAMA: O CASO DO PROJETO DE APOIO A CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NO ESTADO DO PARANÁ

José Jaime De Lima

Sérgio Ricardo Gaspar

Doi: 10.48209/978-65-5417-044-5

Introdução

Segundo Bittencourt (2018), agricultores familiares bem-sucedidos contribuem para o fortalecimento do desenvolvimento regional, para a fixação das famílias no campo, conferindo maior segurança, qualidade e oferta de alimentos, medidas que, em síntese, ampliam a sustentabilidade agrícola. Sendo a agricultura familiar a modalidade de estrutura de produção mais frequente em estabelecimentos rurais no Paraná e entre as mais de 305 mil propriedades no

estado, quase 229 mil são de agricultores familiares, o que representa 75% do total; e da população total do 14,67% residem no meio rural e 85,33% na zona urbana (IBGE, 2018)

Para além do exposto a agricultura familiar é responsável pela produção dos gêneros alimentícios básicos como arroz, feijão, hortaliças, frutas, leite, ovos, carne de frango, de suínos e de peixes, etc. No que concerne ao Censo Agro de 2017, a agricultura familiar produziu 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Já a pecuária, é responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país.

A Agricultura Familiar no Brasil

O termo agricultura familiar corresponde a múltiplas conotações. Apresenta-se como categoria analítica que no campo acadêmico refere-se à designação politicamente diferenciadora da agricultura patronal e da agricultura camponesa; ou também, como termo de referência de mobilização política de espaços políticos de expressão e de interesses legitimados por essa mesma divisão classificatória do setor agropecuário brasileiro entre agricultura familiar, agricultura patronal e agricultura camponesa. (CALDART et al., 2012, p. 32).

Para Tinoco (2008) na conquista de reconhecimentos acadêmico, político e jurídico, a agricultura familiar em termos abstratos, pode ser conceituada como: modelo de organização da produção agropecuária onde predominam a interação entre gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários e o trabalho familiar, complementado pelo trabalho assalariado. Silva e Jesus (2010, p. 3) afirmam que a agricultura familiar no Brasil surge como forma de produção alternativa à monocultura e ao latifúndio do período colo-

nial fortalecendo-se com os impactos sociais, culturais e ambientais ocasionados pela “revolução verde” a partir da década de 1950.

Já no que concerne a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, para ser classificado como agricultura familiar o estabelecimento deve ser de pequeno porte (até 4 módulos fiscais); ter metade da força de trabalho familiar; atividade agrícola no estabelecimento deve compor, no mínimo, metade da renda familiar; e ter gestão estritamente familiar. A Lei 11.326 foi regulamentada pelo Decreto 9.04/2017, que mudou a forma de classificar o estabelecimento, principalmente em relação à renda do produtor, com a nova exigência de ser predominantemente obtida no domicílio (IBGE, 2018).

Segundo Silva (2012) a diversidade cultural, social e econômica é plural na agricultura familiar compreendendo desde o campesinato tradicional até a pequena produção modernizada, sendo que a definições desta vincula-se ao número de empregados e ao tamanho da propriedade. Por seu turno Tinoco (2008) afirma que a maioria das definições de agricultura familiar adotadas, baseia-se nos seguintes aspectos: mão de obra utilizada, tamanho da propriedade, direção dos trabalhos e renda gerada pela atividade agrícola. Entre outras definições postas e demais há um ponto em comum: ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, a família assume o trabalho no estabelecimento.

No Brasil, na prática da agricultura família há a divisão técnica do trabalho no interior da família, ou seja, cada membro desempenha um papel na produção o que diferencia da lógica da agricultura comercial (CONCEIÇÃO, FRAXE e SCHOR, 2009, p. 5). Sendo que a agricultura familiar no país se inicia e desenvolve a partir da década de 1990 quando o Governo Federal passa a adotar políticas públicas que permitiam aos pequenos proprietários rurais, acesso a investimentos, a recursos e a serviços que antes voltavam-se exclusivamente para os produtores comerciais e grandes latifundiários (LOPES, 2016, p. 24).

A agricultura familiar dada sua representatividade seja em termos de número de agricultores, seja na produção de riquezas, vem recebendo maior atenção pelos poderes públicos das diferentes esferas do poder público. No que concerne o censo do IBGE (2018), a agricultura familiar continua a possuir o maior contingente (77%) dos estabelecimentos agrícolas do Brasil, mas estes ocupam uma área menor, 80,89 milhões de hectares, o equivalente a 23% da área agrícola total do país. Em contrapartida, respondem por mais de 75% da produção de gêneros alimentícios básicos no país.

Quanto à função da agricultura familiar na economia brasileira, considera-se que esta constitui-se um fator de desaceleração do fenômeno do êxodo rural e fonte de recursos para famílias de rendas menores, além de contribuir para a geração de riquezas (GONÇALVES; PEDROSO, 2016, p. 09). Indo além da produção de alimentos, Lopes (2016, p. 31) destaca a agricultura familiar, como ação menos agressiva ao meio ambiente, mostra-se como uma alternativa para o enfrentamento do problema geração de alimentos a crescente população mundial.

Avaliação de Políticas Públicas

Segundo Secchi (2013, p. 2) uma boa decisão pública é aquela embasada em informações e análises confiáveis, pautada em princípios e valores socialmente aceitos e que traz os efeitos desejados para a melhoria do bem-estar coletivo. Por sua vez em recente publicação, o IPEA consolidou um conceito de políticas públicas como sendo “um conjunto de programas ou ações governamentais necessárias e suficientes, integradas e articuladas para a provisão de bens ou serviços à sociedade, financiadas por recursos orçamentários ou por benefícios de natureza tributária, creditícia e financeira” (BRASIL, 2018, p. 14).

Segundo Secchi (2013, p. 5) a política pública pode ser entendida também com conceito abstrato que se materializa com instrumentos concretos como, a exemplo, de leis, de programas, de campanhas, de obras, de prestação de serviço, de subsídios, de impostos e taxas, de decisões judiciais, entre outros. Alinhado a Secchi (2013) e a IPEA, o poder público lança mão de tipologias de políticas públicas diversas na intenção de distribuir, constituir, regular ou redistribuir, de maneira a interferir nas diferentes realidades da população e das organizações.

As políticas públicas, após desenhadas e formuladas, se desdobram em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2002, p. 05). Madeira (2014, p. 14) trata o monitoramento e a avaliação como imprescindíveis ao planejamento estatal, geradores de oportunidades de ganho político e gerencial, quando afirma que com o surgimento de sistemas de monitoramento e que crescentemente estão no escopo de pesquisas acadêmicas (RAMOS e SCHABBACH, 2012, p. 01).

As avaliações de políticas públicas, assim como as políticas de avaliação, passam a ser ferramentas estratégicas essenciais para o monitoramento do gasto público e da qualidade das ações governamentais (GARCIA, 2020, p. 31). Em Carvalho e Leal (2021, p. 95), lê-se que é fundamental, na gestão de políticas públicas, que se utilizem instrumentos adequados que auxiliem no acompanhamento (monitoramento, avaliação e ajustes), para que essas atinjam seus objetivos estratégicos de forma assertiva, despendendo pouco recurso e atingindo níveis altos de retorno.

O Projeto Público de Apoio a Cadeia Produtiva do Leite em Umuarama

Implementar políticas públicas deixou de ser apenas uma decisão de governo visando resolver problemas, estimular setores de interesse ou corrigir desigualdades, passando a fazer parte de uma agenda social que cobra a intervenção do Estado como agente promotor e regulador do desenvolvimento. Apesar de o neoliberalismo cobrar um estado mais enxuto e menos intervencionista, no Brasil as políticas públicas ainda se apresentam como condição necessária para minimizar as desigualdades.

As políticas públicas que incidem sobre o meio rural constituem-se em espaço de fortalecimento de grupos sociais dedicados à produção em regime familiar. Todavia, os programas públicos nacionais desconsideram as especificidades regionais (LOPES, 2016, p. 37). Ainda que se tenham princípios constantes no art. 4 da Lei 11326/2006 (BRASIL, 2006), servem como norteadores para ações e programas públicos para agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais como segue:

A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios: descentralização; sustentabilidade ambiental, social e econômica; equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia; participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. (BRASIL, 2006)

Agricultores familiares bem-sucedidos contribuem não apenas para o fortalecimento do desenvolvimento regional, mas também para a fixação das famílias no campo, conferindo maior segurança, qualidade e oferta de alimentos, medidas que, em síntese, ampliam a sustentabilidade agrícola (BITENCOURT, 2018). Segundo o levantamento realizado pelo Departamento de Economia

Rural (DERAL) da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) do estado do Paraná, em 2020 os resultados preliminares do Valor Bruto da Produção (VBP), mostraram que o faturamento da produção agropecuária paranaense totalizou R\$ 128,35 bilhões, valor 21% superior ao registrado em 2019 em termos reais, e na região de Umuarama o VBP alcançou R\$ 4,89 bilhões, 42,26% maior que a safra 2018/2019, que foi de R\$ 3,918 bilhões.

Frente a realidade exposta, o objetivo desta pesquisa foi avaliar os efeitos de um projeto governamental dentro da política pública do Governo do Estado do Paraná voltada aos agricultores familiares, desenvolvido na região de Umuarama, de 2012 a 2021, analisando se os investimentos realizados estão atingindo os objetivos propostos descritos na formulação do projeto, o grau de satisfação dos beneficiários da política pública, se o benefício recebido atendeu a necessidade da atividade e, de acordo com a pesquisa, propor melhorias na elaboração, execução e avaliação das futuras políticas públicas.

A região de estudo é a de Umuarama, onde a atividade leiteira envolve o maior número dos agricultores familiares e que foram contemplados 12 municípios com o Projeto de Apoio a Cadeia Produtiva do Leite no Estado do Paraná (PACL) e vigente entre os anos de 2014 e 2015, sendo a área de abrangência os municípios de Altônia, Cafezal do Sul, Esperança Nova, Francisco Alves, Iporã, Maria Helena, Mariluz, Perobal, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Tapira e Umuarama.

O PACL foi criado em 2012 pelo estado do Paraná por meio do decreto nº 6191/2012 e esteve vigente até dezembro de 2021 para que se: estrutura-se a cadeia produtiva do leite; soluciona-se os problemas de baixa produtividade e da qualidade do leite; e atende-se ao disposto nas Instruções Normativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a respeito dos padrões de produção e de comercialização do leite (BRASIL, 2018).

O PACL tratou da aquisição de tanques resfriadores de leite para armazenamento nas propriedades de maneira dar escala de produção, utilizando-se de forma coletiva os equipamentos entre 2 a 5 famílias (SEAB, 2012). O programa público permitiu agricultores familiares da região de Umuarama: facilidade de acesso aos mercados; realização de uma segunda ordenha e conseqüente aumento no volume produzido; reduziu as despesas de frete e agregou renda ao produtor, em função da melhor qualidade do leite entregue; fortaleceu a cadeia produtiva por meio dos empreendimentos cooperativos (SEAB, 2012).

O PACL objetivou a solução da baixa produtividade e da qualidade do leite na região de Umuarama, para que se atende-se ao disposto nas Instruções Normativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que padrões de produção e de comercialização do leite (BRASIL, 2018). Para tanto o programa público distribuiu 116 resfriadores de leite, sendo 20 desses com capacidade de 1.000 litros e 96 com capacidade de 500 litros, beneficiando inicialmente 348 famílias, totalizando um investimento inicial de R\$ 670.000,00.

Todavia, no decorrer do tempo das 348 famílias atendidas pelo PACL, cerca de 150 beneficiários deixaram de fazer uso dos resfriadores de leite recebidos do projeto, sendo que cerca de 65% desistiram da atividade leiteira e 35% adquiriram com recursos próprios resfriadores de capacidade maior em decorrência da demanda de produção, sendo que atualmente cerca de 200 famílias da região de Umuarama ainda fazem uso dos resfriadores adquiridos e distribuídos pelo projeto a exemplo do modelo da Fotografia 1.

Fotografia 1. Resfriador de leite entregue pelo projeto



Fonte: SEAB/DERAL – editado pelos autores

Concernente ao PACL previu-se a estruturação de assistência técnica e o acompanhamento aos produtores da região de Umuarama, porém, não se anteviu e/ou descreveu-se como se dariam. Restando apenas a fase avaliação e da fiscalização *ex-post* do projeto PACL feita pela SEAB, onde observou-se basicamente se os resfriadores distribuídos foram instalados de acordo com as orientações, se estava ainda estavam em uso e, se atendia as questões legais acordadas entre beneficiários do projeto público e o governo do estado do Paraná.

Resultados e Discussão

Concernentemente aos dados referentes ao Projeto de Apoio a Cadeia Produtiva do Leite no Estado do Paraná (PACL) na região de Umuarama, avaliou-se a ação governamental, dos efeitos e da percepção dos agricultores familiares beneficiados, de maneira a cancelá-lo como instrumento válido e eficaz

na qualificação do processo da política pública de apoio a cadeia Produtiva do leite.

Para tanto a primeira questão feita aos beneficiários da ação pública foi: “O benefício recebido atendeu as necessidades da atividade?”. A nota média obtida foi de 4,75, sendo 4 a nota mínima e 5 a máxima. Pela nota recebida e pelos comentários dos beneficiários, o recebimento dos resfriadores de leite atendeu as necessidades, especialmente porque o projeto veio num momento em que instruções normativas IN 76 e 77 do Ministério da Agricultura (MAPA) exigia que o leite estivesse resfriado no momento da coleta na propriedade. Contudo, os produtores beneficiados até então não tinham resfriadores ou colocavam a produção em resfriadores comunitários com cinco ou mais produtores.

O segundo questionamento foi “Os valores investidos no projeto foram suficientes?” A nota média obtida foi de 4,92 em uma escala de 0 a 5. Dos 12 entrevistados, 11 atribuíram nota máxima (5) e um beneficiário atribuiu nota 4, entendendo que os investimentos foram suficientes para atender as necessidades da atividade, dentro do proposto pelo PACL no momento da execução. Todavia, dois entrevistados relataram a necessidade de terem mais resfriadores para atender outros produtores de outros municípios.

A terceira pergunta foi: “Qual a nota para a qualidade do material recebido?”. A nota média obtida foi de 4,33 em uma escala de 0 a 5, sendo atribuídas cinco notas máximas, seis notas 4 e uma nota 3, estando assim parte dos beneficiários, satisfeitos com a qualidade do material recebido. Sendo que as notas mais baixas justificadas pelo fato das licitações públicas feitas em lotes. Fazendo com que algumas empresas selecionadas não oferecessem produtos de boa qualidade e/ou não tinham assistência especializada na região. Houve citações de que precisou-se solicitar peças para manutenção dos refrigeradores em outros estados, sendo que nos mais graves se identificaram os problemas já no recebimento.

A quarta questão aplicada foi: “Houve alteração na qualidade do leite?”. Para essa pergunta a nota média obtida foi de apenas 2,75, em uma escala de 0 a 5. Apesar da melhoria na qualidade do leite ser uma das justificativas descritas no escopo do PACL, ainda assim quase 50,0% dos beneficiários perceberam que o recebimento do resfriador de leite pouco ou não afetou a qualidade do produto ofertado para os laticínios. E, do total de beneficiários entrevistados, 33% verificaram que não houve nenhuma diferença na qualidade do leite.

A quinta interrogação foi: “Se fosse dada a oportunidade de escolher, você escolheria este benefício para a atividade leiteira, ou outro dentro do mesmo valor?”. Sendo a resposta SIM para o mesmo, e NÃO para outro benefício. A escolha pelo “sim” correspondeu pela totalidade das respostas. No início do projeto, havia a instrução normativa do MAPA exigindo que o leite entregue para os laticínios estivesse resfriado, mas como parte dos produtores utilizavam resfriadores comunitários com muitos usuários, isso dificultava o controle da qualidade e a negociação conjunta do leite, portanto, o projeto foi considerado estratégico para esse aspecto.

A sexta pergunta foi: “Qual nota daria ao projeto? E por quê?”. A nota média computada junto aos agricultores familiares foi de 4,33, sendo quatro notas máximas (5) e oito notas 4. O que de maneira geral indicou boa avaliação para o PACL. Pelas notas recebidas identificou-se que a execução do projeto público veio ao encontro com a necessidade do produtor, haja vista que as exigências sanitárias do MAPA não mais aceitavam a entrega do leite em latões e para certos produtores tornaria a atividade inviável. Mesmo aqueles produtores que já colocavam o leite em resfriadores comunitários, aprovaram o PACL porque oportunizava que se depositem o leite em resfriadores individuais ou grupos de poucos produtores.

A sétima pergunta foi “Quanto ao porquê da nota na pergunta anterior, estas foram as justificativas”. As respostas dos entrevistados foram as seguintes: praticidade de ter um resfriador em sua propriedade ou próximo dessa; ganho de tempo; menos esforço físico; melhora das condições de trabalho; redução da distância que levava o leite; desnecessidade de financiamento individual de resfriadores; redução de custos de produção; deixar de colocar o leite num resfriador comunitário para ser individual; ganho na qualidade do leite; facilitação da comercialização do leite tendo em vista que te trabalhará com resfriadores individuais ou com poucos sócios.

A antepenúltima pergunta foi “Quais os entraves do projeto?”. As respostas foram as seguintes: entre o início do projeto e o efetivo recebimento dos resfriadores demorou-se quase dois anos; alta concorrência para receber os resfriadores pelos produtores; o tamanho dos resfriadores era inadequada frente a produção das propriedades; marcas e níveis de qualidade de refrigeradores diferentes; dificuldade de se obter assistência técnica na região; gastos frequentes com a manutenção dos resfriadores fizeram com que o tempo de vida útil do mesmo fosse diminuta; instalação de resfriadores em propriedades que não se produzia leite; potência nominal do refrigeradores acima da capacidade operacional das propriedades, gerando quedas frequentes de energia elétrica.

A penúltima pergunta foi “Houve mudança no preço do leite após o recebimento do resfriador?”. A nota média obtida foi de apenas 1,50, sendo duas notas 3, duas notas 2 e oito notas 1. Depreende-se que pela nota média recebida neste item do questionário de que o recebimento dos resfriadores possibilitou a continuidade da entrega do leite pelos produtores, sobretudo aos que ainda o faziam por meio de latões. Todavia, apesar dos 50% dos produtores relatarem melhora na qualidade do leite, os laticínios não remuneraram na mesma proporção da exigência e do nível ofertado pelos beneficiários do PACL.

A última pergunta foi do tipo aberta o “Espaço aberto para considerações e sugestões:”. A respostas dadas pelos entrevistados foram: a forma comunitária de uso não funciona (mistura de leite de qualidade diferente); ter apoio para ordenhadeira e transferidor de leite; impor restrições para empresas que não tem produtos de qualidade participarem de licitações; ter assistência técnica especializada em resfriadores de leite na região; poucos laticínios pagam por qualidade; cobrar dos municípios a qualidade das estradas rurais, tem períodos chuvosos que o caminhão de coleta do leite não chega até as propriedades, pela precariedade das vias de acesso; fiscalização mais rígida, tem produtores que venderam o resfriador, outros pararam a atividade, mas não devolveram o resfriador do PACL para ser repassado para outros produtores que carecem.

Ao se analisar as respostas dadas em especial as da última questão, fica evidente a demanda por se aprimorar o processo dos projetos públicos voltados a agricultura familiar tanto na fase de planejamento, quanto na avaliação. Realçando-se que programas e dos projetos públicos devem se orientar pelo conhecimento de atores e de produtores locais, partindo do pressuposto de que esses operacionalizam adequadamente objetivos e práticas de gerenciamento agrícola baseados em diferentes critérios, interesses, experiências e perspectivas (BESEN, 2016, p. 02).

A fiscalização da SEAB realizou laudos anuais avaliando inicialmente a instalação e o uso adequado do equipamento com posterior emissão de relatórios no que se referia ao PACL. E identificaram-se junto aos beneficiários os seguintes problemas na execução do projeto: não comunicação a secretaria municipal de agricultura que o resfriador foi repassado para outro beneficiário; cessão das atividades na cadeia de produção leiteira com posterior repasse extraoficial dos refrigeradores do projeto a outro produtor sem a alteração no termo de responsabilidade; casos de resfriadores irrecuperáveis que foram

comercializados mesmo estes sendo bens públicos; e, morosidade de algumas secretarias municipais de agricultura para resolver os problemas que são relatados nos laudos de fiscalização do PACL.

Outro ponto frágil na modelagem do PACL foi o entendimento de que os processos licitatórios se balizam exclusivamente pela aquisição de bens e/ou serviços pelo critério do menor preço, mas que no geral não atendem a qualidade desejada pelo ente adquirente. Outros objetivos citados no PACL como, organização dos produtores para comercialização e assistência técnica no processo produtivo, não tiveram ações implementadas no sentido de atingi-los.

Desconsiderou-se também na execução do PACL no tocante a aquisição dos resfriadores de leite a capacidade de armazenagem; nível de produção diária dos agricultores familiares atendidos pelo projeto; planejamento de produção dos beneficiários nos curto e médio prazos; compra preferencial de resfriadores individuais; fomento ao controle da qualidade do leite como ação de ganho de renda aos produtores; atrelamento do recebimento dos resfriadores à garantia de assistência técnica pública ou privada para os agricultores familiares. Outros objetivos citados no PACL como, organização dos produtores para comercialização e assistência técnica no processo produtivo, não tiveram ações implementadas no sentido de atingi-los.

Contrariamente a importância do processo de avaliação em projetos públicos tanto na execução quanto no término do PACL, houve apenas a avaliação quantitativa do projeto pelo fiscal da SEAB limitando-se a quantificação de resfriadores de leite entregues, instalação e funcionamento de acordo com as orientações técnicas, sem levar em consideração se outros objetivos citados no projeto público foram atingidos e, o nível de satisfação dos agricultores familiares beneficiários da região de Umuarama, a pertinência do projeto para a manutenção e fixação dessa população na região e o resultado quanto a objetivos e metas elencados no PACL.

Conclusão

A avaliação quali quantitativa se mostra imprescindível em projetos públicos, seja validando ou corrigindo rumos e distorções construída sob hipóteses ou percepções iniciais de gestores da coisa pública. O processo de avaliação de projetos públicos auxilia no alcance dos objetivos e metas propostos, no uso eficientes e eficaz dos recursos públicos e, na satisfação dos beneficiários de políticas públicas. Especialmente, em se tratando de projetos voltados à agricultura familiar que se espraia sobre pequenas propriedades rurais, com mão de obra predominantemente familiar e renda variável fruto da ação no campo e/ou outras rendas externas complementares.

De tal modo, a pequena capacidade de investimento com recursos próprios dos agricultores familiares, força a ação governamental por meio de projetos e políticas públicas a exemplo do Projeto de Apoio a Cadeia Produtiva do Leite (PACL) na região de Umuarama no estado do Paraná. Inerente a ação pública há o imperativo da avaliação dessas últimas, e esse foi o foco desta pesquisa a partir dos relatórios dos fiscais da SEAB e aplicação de questionários aos produtores beneficiários do PACL. O projeto público supracitado foi decorrente da exigência do MAPA de que o leite no momento da entrega aos laticínios deveria estar resfriado, assim como vetou-se aos produtores, produtores da região de Umuarama a entrega do leite em latões.

Conclui-se também que o foco na agricultura familiar foi crucial para a permanência dos entrevistados na atividade leiteira. Nessa categoria de produtores o trabalho executado é em pequenas propriedades e, a renda, normalmente atende as despesas das atividades trabalhadas e as necessidades básicas da família, gerando pouco ou nenhum excedente para ser aplicado em investimentos

produtivos. Sendo assim, focar nos agricultores familiares como beneficiários do PACL foi uma visão assertiva, dada as dificuldades ou mesmo a impossibilidade desses em adquirirem resfriadores de leite.

Levando em consideração a proposta da pesquisa que foi avaliar qualitativa-quantitativamente a percepção dos efeitos do projeto público de apoio a cadeia produtiva do leite à agricultores familiares da região de Umuarama conclui-se, com base nos dados coletados em questionário com perguntas abertas e fechadas, que o projeto atendeu as necessidades dos usuários, que atribuíram de maneira geral boas notas ao mesmo.

Pelos relatos obtidos durante a avaliação da política pública associada ao Projeto de Apoio a Cadeia Produtiva do Leite no Estado do Paraná (PACL) recomenda-se as diversas esferas públicas do estado do Paraná que opte por ou continuar e/ou implementar outra ação, projeto ou ainda institua uma política pública permanente na mesma linha do PACL. Recomenda-se que na modelagem das ações governamentais se atente: as demandas reais dos agricultores familiares e as realidades regionais visando maior assertividade das políticas públicas; amplie-se o cuidado nas licitações públicas não limitando a aquisição de produtos e serviços exclusivamente pelo critério do menor preço.

Referências

BESEN, F. G. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Município de Entre Rios do Oeste**: Uma análise a partir da teoria ator orientado. 124f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR, 2016.

BITTENCOURT, D. **Agricultura Familiar, Desafios e Oportunidades Rumo à Inovação**. EMBRAPA 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/31505030/artigo---agricultura-familiar-desafios-e-oportunidades-rumo-a-inovacao>. Acesso em: 25 nov. 2021.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Avaliação de Políticas Públicas: guia prático de análise ex post**. Brasília, 2018. v. 2 (301 p.). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/181218_avaliacao_de_politicas_publicas_vol2_guia_expost.pdf. Acesso em 01 dez. 2021.

BRASIL, Lei nº 11326/2006. **Lei de Diretrizes para a Formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Brasília: 2006. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95601/lei-11326-06>. Acesso em: 02 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 76, de 26 de novembro de 2018**. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/52750137/do1-2018-11-30-instrucao-normativa-n-76-de-26-de-novembro-de-2018-52749894IN%2076. Acesso em: 02 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 77, de 26 de novembro de 2018**. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/52750141/do1-2018-11-30-instrucao-normativa-n-77-de-26-de-novembro-de-2018-52749887. Acesso em: 02 fev. 2022.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARVALHO, R. G. LEAL, C. P. A Importância Da Escolha De Indicadores Para Avaliação Eficiente De Políticas Públicas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 06, Ed. 04, Vol. 09, pp. 213-221. Abril de 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/indicadores-para-avaliacao>. Acesso em 31 jan. 2022.

CONCEIÇÃO, S. G.; FRAXE, T. J. P.; SCHOR, T. **Agricultura Familiar e Capitalismo: Desafios para a Continuidade da Categoria na Amazônia**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-16.

GARCIA, R. P. M. **Avaliação de políticas públicas: concepções, modelos e casos.** Cruz das Almas, BA: UFRB, 2020. 230p.

GONÇALVES, D. M e PEDROSO, A. M. C. **Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural e Valorização da Agricultura Familiar: uma análise do programa de aquisição de alimentos – PPA.** Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14751>. Acesso em: 28 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agro 2017.** Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>. Acesso em: 28 nov. 2021.

LOPES, S. M. **As Políticas Públicas na Agricultura Familiar na Percepção do Aluno do Instituto Federal do Amazonas e dos Agricultores Familiares de Maués/AM.** 2016. 89f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2016.

MADEIRA, L. M. **Avaliação de Políticas Públicas.** Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. 254 p.

PARANÁ, **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.** 2020. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/Noticia/Agronegocio-e-responsavel-por-339-do-PIB-paranaense>. Acesso em: 16 nov. 2021.

PARANÁ, **SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO.** Projeto de Apoio a Cadeia Produtiva do Leite no Estado do Paraná. CURITIBA, 2012.

PARANÁ, **SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL.** CURITIBA, 2020. Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/vbp>. Acesso em: 16 nov. 2021.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD), 2010. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em: 14 nov. 2021.

RAMOS, M. P; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Rev. Adm. Pública** — Rio de Janeiro 46(5):1271-294, set/out. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/bPM5xsjhwWgL54mdx3R7cnP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2021.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, J. R; JESUS, P. Os desafios do Novo Rural e as perspectivas da agricultura familiar no Brasil. V Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica (CONNEPI 2010). Maceió/AL. Disponível em: <http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/1407/457>. Acesso em: 26 nov. 2021.

SILVA, S. P. **Políticas Públicas, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial: uma análise dos impactos socioeconômicos do PRONAF no Território Médio Jaquitinhonha-MG**. 2012.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas**. Fundação Luís Eduardo Magalhães. São Paulo. 2002. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>. Acesso em 01 dez. 2021.

TINOCO, S. T. J. **Conceituação de agricultura familiar: uma revisão bibliográfica**. 2008. Artigo em Hipertexto. Disponível em: http://www.infobibos.com/Artigos/2008_4/AgricFamiliar/index.htm. Acesso em: 10 nov. 2021.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Mônica Aparecida Bortolotti



Possui Bacharelado em Ciências Econômicas - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2006); Bacharel em Ciências Contábeis - Cruzeiro do Sul (2020); Tecnólogo em Gestão Pública - Universidade Estadual do Oeste do Paraná -UNIOESTE (2021) Doutora em Políticas Públicas - Universidade Federal do Paraná - UFPR (2019); Mestrado em Extensão Rural - UFSM (2008); Mestre em Desenvolvimento Regional - Universidade Tecnológica do Paraná -UTFPR (2014); Pós - graduada em Educação Ambiental - UFSM (2011); e, MBA em Controladoria e Finanças Corporativas - Faculdade Futura (2021). Áreas de atuação: Contabilidade Social; Políticas Públicas; Políticas Agrícolas; Macroeconomia; e, Segurança Alimentar e Nutricional. Experiência em Instituições Públicas e Privadas; Núcleo Docente Estruturante (NDE); Conselho Departamental; Coordenação de Curso; Tutoria em Cursos de Educação à distância; Orientação de Estágio e Trabalho de Conclusão de Curso. Atualmente docente colaboradora do Departamento de Ciências Contábeis Unicentro/Irati.

E-mail: monica_economia@yahoo.com.br

Sergio Ricardo Gaspar



*Professor de Administração na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Mato Grosso (SECITECI) e Pesquisador-Associado da UFMT. Doutorando em Administração pela (FEI) linha de capacidades organizacionais; mestrado em Administração USCS (2017); pós-graduando (especialização) em Direito Público CERS (2021); pós-graduado (MBA) em Gestão de Contas Públicas USCS (2019); pós-graduado (especialização) em Docência do Ensino Superior PUC/RS (2018); pós-graduado (especialização) em Gestão Pública UNIFESP (2017); pós-graduado (especialização) em Gestão Industrial Farmacêutica USCS (2017); pós-graduado (aperfeiçoamento) em Gestão Pública UFMG (2015); graduado em Gestão Pública pela Fundação Getúlio Vargas (2014); graduado em Administração Pública pela Universidade Federal de Ouro Preto (2016); graduado em ciências econômicas pela Universidade Católica de Brasília. Sou componente dos grupos de pesquisa Projeto Gaia (Rede de cooperação para a sustentabilidade - UFMT, Unemat, Embrapa e Seciteci- Sinop) e Socioantropologia das Organizações da FEI/SP. Pesquisador associado ao Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS (Conjuscs).
E-mail: profsergiorgaspar@gmail.com*

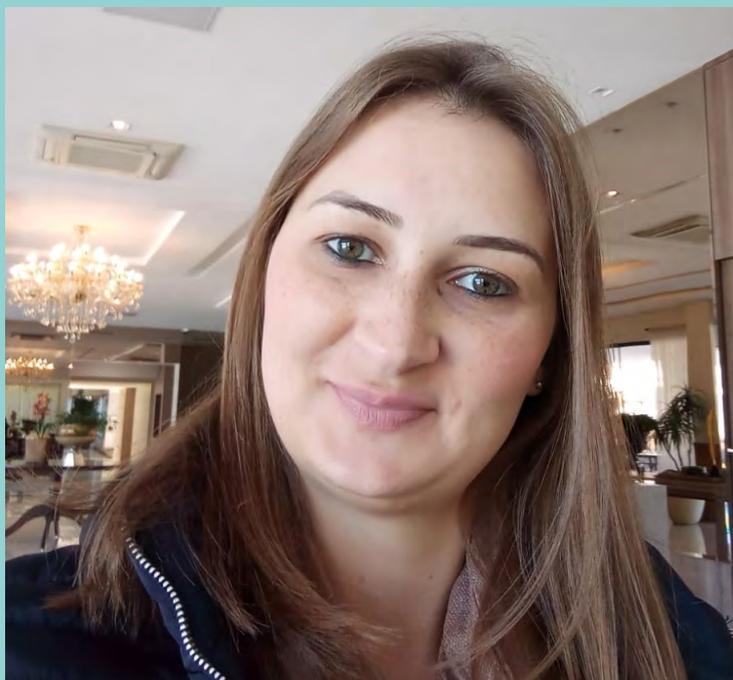
Maricléia Aparecida Leite Novak



Doutoranda no programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PPGDC- UNICENTRO). Mestre no programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PPGDC- UNICENTRO). Especialista em Auditoria e Controladoria pela UNICESUMAR e em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. Professora colaboradora do Setor de Sociais Aplicadas, departamento de Ciências Contábeis na Universidade Estadual do Centro- Oeste- UNICENTRO, campus Irati. Áreas de interesse: Auditoria e Controladoria contábil; Contabilidade Gerencial; Contabilidade Ambiental; Gestão Pública, Empresarial e Ambiental; Interdisciplinaridade; Políticas públicas; Gestão de resíduos; Análise do impacto das atividades humanas no solo, na água e no ar; Educação ambiental; Sustentabilidade ambiental e Pagamento por serviços ambientais.

E-mail: maricleia@hotmail.com.br

Elizandra Petriu Gasparelo



Mestrado em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM) pela Universidade Estadual do Centro Oeste (2019 a 2021). Cursando MBA - Executive Business In Leadership pela FranklinCovey Brasil (2021-2022). Especialista em Cooperativismo Solidário e Crédito Rural pela Unicentro (2016). Especialista em Gestão Financeira de Negócios pela Universidade Estadual do Centro Oeste (2014). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro Oeste (2010). Possui Registro no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Paraná, PR. Certificação Anbima-CPA 10. Atua como Professora colaboradora da Universidade Estadual do Centro Oeste - Unicentro (desde 2016). Exerce a função de Gerente de Agência em Cooperativa de Crédito e Investimentos com atuação no Sistema Financeiro - Cooperativas de Crédito desde 2008.

SOBRE OS AUTORES

Elizandra Petriu Gasparelo

Mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM) pela Universidade Estadual do Centro Oeste (2019 a 2021). MBA - Executive Business In Leadership pela FranklinCovey Brasil (2021-2022). Especialista em Cooperativismo Solidário e Crédito Rural pela Unicentro (2016). Especialista em Gestão Financeira de Negócios pela Universidade Estadual do Centro Oeste (2014). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro Oeste (2010). E-mail: elizandra_10@yahoo.com.br

Igor Futra

Bacharel em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Estadual do Centro Oeste- UNICENTRO. E-mail: igorfutra04@gmail.com

José Jaime De Lima

Especialista em Gestão Técnica em Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Engenheiro Agrônomo; Extensionista rural do IDR-Paraná, jjlimaa@yahoo.com.br

Maricléia Aparecida Leite Novak

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. Especialista em Auditoria e Controladoria pela UNICESUMAR e em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. Mestre no programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PPGDC- UNICENTRO). Doutoranda no programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PPGDC- UNICENTRO). E-mail: maricleia@hotmail.com.br

Marli Kuasoski

Graduada em Ciências Contábeis (UNICENTRO); Mestra em Desenvolvimento Comunitário (UNICENTRO) Doutoranda em Desenvolvimento Comunitário (UNICENTRO). E-mail: marlikuasoski@hotmail.com

Marco Antônio Pereira Gonçalves

Bacharel em Administração, pela Universidade Estadual do Norte do Paraná. Pós-graduado em Mercado Financeiro & Banking pela Unicesumar. E-mail: marco.antonio93@gmail.com

Mônica Aparecida Bortolotti

Doutora em Políticas Públicas (UFPR), Mestre em Extensão Rural (UFSM), Mestre em Desenvolvimento Regional (UTFP) Bacharel em Ciências Econômicas (UFSM), Bacharel em Ciências Contábeis (Cruzeiro do Sul); Tecnóloga em Gestão Pública (UNIOESTE).

E-mail: monica_economia@yahoo.com.br

Mateus Rossa

Bacharel em Ciências pela Universidade Estadual do Centro Oeste- UNICENTRO. Pós graduado em Liderança, Gestão e Engajamento pela Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC.

E-mail: mateusrossa2@outlook.com

Sabrina Bacheladenski

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO. E-mail: sabrinabacheladenski@hotmail.com

Sérgio Ricardo Gaspar

Mestre em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS); Especialista em Gestão Pública (Unifesp) e Docência do Ensino Superior (PUC/RS); Bacharel em Administração Pública (UFOP) e Tecnólogo em Gestão Pública (FGV), Professor-formador da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e docente na SECITECI/MT – ETE Sinop. E-mail: profsergiorgaspar@gmail.com

ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS EM

ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

VOL. II



www.arcoeditores.com



[@arcoeditores](https://www.facebook.com/arcoeditores)



[/arcoeditores](https://www.instagram.com/arcoeditores)



contato@arcoeditores.com

ARCO
EDITORES ● ● ●

